



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

5ª Vara Cível - Execução Cível

Processo 0831729-04.2019.8.23.0010

Comarca: BOA VISTA
Data de 04/10/2019 **Situação:** Público
Classe 156 - Cumprimento de sentença
Assunto Principal: 4847 - Seguro
Data Distribuição: 04/10/2019 **Tipo Distribuição:** Redistribuição Automática

Parte(s) do

Tipo: Promovente
Nome: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA
Data de 18/12/1953 **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 240.065.132-91
Filiação: /

Advogado(s) da Parte

618NRR VALDENOR ALVES GOMES
 1358NRR Rosiane Maria Oliveira Gomes

Tipo: Promovido
Nome: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04

Advogado(s) da Parte

134307NRJ JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Data: 04/10/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial
- procuração doc pessoais
- PRONTUÁRIO MÉDICO P 1
- PRONTUÁRIO MÉDICO P 2
- PRONTUÁRIO MÉDICO P 2
- PRONTUÁRIO MÉDICO P 3
- RAIO X
- requerimento administrativo



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA _____
VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

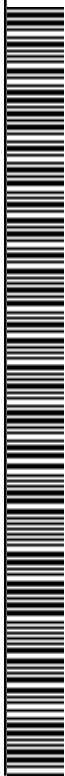
FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA, brasileiro, solteiro, pescador, portador Cédula de Identidade RG 3803694 SSP/RR, CPF 240.065.132-91 residente e domiciliado na Rua Campinas, Nº 1231, Bairro Nova Cidade, CEP: 69.316-182, Município de Boa Vista/RR, Estado de Roraima, na Comarca de Boa Vista- RR, por seus advogados e procuradores que esta subscrevem, (email:adv.valdenor@hotmail.com), vem, com respeito e acatamento de estilo à presença de Vossa Excelência, propor

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO VALOR
DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-205, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DOS FATOS

Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte Autora em data de 04/09/2019, deixando-o com





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

incapacidade permanente, devido a **FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO, conforme laudos em anexo.**

Dentre as provas documentais apresentadas, o (a) autor (a) juntou:

- (X) RG, CPF;
- (X) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;
- (X) BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL;
- (X) FICHA DE ATENDIMENTO E PROTUÁRIO HOSPITALAR;
- (X) DECLARAÇÃO DE POBREZA;
- (X) POSSUI RAIOS-X, QUE PODERÁ SER APRESENTADO NA PERÍCIA.
- (X) REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

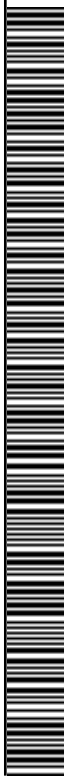
Efetivamente a parte Promovente não recebeu nenhuma importância a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, conforme poderá ser constatado no processo DPVAT de sinistro, no sítio oficial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a seguradora em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** a empresa ré.

II - DO VALOR CORRESPONDENTE A INDENIZAÇÃO

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, é clara quando dispõe que o seguro obrigatório deve indenizar o segurado-vitimado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente, senão vejamos:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente** e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

.....
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e" (grifo nosso)





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

A legislação supratranscrita demonstra de forma cristalina que no caso de invalidez permanente, o valor do seguro deverá ser igual ao valor correspondente a indenização por invalidez previsto na tabela de graduação, no caso do Promovente, houve **FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO** lhe daria o direito de receber o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o acidentado só é necessita de simples prova do acidente e do dano decorrente, independente de culpa, senão vejamos:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

E assim dispõe a Súmula nº. 257 do STJ:

“257 - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.”

O caso em tela encontra-se maduro para julgamento, pois consta nos autos o prontuário hospitalar e possui Raio-X que comprova os danos sofridos pela vítima.

Vale salientar, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já firmou entendimento acerca desse tema nos seguintes termos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO ? NEGADO SEGUIMENTO ? POSSIBILIDADE ? CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL E DE CORTE SUPERIOR ? ART. 557 DO CPCIVIL ? DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. O relator pode negar seguimento a recurso contra decisão em confronto com jurisprudência dominante do próprio tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de tribunal superior (art. 557 do CPCivil).

Nestas situações, é dever do magistrado, ocorrendo a possibilidade, julgar antecipadamente a lide.

Recurso improvido.

ACÓRDÃO. RECURSO IMPROVIDO UNÂNIME (Agravado Nº 000.10.000976-0, Câmara Única, Turma Cível, Tribunal de Justiça de Roraima, Relator: Des. Robério Nunes, Julgado em 14/05/2010).?

Ademais, vale destacar que o nosso Egrégio Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o teto indenizatório previsto na Lei n.º 6.194/74



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

proporcional à extensão das lesões, **fracionando-o de acordo com a proporção da invalidez** e devidamente comprovado em laudo médico.

Finalmente, resta provado que a parte promovente faz jus a receber a diferença de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) diante das fraturas que causaram a incapacidade do Promovente, como medida de inteira justiça.

III - DOS QUESITOS A SEREM OBSERVADOS PELO O PERITO

O Perito (a) nomeado (a) por Vossa Excelência, deverá observar o que determina a Legislação que estabelece a fragmentação das lesões para fins de indenização,

A legislação acima transcrita é clara ao afirmar que ao “... **se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido** ...), ou seja, o perito tem que analisar exclusivamente a parte do corpo em que ocorreu a lesão causada pelo o acidente.

Ora não há que se falar em invalidez para o trabalho, mas apenas invalidez parcial ou completa de determinada parte do corpo humano, ou seja, avaliar se após o acidente ocorreu algum tipo de diminuição na capacidade física do membro atingido a fim de enquadrar na tabela de fragmentação das fragmentações das debilidades que varia de 10% a 100%, senão vejamos:





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Tabela de indenização de Seguros DPVAT em função do grau de invalidez

| Danos corporais parciais | Grau de Invalidez (Sequelas) | | | | |
|---|------------------------------|--------------|--------------|---------------|-----------------|
| | Residual (10%) | Leve (25%) | Média (50%) | Intensa (75%) | Completa (100%) |
| Lesões Neurológicas | R\$ 1.350,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 13.500,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos braços ou de uma das mãos | R\$ 945,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 9.450,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas | R\$ 945,00 | R\$ 2.362,00 | R\$ 4.725,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 9.450,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 675,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 6.750,00 |
| Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho. | R\$ 675,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 6.750,00 |
| Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo. | R\$ 337,50 | R\$ 843,75 | R\$ 1.687,50 | R\$ 2.531,25 | R\$ 3.375,00 |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | R\$ 337,50 | R\$ 843,75 | R\$ 1.687,50 | R\$ 2.531,25 | R\$ 3.375,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer dedo do pé ou da mão (exceto dedo polegar). | R\$ 135,00 | R\$ 337,50 | R\$ 675,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 1.350,00 |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | - | - | - | - | R\$ 1.350,00 |

IV - QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO O PERITO:

- 1 – Qual a idade e profissão da parte periciada?
- 2 - A parte periciada sofreu acidente de trânsito?
- 3 – Em caso afirmativo, qual o membro atingido e qual foi o tipo de fratura?
- 4 – Qual o período para a parte periciada obter alta médica?
- 5 – Qual o tipo de esporte praticado pela parte periciada antes do acidente?
- 6 – A parte periciada continua fazendo uso de medicamentos para aliviar dores referentes à fratura causada pelo sinistro em comento? Qual?
- 7 – O seu estado atual de saúde o torna capaz para desenvolver todas as atividades nas mesmas intensidades realizadas antes do acidente, atribuir (**S-sim** ou **N-não**), tais como:

- () Correr e pular;
- () jogar futebol;
- () jogar vôlei;
- () trabalhar com a mesma intensidade;
- () ficar por longo período em pé;
- () apto a movimentar todos os membros do corpo;
- () sentar e/ou levantar;
- () subir escada e/ou rampa;
- () consegue carregar ou levantar a mesma massa (peso);
- () dirigir sem auxílio e/ou sem adaptação em veículo;

Outros: _____

- 8 – Em razão da debilidade causada no acidente, a parte periciada necessita de permanentes cuidados médicos ou enfermagem?
- 9 – Explicar adequadamente os limites da incapacidade da parte periciada, levando em consideração as suas peculiaridades biológicas, fisiológicas, psicológicas e sociais.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

10 – Requer seja juntado pelo o perito as mídias audiovisuais e/ou fotos da parte do corpo fraturada no sinistro, assim como adotada na Justiça Federal e Justiça do Trabalho.

11 – Queira o Sr. Perito acrescentar todas as informações que possa interessar ao estado de saúde da parte periciada.

Deste modo, uma vez apresentado os quesitos, pugna pelo normal prosseguimento do feito, como medida de inteira justiça.

V - DO PEDIDO

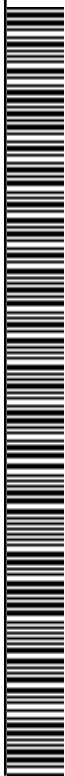
Em face de todo o exposto, requer seja julgada a presente ação ordinária integralmente procedente, tudo para o fim de condenar a Ré a pagar a parte Autora o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, com as devidas atualizações e corrigido monetariamente da data da liquidação do sinistro, e juros legais da data da citação, até a data do efetivo pagamento.

Requer a concessão do benefício da gratuidade de justiça, com fulcro na Lei 1.060/50, por não possuir a parte autora condições de arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família;

Requer, a citação da Ré, por oficial de justiça, no endereço declinado no início desta exordial, para, querendo, comparecer a sessão de conciliação e/ou contestar os termos da presente ação, sob pena de revelia, a qual deverá ser julgada totalmente procedente para os fins e propósitos acima indicados, com a aplicação à Ré das sanções da sucumbência judicial e honorários de advogado, estes na base de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação.

Havendo nomeação de perito judicial, requer seja respondido os quesitos pelo o expert.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direitos admitidas, tais como documental, testemunhal, pericial se necessário for, depoimento pessoal do representante legal do requerido, e demais que se fizerem necessárias à boa instrução do presente feito.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) meramente para efeitos fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

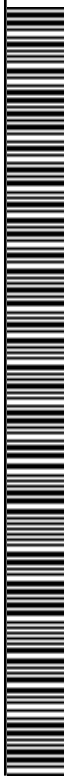
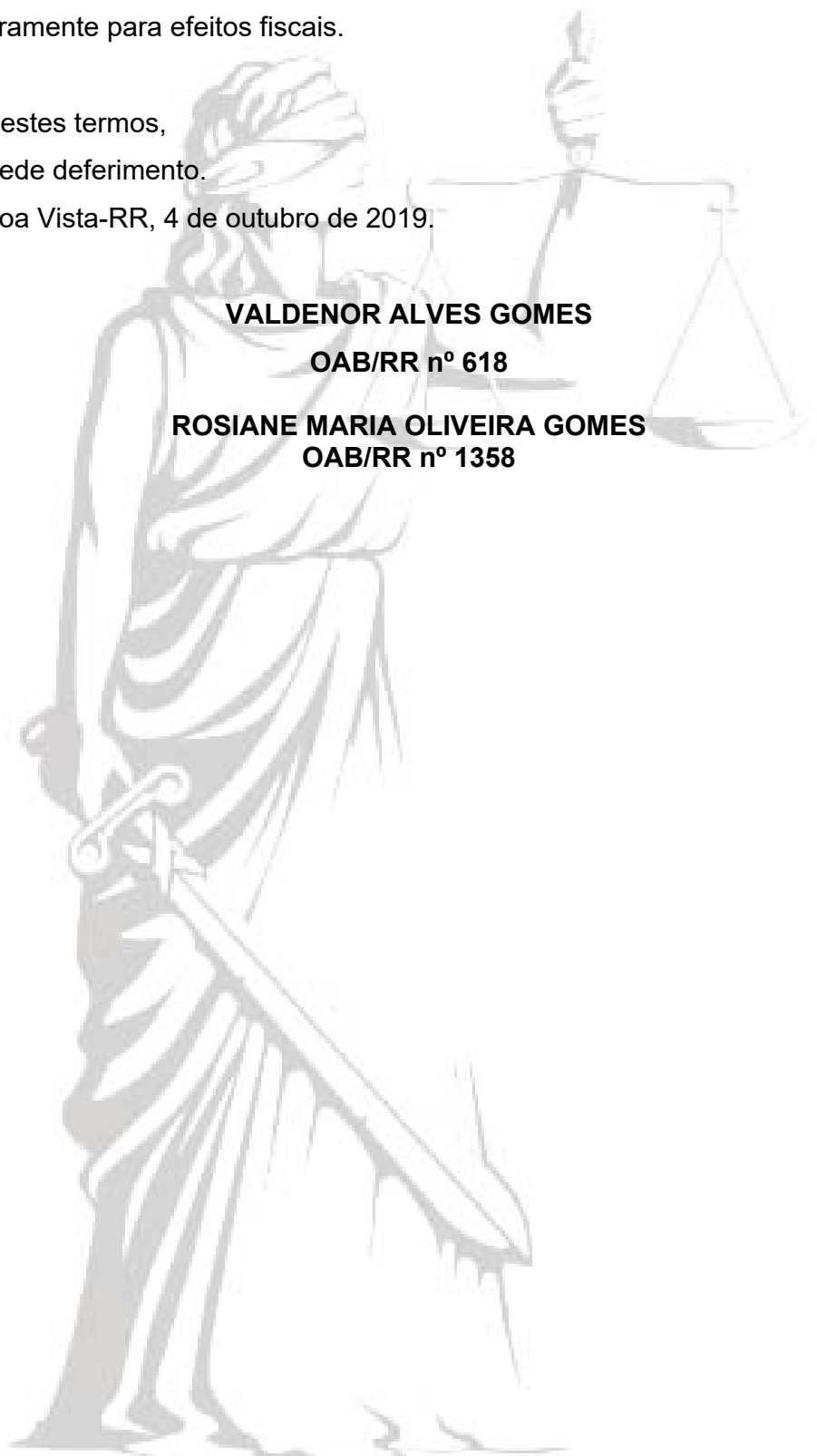
Boa Vista-RR, 4 de outubro de 2019.

VALDENOR ALVES GOMES

OAB/RR nº 618

ROSIANE MARIA OLIVEIRA GOMES

OAB/RR nº 1358





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

PROCURAÇÃO

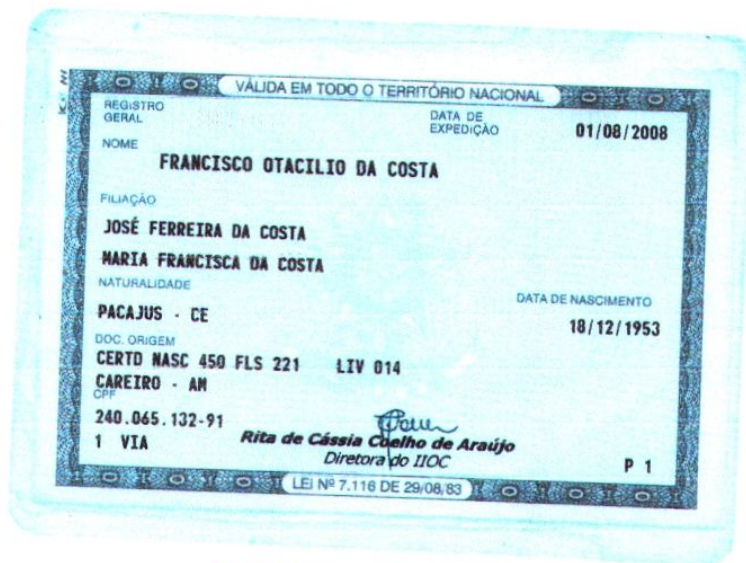
OUTORGANTE: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, brasileiro, solteiro, pescador, portador Cédula de Identidade RG 3803694 SSP/RR, CPF 240.065.132-91, residente e domiciliada na Rua Campinas, Nº 1231, Bairro Nova Cidade, Município de Boa vista - RR.

OUTORGADOS: Dr. VALDENOR ALVES GOMES, advogado, casado, inscrito na OAB/RR sob o nº 618; **Drª ROSIANE MARIA OLIVEIRA GOMES**, advogada, casada, inscrita na OAB/RR sob o nº 1358, sócios no escritório **VALDENOR GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RR sob o nº 153, com escritório situado na Rua Maria Rodrigues dos Santos, nº 996, Bairro Asa Branca, CEP. 69.312.285, na Cidade de Boa Vista/RR, onde receberão as devidas intimações.

PODERES: Para o foro em geral e os da cláusula ad-judicia, mais os ressalvados no art. 105 do CPC, exceto para receber citação. Para propor, no interesse do outorgante; em qualquer instancia, juízo ou tribunal, as ações que se fizerem necessárias e contestar ou responder as que contra o mesmo for proposta, acompanhando-se até o final julgamento, interpor medidas cautelares, incidentes ou não, efetivas ou provisórias, justificações judiciais, pleitear alvarás ou ordens judiciais para os atos que delas dependam, mandar protestar cambiais e retirá-las do protesto, promover notificações ou interpelações judiciais, patrocinar os interesses do outorgante, procedimentos administrativos junto a quaisquer repartições públicas ou autárquicas, assinando papéis e documentos, intimações, acordar, discordar, receber alvará e dar quitação de valores, transigir, desistir, renunciar ao direito, sobre o que se funda a ação, firmar compromisso, requerer a extinção ou suspensão do processo. Podendo ainda, desempenhar suas atividades profissionais junto ao órgão da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios. Representar junto ao **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS**. Podendo ainda substabelecer.

Boa Vista – RR, 16 de julho de 2019.

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA



RECEITA DE ENERGIA

Roraima Energia S.A.
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Ins. Estadual: 24.207/002-3
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B.S.
Regime especial de impressão eletrônica nº 000239252

Nº da Nota Fiscal: 00239252
A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS: 01/06/2019
VENCIMENTO: 01/06/2019
CONSUMO (KWh): 249
TOTAL A PAGAR (R\$): 174,13

CELIA MARIA ARAUJO MOURA
R. CAMPINAS 1231 NOVA CIDADE
CPF: 00063195747200
CEP: 69.316-182 BOA VISTA

ROT: 15 (R\$) 249,200

DADOS DA LEITURA

| | KWh | KVarh |
|-----------------------------|-------|-------|
| Atual: | 16404 | |
| Anterior: | 16155 | |
| Constante de Multiplicação: | 1,000 | |
| Consumo Medido: | 249 | |
| Consumo Faturado: | 249 | FLAN |

DADOS DA LEITURA

| | Atual: | Anterior: | Próxima Leitura: | Emissão: | Apresentação: |
|--|------------|------------|------------------|------------|---------------|
| | 09/05/2019 | 08/04/2019 | 06/06/2019 | 08/05/2019 | 09/05/2019 |

DADOS DA UNIDADE

| Classificação | Ligação | Numero Medidor | Media 12 meses |
|---------------|---------|----------------|----------------|
| Residência | 1 | 15417 | 214 |

HISTÓRICO KWh

| Mês/ano | Consumo |
|---------|---------|
| ABR/19 | 238 |
| MAR/19 | 272 |
| FEV/19 | 258 |
| JAN/19 | 293 |
| DEZ/18 | 272 |
| NOV/18 | 272 |
| OUT/18 | 272 |
| SET/18 | 251 |
| AGO/18 | 176 |
| JUL/18 | 176 |

CONSUMO

| Período | Consumo | Valor |
|-----------|---------|-------|
| 30 A R\$ | 144 | 7,86 |
| 70 A R\$ | 135 | 31,45 |
| 120 A R\$ | 108 | 80,89 |
| 29 A R\$ | 748975 | 21,72 |

CAIXA DA CONTA

| Descrição | Valor |
|------------------------|-------|
| SUBVENÇÃO BAIIXA RENDA | 0,04 |
| CORREÇÃO MONETÁRIA DA | 0,66 |
| CORREÇÃO MONETÁRIA IG | 0,77 |
| CORREÇÃO MONETÁRIA DE | 0,09 |
| MULTA POR ATRASO DE | 3,85 |
| JUROS DE MORA POR ATR | 0,70 |
| MULTA POR ATRASO | 26,10 |
| JUROS DE MORA DE INPO | |
| ILUMINAÇÃO PÚBLICA | |

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

Res/Ans: 04/2019
Valor R\$: 127,13

RESERVAÇÃO AO FISCO

15DC.33A6 6D91 C663 F66F 3CA4.4DA6 4936

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$

| Descrição | Valor |
|--------------|-------|
| Distribuição | 77,32 |
| Energia | 0,00 |
| Transmissão | 4,01 |
| Encargos | 24,12 |
| Tributos | |

IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$

| Base de Cálculo | Valor |
|-----------------|--------|
| Alíquota ICMS | 17,00% |
| Valor do ICMS | 24,12 |
| Valor do PIS | 0,00 |
| Valor do COFINS | 0,00 |

INDICADORES DE CONTINUIDADE

| Índice | Valor |
|---------|-------|
| 8,35 | 17,70 |
| 35,40 | 8,46 |
| 16,92 | 33,34 |
| 4,82 | 0,63 |
| 2,33 | 5,00 |
| 01/2019 | 81,69 |

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

12 SET 2019

GENTE SEGURADORA S/A
Av. Capitão João Bezerra, 404 - Boa Vista - RR



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR

544414
INVALIDEZ
(RONALDO)



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 024092/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 06/08/2019 11:16 Data/Hora Fim: 06/08/2019 11:41
Origem: Polícia Judiciária Data: 06/08/2019
Delegado de Polícia: Alexander Lopes da Silva

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Acidentes de Trânsito
Data/Hora do Fato: 04/09/2018 08:00

Local do Fato

Município: Boa Vista (RR)
Logradouro: Sol Nascente
Complemento: Cruzamento com a Rua Manaus.
Ponto de Referência: Colégio Padrão do Nova Cidade
Tipo do Local: Via Pública

Bairro: Nova Cidade

| Natureza | Meio(s) Empregado(s) |
|---|----------------------|
| 1035: Auto lesão - Acidente de trânsito | Veículo |

ENVOLVIDO(S)

| Nome Civil: FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA (VÍTIMA, COMUNICANTE) | | | |
|---|----------------------------|-------------------------------------|------------------|
| Nacionalidade: Brasileira | Naturalidade: CE - Pacajus | Sexo: Masculino | Nasc: 18/12/1953 |
| Profissão: Pescador | | Escolaridade: Sem instrução | |
| Estado Civil: Solteiro(a) | | | |
| Nome da Mãe: Maria Francisca da Costa | | Nome do Pai: José Ferreira da Costa | |

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 240.065 132-91
RG - Carteira de Identidade: 380369-4

Endereço

Município: Boa Vista - RR
Logradouro: Rua Campinas
Complemento: Casa
Bairro: Nova Cidade
Telefone: (35) 99155-5544 (Recado)

Nº: 1231

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

| Grupo: Veículo | Subgrupo: Motocicleta/Motoneta |
|-----------------------------|--------------------------------|
| Veículo Acidentado? Não | Quantidade: 1 Unidade |
| Situação: Meio Empregado | |
| Nome Envolvido | Envolvimentos |
| Francisco Otacílio da Costa | Proprietário |

RELATO/HISTÓRICO

O comunicante que não é habilitado compareceu nesta Delegacia para informar que conforme hora, data e local acima descritos, quando transitava conduzindo uma JIA LING (MOTOCICLETA IMPORTADA DE 50 CILINDRADAS), quando outra motocicleta invadiu a preferencial e colidiu no mesmo. Que sofreu lesões corporais e foi socorrido pelo SAMU até o HGR. Que a motocicleta ocasionadora evadiu-se, não tendo nenhuma informação da mesma e por **ESSE MOTIVO NÃO DESEJA**

Delegado de Polícia Civil: Alexander Lopes da Silva
Impresso por: Jefferson Inacio Araujo
Data de Impressão: 06/08/2019 11:42
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2



PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 024092/2019

REPRESENTAR CRIMINALMENTE. Que esse registro é para fins de Seguro DPVAT. É o registro.

OBS.: O COMUNICANTE NÃO SABE LER E NEM ESCREVER.

ASSINATURAS

DAT

06 AGO. 2019



Jefferson Inacio Araujo
Agente de Polícia
Matrícula 42000908
Responsável pelo Atendimento

Francisco Otacilio da Costa
(Vítima / Comunicante)

AGENTE DE POLÍCIA
OUTERIOR

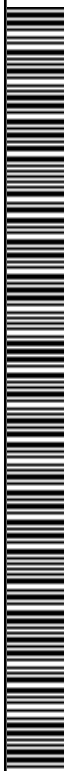
"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."





Delegado de Polícia Civil: Alexsander Lopes da Silva
Impresso por: Jefferson Inacio Araujo
Data de Impressão: 06/08/2019 11:42
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



| FICHA DE ATENDIMENTO | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|---|---|--|--|--|--|
| Unidade: <u>Alta</u> | | Equipe: <u>Elton / Marcio</u> | |   | | | | | | |
| Paciente: <u>França Otávio da Costa</u> | | | | Idade: <u>65</u> | | Sexo: <u>M</u> | | | | |
| Endereço: <u>AV. João Pessoa S/N Nova Cidade</u> | | | | | | | | | | |
| Nº <u>56.584</u> | | DATA <u>04/09/18</u> | | | HORA: <u>08:40</u> | | | | | |
| Médico (a) Regulador (a) Dr. (a) CRM: <u>OK Heloisa</u> | | | | | | | | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> SOCORRO <input type="checkbox"/> TRANSPORTE <input type="checkbox"/> ATENDIDO NO LOCAL <input type="checkbox"/> OUTRO | | | | | | | | | | |
| AUTOMÓVEL Cinto <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Vitima <input type="checkbox"/> projetada <input type="checkbox"/> encarcerada Air Bag: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Motorista: <input type="checkbox"/> dianteiro <input type="checkbox"/> traseiro Passageiro: <input type="checkbox"/> Capotamento <input type="checkbox"/> Atropelamento <input type="checkbox"/> Colisão | | | MOTO: <u>X MOTO</u> <input checked="" type="checkbox"/> Conductor <input type="checkbox"/> Carona Capacete <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> queda <input type="checkbox"/> Atropelamento <input type="checkbox"/> Colisão BICICLETA: <input type="checkbox"/> Conductor <input type="checkbox"/> Carona <input type="checkbox"/> queda <input type="checkbox"/> Atropelamento <input type="checkbox"/> Colisão | | | VIOLÊNCIA <input type="checkbox"/> FAB <input type="checkbox"/> PAF <input type="checkbox"/> Espancamento <input type="checkbox"/> Violência Doméstica <input type="checkbox"/> Violência Sexual <input type="checkbox"/> Tentativa de suicídio <input type="checkbox"/> Outro: | | OUTROS <input type="checkbox"/> Ac. De Trabalho <input type="checkbox"/> Local <input checked="" type="checkbox"/> Trajeto <input type="checkbox"/> Queda, Altura aprox.: <input type="checkbox"/> Acidente Doméstica <input type="checkbox"/> Queimadura Agente <input type="checkbox"/> Agressão p/ animal <input type="checkbox"/> Outros: | | |
| ÁREA DE SINISTROS - D.M.A.T. CONTEÚDO NÃO VERIFICADO | | | | | | | | | | |
| Vias Aéreas <input checked="" type="checkbox"/> Dispnéia <input type="checkbox"/> Bradpnéia <input type="checkbox"/> Taquipnéia <input type="checkbox"/> Resp. Ruidosa <input type="checkbox"/> Obstruída <input type="checkbox"/> Apnéia <input type="checkbox"/> Outro: | | Ventilação <input checked="" type="checkbox"/> M.V. Diminuído <input type="checkbox"/> M.V. Ausente <input type="checkbox"/> Hipertimpanismo <input type="checkbox"/> Maciez <input type="checkbox"/> Ferida Aspirativa | | Circulação <input type="checkbox"/> Bradicárdico <input type="checkbox"/> Taquicárdico <input type="checkbox"/> Arritmico <input type="checkbox"/> Enchimento capilar acima de 2" <input type="checkbox"/> Ausente | | Aval. Neurológica <input checked="" type="checkbox"/> AVDN <input type="checkbox"/> Míose <input type="checkbox"/> Midriase <input type="checkbox"/> Anisocoria <input type="checkbox"/> Otorrêa <input type="checkbox"/> Otorragia <input type="checkbox"/> Rinorragia <input type="checkbox"/> Aparentemente alcoolizado <input type="checkbox"/> DNV | | | | |
| Hora Início <u>8:39</u> Fim: | | P.A mm/hg <u>130/90</u> | | F.C bpm <u>100</u> | | F.R Mpm <u>20</u> | | Sat O₂ % <u>96%</u> | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| Pele <input checked="" type="checkbox"/> Corada <input type="checkbox"/> Quente <input type="checkbox"/> Pálida <input type="checkbox"/> Fria <input type="checkbox"/> Úmida <input type="checkbox"/> Seca <input type="checkbox"/> Cianótica | | Cabeça <input type="checkbox"/> Contusão <input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Laceração <input type="checkbox"/> Hematoma <input type="checkbox"/> Afundamento <input type="checkbox"/> Fer. Penetrante | | Face <input type="checkbox"/> Contusão <input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Lacerações <input type="checkbox"/> Ferimento ocular | | Pescoço <input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Lacerações <input type="checkbox"/> Hematoma <input type="checkbox"/> Desvio da traquéia <input type="checkbox"/> Enfisma Sub-Cutâneo | | Tórax <input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Lacerações <input type="checkbox"/> Tórax Instável <input type="checkbox"/> Resp. paradoxal <input type="checkbox"/> Tamponamento | | |
| Abdome <input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Lacerações <input type="checkbox"/> Distendido <input type="checkbox"/> Em tábua <input type="checkbox"/> Doloroso <input type="checkbox"/> Evisceração | | | | | | | | | | |
| Pelve <input type="checkbox"/> Contusão <input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Dor <input type="checkbox"/> Instabilidade | | Coluna Dorsal <input type="checkbox"/> Contusão <input type="checkbox"/> Hematoma <input type="checkbox"/> Dor | | Membros <input type="checkbox"/> Contusão <input type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Lacerações <input type="checkbox"/> Luxações | | <input checked="" type="checkbox"/> Fratura <u>Tibia ou Fíbula D</u> <input checked="" type="checkbox"/> Amputação | | | | |
| <input type="checkbox"/> Ritmo Sinusal <input type="checkbox"/> Taquicardia <input type="checkbox"/> Bradicardia <input type="checkbox"/> Filuter | | <input type="checkbox"/> Fibrilação atria <input type="checkbox"/> Fibrilação entricular <input type="checkbox"/> Assistolia | | <input type="checkbox"/> Respiratória <input type="checkbox"/> Neurológica <input type="checkbox"/> Psiquiátrica <input type="checkbox"/> Metabólica <input type="checkbox"/> Cardiovascular <input type="checkbox"/> Aborto | | <input type="checkbox"/> Digestiva <input type="checkbox"/> Infecçiosa <input type="checkbox"/> Obstétrica <input type="checkbox"/> Pediátrica <input type="checkbox"/> Outra | | <input type="checkbox"/> Diabetes <input type="checkbox"/> Cardiopatia <input type="checkbox"/> HAS <input type="checkbox"/> Medicação de uso | | |
| <input type="checkbox"/> ILESO <input type="checkbox"/> SEVERA | | <input type="checkbox"/> PEQUENA <input type="checkbox"/> MORTE | | <input type="checkbox"/> MÉDIA <input checked="" type="checkbox"/> INDETERMINADA | | <input type="checkbox"/> OUTRO | | | | |
| Assinatura e Carimbo Médico (Unidade de Destino) | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Cancelamento <input type="checkbox"/> Recusa de Atendimento <input type="checkbox"/> Não se encontrava no local | | | | | MÚLTIPLOS MEIOS ACIONADOS <input checked="" type="checkbox"/> Polícia Militar | | | | | |

277

Brasil

| | | |
|---------|---|---|
| DESTINO | <input type="checkbox"/> Atendido no local <input type="checkbox"/> Trauma HGR <input type="checkbox"/> Pronto Atendimento <input type="checkbox"/> Coronel Mota | <input type="checkbox"/> Cosme e Silva <input type="checkbox"/> HCSA <input type="checkbox"/> Maternidade <input checked="" type="checkbox"/> Outros |
| | Aos Cuidados da Brava 5 | |

| | |
|--------------------|--|
| ERTECE DO PACIENTE | Descrição: |
| | Nome do Receptor: |
| | Função do Receptor: |
| | Assinatura do Receptor: |
| TERMO DE RECUS | Declaro para os devidos fins que estou recusando o atendimento médico disponibilizado pelo SAMU/Boa Vista, nesta oportunidade: |
| | Assinatura do Paciente: _____ RG: _____ |

Paciente vítima de colisão moto x moto, segundo populares, encontrava-se em decúbito dorsal, MID lateralizado em sustentação simétrica, fei inabilização do mesmo, informado a TW a central de regulação que informen envio de uma VTR. Colocada Colar Cervical, AVP conforme

| ESCALA DE COMA DE GLASGOW | | | | ESCORE DO TRAUMA | | | |
|---------------------------|-------------------------|-------------------------|---|-------------------------------------|---------|--------|-------------------------|
| Adulto | | Menores de 5 anos | | Escala | | Escala | |
| Abertura Ocular | Abre espontaneamente | Abre espontaneamente | 4 | Frequência Respiratória (mov / min) | 10 - 24 | 4 | Orientação da Regulação |
| | Com estímulos auditivos | Com estímulos auditivos | 3 | | 25 - 35 | 3 | |
| | Com estímulos dolorosos | Com estímulos dolorosos | 2 | | ≥ 36 | 2 | |
| Resposta Verbal | Não abre os olhos | Não abre os olhos | 1 | Pressão Sístole (mmHg) | 01 - 09 | 1 | Orientação da Regulação |
| | Orientado | Balucia | 5 | | 0 | 0 | |
| | Confuso | Choro irritado | 4 | | > 90 | 4 | |
| Resposta Motora | Palavras inapropriadas | Choro a dor | 3 | Escala de Glasgow | 70 - 89 | 3 | Orientação da Regulação |
| | Sons ou gemidos | Gemido a dor | 2 | | 50 - 69 | 2 | |
| | Nenhuma | Nenhuma | 1 | | 01 - 49 | 1 | |
| Resposta Motora | Obedece solicitações | Movimentos espontâneos | 6 | Escala de Glasgow | 0 | 0 | Orientação da Regulação |
| | Localiza a dor | Retira ao toque | 5 | | 14 a 15 | 5 | |
| | Flexão normal | Retira a dor | 4 | | 11 a 13 | 4 | |
| Resposta Motora | Flexão anormal | Flexão normal | 3 | Escala de Glasgow | 8 a 10 | 3 | Orientação da Regulação |
| | Extensão a dor | Flexão anormal | 2 | | 5 a 7 | 2 | |
| | Nenhuma | Nenhuma | 1 | | 3 a 4 | 1 | |

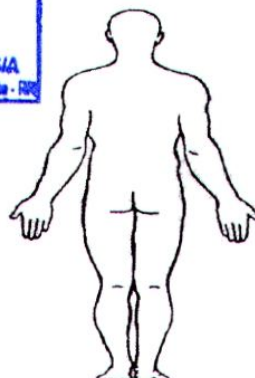
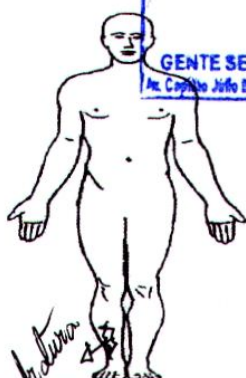
orientação da Regulação.

Elton Sidney Rodrigues Leite
COREN - RR 331 723 TE

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

12 SET 2019

GENTE SEGURADORA S/A
Av. Capitão João Batista, 404 - Boa Vista - RJ



SAMU 192-BV
CONFERE CCM
ORIGINAL
Em 16/08/19
Stephanie
Rubrica

| | | |
|---|---|---|
| IG p/ semana: _____ Movimentos fetais: _____ Perda de líquido: _____ BCF: _____ <input type="checkbox"/> Com cartão <input type="checkbox"/> Sem cartão | MATERIAL E MEDICAÇÃO 01 SRL 500ml. 01 SFO.91. 250ml. 01 Tramadol; 01 Digoxina 01 S.T.O. 400 | 03 gelco n: 56; 03 agulhas; 03 ataduras 03 talon moldavel 03 corninha |
|---|---|---|

Atopado - Doença

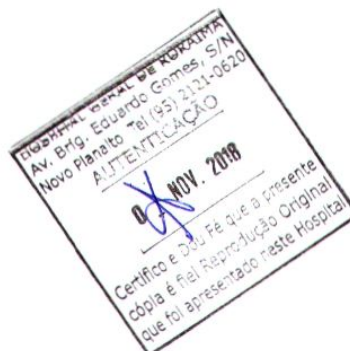
Parant plete m dnt
po fol do t... e colu

par fatur Enst-
t... e d... P...
Parant... d... m...

Parant... d... m...

[Signature]
1908

Dr. Guto Gomes



18

...: Guia de Atendimento 02 ...

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
Secretaria de Estado da Saúde
Hospital Geral de Roraima - PAAR / PSFE
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308

1801004421 04/09/2018 09:06:28 FICHA DE ATENDIMENTO TRAUMATOLOGIA DIURNO 07-19 8

Paciente FRANCISCO OTACILIO DA COSTA Data Nascimento 18/12/1953 Idade 64 A 8 M 17 D CNS CPF 24006513291 Prontuário
Tipo Doc Documento Órgão Emissor Data Emissão Sexo Estado Civil Raça/Cor Naturalidade Nacionalidade
IDENTIDADE 3803694 M NAO PARDA BRASILEIRA
Mãe MARIA FRANCISCA DA COSTA JOSE FERREIRA DA COSTA Contato (95) 99173-4114
Endereço RUA - CAMPINAS - 1231 - NOVA CIDADE - BOA VISTA - RR Ocupação NÃO INFORMADA

Class. de Risco Plano Convênio N° da Carteira Validade Autorização Sis Prenatal
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MINISTROS - DPVAT
Motivo do Atendimento Caráter do Atendimento Procedência Temp. Peso Pressão
ACIDENTE DE MOTO URGÊNCIA
Setor Tipo de Chegada Procedimento Sol. Registrado por:
GRANDE TRAUMA SAMU CAPITAL DANIEL.VIANA

Queixa Principal 1 2 SET 2019
Do m. Perne.

Anamnese de Enfermagem GENTE SEGURADORA S/A
SPO2 = 98% FC = 85 bpm.

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - 07:10 h)
Ret. Reduzido pelo SAMU em uso de colar cervical e prancha rígida
história de colisão moto x moto. Em uso de capote, não enxa ou
unidade.

Exame Físico
Lote, BCG, (P) via aérea permeável (R) reflexos de presença, reflexos de em reflex
então (E) contatos de presença em Rota (D) Glasgow 15 (E) x parciais, lateral em
a presença. # Os medicamentos com transd na presença

Hipótese Diagnóstica
Politrauma

SADT - Exames Complementares
(X) RAO-X () ULTRA-SON () TC () SANGUE () URINA () ECG () OUTROS

PRESCRIÇÃO
1. Gentamicina 240mg 2x dia
2. Clindamicina 600mg 4x dia
3. Atorvastatina 20mg 1x dia
4.

APRAZAMENTO
1. 10/10

Condição
() Alta por Decisão Médica
() Alta a Pedido
() Alta a Revelia
() Transferência para: ortop

óbito
Antes do 1º Atendimento? () Sim () Não Destino: () Família () IML Anatomia Patológica

Assinatura do Paciente ou Responsável
Assinatura e Carimbo do Médico
Edson Roberto F. Ribeiro
Cirurgião Geral
CRM 1275

Impresso por: daniel.viana
Data Hora: 04/09/2018 09:08:19

1801004421

BLOCO D

Alta 12.09.18

| | | | | | | | |
|---|--|---------------------|--|---|--|--------------------------|--|
| Sistema Único de Saúde | | Ministério da Saúde | | LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE | | | | | | | |
| 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE | | | | | | 2 - CNES | |
| 3 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE | | | | | | 4 - CNES | |
| IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE | | | | | | | |
| 5 - NOME DO PACIENTE | | | | Francisco Otávio da Costa | | 6 - N° DO PRONTUÁRIO | |
| 7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) | | | | | | 167963 | |
| 8 - DATA DE NASCIMENTO | | | | 18/12/53 | | 9 - SEXO | |
| 10 - NOME DA MÃE OU DO RESPONSÁVEL | | | | Maria Francisca da Costa | | m | |
| 11 - ENDEREÇO (RUA, N° BAIRRO) | | | | R. Compinas 1231 Nova cidade | | 11 - TELEFONE DE CONTATO | |
| 12 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA | | | | BV | | 913 9911 3411 | |
| 13 - COD. IBGE MUNICÍPIO | | | | 2121-0620 | | 15 - UF | |
| 14 - CEP | | | | 2121-0620 | | 16 - CEP | |
| 17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS | | | | | | | |
| <div style="display: flex; justify-content: space-between;"><div style="width: 40%;"><p><i>f + E = pr</i></p></div><div style="width: 20%; text-align: center;"><div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; color: blue;">ÁREA DE SINISTROS - DPVAT</div><div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; color: blue;">CONTÉUDO NÃO VERIFICADO</div><div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; color: blue;">12 SET 2019</div><div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; color: blue;">GENTE SEGURODORA S/A</div><div style="border: 1px solid blue; padding: 5px; color: blue;">Av. Capitão João Batista, 404 - Boa Vista - FIC</div></div><div style="width: 40%; text-align: right;"><p><i>f. lu</i></p></div></div> | | | | | | | |
| 18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO | | | | | | | |
| <p><i>tratamento cirúrgico</i></p> | | | | | | | |
| 19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) | | | | | | | |
| <p><i>Rx + Exame físico</i></p> | | | | | | | |
| 20 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO | | | | | | | |
| <p><i>f. Expt - de f. lu</i></p> | | | | | | | |
| 21 - CID 10 PRINCIPAL | | | | | | | |
| 22 - CID 10 SECUNDÁRIO | | | | | | | |
| 23 - CID 10 TERCIÁRIO | | | | | | | |
| 24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO | | | | | | | |
| 25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO | | | | | | | |
| 26 - CLÍNICA | | | | | | | |
| 27 - DATA DA INTERNAÇÃO | | | | | | | |
| 28 - DOCUMENTO | | | | | | | |
| 29 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE | | | | | | | |
| 30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE | | | | | | | |
| 31 - DATA DA AUTORIZAÇÃO | | | | | | | |
| 32 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE | | | | | | | |
| 33 - ACIDENTE DE TRABALHO | | | | | | | |
| 34 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO | | | | | | | |
| 35 - ACIDENTE DE TRABALHO ATÍPICO | | | | | | | |
| 36 - CNPJ DA EMPRESA | | | | | | | |
| 37 - N° DO BILHETE | | | | | | | |
| 38 - CNPJ DA EMPRESA | | | | | | | |
| 39 - CNAB DA EMPRESA | | | | | | | |
| 40 - CBO | | | | | | | |
| 41 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA | | | | | | | |
| 42 - EMPREGADOR | | | | | | | |
| 43 - EMPREGADOR | | | | | | | |
| 44 - AUTÔNOMO | | | | | | | |
| 45 - DESEMPREGADO | | | | | | | |
| 46 - APOSENTADO | | | | | | | |
| 47 - NÃO SEGURO | | | | | | | |
| 48 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | | | | | | |
| 49 - COD. ÓRGÃO EMISSOR | | | | | | | |
| 50 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | | | | | | | |
| 51 - DOCUMENTO | | | | | | | |
| 52 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | | | | | | |
| 53 - DATA DA AUTORIZAÇÃO | | | | | | | |
| 54 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO) | | | | | | | |

0408050500
5822
1299

ate 11.9



BOLETIM OPERATÓRIO

Data:

4.04.18

OS

James O. de
Coster.

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO

INDICAÇÃO TERAPÊUTICA:

TIPO DE INTERVENÇÃO:

MEDICAÇÕES E ACIDENTES:

DIAGNÓSTICO OPERATÓRIO:

CIRURGIÃO:

2º AUXILIAR:

3º AUXILIAR:

ANESTESISTAS:

INÍCIO:

1º AUXILIAR:

INSTRUMENTADORA:

ANESTHESIA:

ANESTÉSICO:

12 SET 2019

FIM:

~~GENTE SEGURADORA S/A~~

Av. Capitão João Batista 444 - Rio de Janeiro

RELATORIO CIRURGICO

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA
Av. Eng. Adolfo Gómes, S/N
Nova Macaia - Tel (95) 2121-0620
AUTENTICAÇÃO
16 NOV 2019
Certifico e Dou Fé que a presente
cópia é (é) Reprodução Original
que foi apresentado neste local.

RELATORIO CIRURGICO

- ① Pot am o d n fel plane aurto
- ② compne + anti-repne + colo can
de can pr eler.
- ③ Lnc enert: un de bon
- ④ colocaco de finadr riter me.
- ⑤ sutura + aerut co.
- ⑥ co p pr

Dr. Pablo C. Schenquerra Jr.
Medicine

medico
CRM-RR/1908



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
"Associação Petróleo dos Brasileiros"

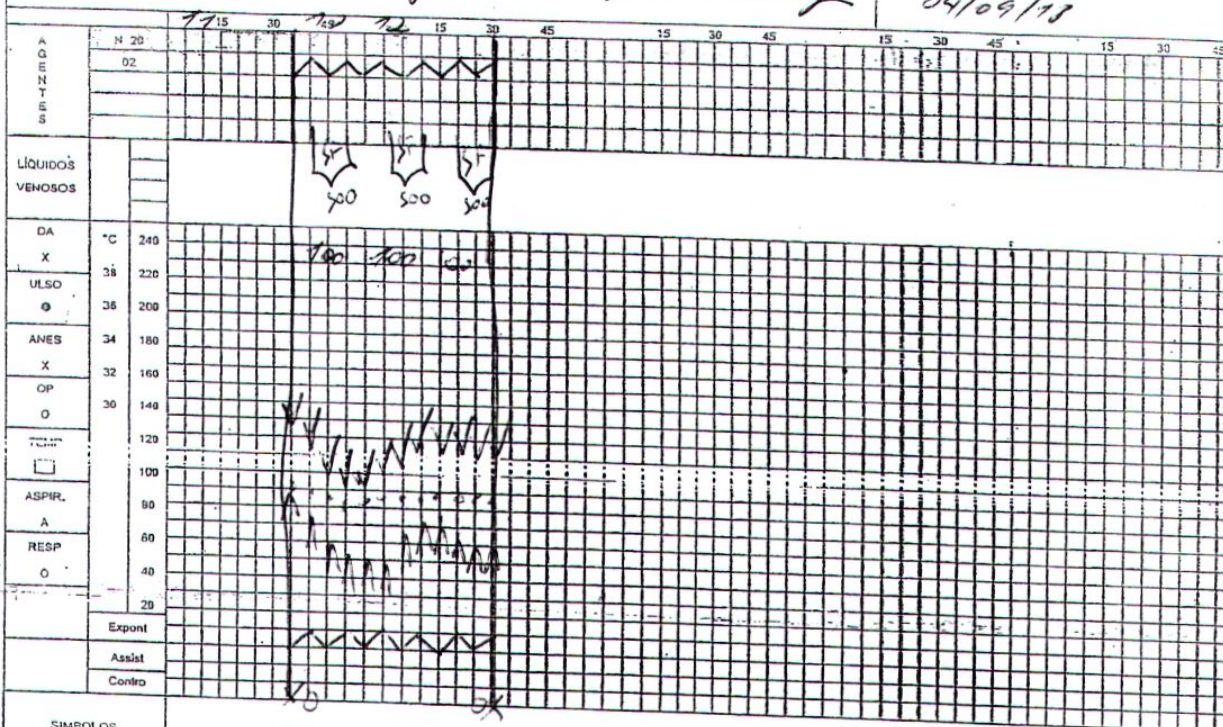
FICHA DE ANESTESIA

Francisco Otávio da Costa

PRÉ-MEDICAÇÃO - DROGA - DOSE - HORA - EFEITO

Fentanyl 100mcg + Midazolam 2,5mg

Boa Visto
04/09/18

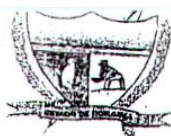


| AGENTES | DOSES | TECNICA | ANOTAÇÕES |
|---------------------|-------|----------------------|---------------------------|
| A. Propofol 15mg | | Requiescente | * Monitorização + Ch. Ar. |
| B. Fentanyl 100mcg | | Resposta hiperfônica | 1) Pré-oxigenação 2L CO2 |
| C. Dexamet 4mg | | mediante simples | 2) Assupção após bomba |
| D. Ondansetron 8mg | | | 3) Líquido subaracnóide |
| E. Diploz 75mg | | | 4-6, LCR claro. |
| F. Midazolam 2,5mg | | | 4) Injeção propofol |
| G. Glucose 50g 9% | | | 11-7. Subaracnóide |
| H. Dextrose 50g 10% | | | 5) Tenaxica 40g |
| I. Glucose 50g 9% | | | |
| J. Dextrose 50g 10% | | | |
| K. Dextrose 50g 10% | | | |
| L. Dextrose 50g 10% | | | |
| M. Dextrose 50g 10% | | | |
| N. Dextrose 50g 10% | | | |
| O. Dextrose 50g 10% | | | |
| P. Dextrose 50g 10% | | | |
| Q. Dextrose 50g 10% | | | |
| R. Dextrose 50g 10% | | | |
| S. Dextrose 50g 10% | | | |
| T. Dextrose 50g 10% | | | |
| U. Dextrose 50g 10% | | | |
| V. Dextrose 50g 10% | | | |
| W. Dextrose 50g 10% | | | |
| X. Dextrose 50g 10% | | | |
| Y. Dextrose 50g 10% | | | |
| Z. Dextrose 50g 10% | | | |

| GLUCOSE | LÍQUIDOS | CÂNULA - NISO / Oro Faríngea |
|--------------------------|----------|------------------------------|
| NDCC | | Naso / Orofaríngea - Cega |
| SANGUE | | Est - Tamp - Cateter do Tubo |
| | | Sob Mascara |
| | | Dificuldade Técnica |
| | | Tempo de Anestesia |
| TOTAL | | |
| OPERAÇÃO | | |
| ANESTESIA | CÓDIGO | CIRURGIÃO |
| Dra Ana Paula / M. V. R. | | Dr. Rogério / Pablo |

| PESSOA SANGÜÍNEA |
|---------------------------------------|
| 1) Ondansetron 8mg + Dexamet 4mg (14) |
| 2) Diploz 75mg |
| 3) 1/2 R.P.A. |

Dra. Ana Paula Thomé
Médica Anestesiologista
CRM-RR 1408



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

FICHA DE MATERIAL CONSUMIDO EM CIRURGIA

| | | | | |
|---|----------------------------|--------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| NOME DO PACIENTE | | APT OU LEITO | Nº DO PRONTUÁRIO | DA |
| FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | GT | | 04/10/19 |
| TIPO | | CIRURGIA | | |
| TTO amputação de fr. costal de T14 | | TEMPO DE DURAÇÃO | | |
| | | INICIO | FIM | TEMPO TOTAL |
| | | 11:50 | 12:40 | |
| CIRURGIÃO | EQUIPE MÉDICA | | | |
| 1º AUXILIAR | ANESTESISTA: | | 2 AMPL PARY | |
| 2º AUXILIAR | RES. ANESTESIA: | | 2 MARCOS | |
| | INSTRUMENTADOR | | | |
| | CIRCULANTE | | | |
| TIPO DE ANESTESIA: PARY | | TEMPO DE DURAÇÃO: 1 hora | | |
| QUANT. | MATERIAIS | VALOR | QUANT | MEDICAMENTOS |
| 1 | PCTS COMPRESSAS C/03 UNID. | | 1 | FRASCOS- SORO FISIOLÓGICO 500ml |
| 1 | PACOTES GAZE | | 1 | FRASCOS- SORO RINGER LACTADO |
| 1 | LUVA ESTERIL 7.0 | | 1 | FRASCOS- SORO GLICOSADO |
| 1 | LUVA ESTERIL 7.5 | | 1 | FIO VICRYLNº |
| 1 | LUVA ESTERIL 8.0 | | 1 | FIO MONONYLON Nº 20 |
| 1 | LUVA ESTERIL 8.5 | | 1 | FIO ALGODÃO SEM AGULHA Nº |
| 1 | LUVAS P/PROCEDIMENTOS | | 1 | FIO ALGODÃO COM AGULHA Nº |
| 1 | LÂMINA BISTURINº 11 | | 1 | FIO CATGUT SIMPLES Nº |
| 1 | DRENO DE SUCÇÃO Nº | | 1 | FIO CATGUT CROMADO Nº |
| 1 | DRENO DE TORAX Nº | | 1 | FIO PROLENE Nº |
| 1 | DRENO DE PENROSE Nº | | 1 | FIO SEDA Nº |
| 1 | SERINGA 01ML | | 1 | SURGICEL |
| 1 | SERINGA 03ML | | 1 | CERA P/ OSO |
| 1 | SERINGA 05 ML | | 1 | KIT CATARATANº |
| 1 | SERINGA 10ML | | 1 | GEOFOAM |
| 1 | SERINGA 20ML | | 1 | FITA CARDIACA |
| 1 | OUTROS: TAPAS | | 1 | OUTROS: TAPAS |
| MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA- VISTO DOS RESPONSÁVEIS | | | DEBITAR NA C.C DO PACIENTE | |
| INSTRUMENTADOR (A) | ENFERMEIRA CHEFE | MATERIAL MEDICAMENTOS | | |
| | - D. B. Alves | SUB- TOTAL | | |
| FUNCIONÁRIO/CALCULOS | CIRCULANTE DE SALA | TAXA DE SALA | | |
| | - D. B. Alves | TAXA DE ANESTESIA | | |
| | | SOMA | | |
| ENVIE ESTE FORMULÁRIO A CONTABILIDADE | | | | |



NOME:

Faviano Cecilio da Costa

SAI - SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
CENTRO CIRÚRGICO/SRPA

DADOS PRÉ-OPERATÓRIO

Data: 04.09.19

Idade: 64

Chegada: GT

Interno: () U.T.I. 1

Interno: () U.T.I. 2

Interno: () U.T.I. 3

Interno: () U.T.I. 4

Interno: () U.T.I. 5

Interno: () U.T.I. 6

Interno: () U.T.I. 7

Interno: () U.T.I. 8

Interno: () U.T.I. 9

Interno: () U.T.I. 10

Interno: () U.T.I. 11

Interno: () U.T.I. 12

Interno: () U.T.I. 13

Interno: () U.T.I. 14

Interno: () U.T.I. 15

Interno: () U.T.I. 16

Interno: () U.T.I. 17

Interno: () U.T.I. 18

Interno: () U.T.I. 19

Interno: () U.T.I. 20

TRANSOPERATÓRIO

Entrada na Sala

Início da Cirurgia

Início Anestesia

Término Cirurgia

Saída S.O.

Cirurgia Realizada

Anestesia

Posicionamento

Hemodinâmica

CH

Plasma

Plaquetas

Análise de Urina

Nº de compressas oferecidas

Nº de compressas recolhidas

Sinais Vitais:

T: 36,0°C

SAT: 98%

() Regular

() Irregular

() Regular

() Irregular

() Regular

() Irregular

SRPA

Cirurgia Realizada

Anestesia

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Localização

Balanco Hídrico

Entradas

CH

SNG

Dreno

Duração

Saída

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

Outros

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CIRÚRGICA

ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA

ANTES DA INCISÃO

ANTES DE O PACIENTE SAIR DA SALA DE OPERAÇÕES

Nome: Fernando Roberto de Azevedo
Responsável: Leandro

Anestesiista: Ane Paula

SAÍDA CIRÚRGICA (Sala Operatória)

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE: CONFIRMAR:
☒ Identidade
☒ Sítio Cirúrgico
☒ Procedimento
☒ Consentimento

CONFIRMAR QUE TODOS OS MEMBROS DA EQUIPE SE APRESENTARAM PELO NOME E FUNÇÃO: ☒ Sim () Não

CIRURGIÃO, ANESTESIOLOGISTA E ENFERMEIRO CONFIRMARAM VERBALMENTE:
☒ Identificação do paciente
☒ Sítio cirúrgico
☒ Procedimento

EVENTOS CRÍTICOS PREVENTIVOS:
☒ REVISÃO DO CIRURGIÃO:
Quais são as etapas críticas ou inesperadas, duração da operação e perda sanguínea prevista.

☒ REVISÃO DA EQUIPE DE ANESTESIA:
Há alguma preocupação específica em relação ao paciente

☒ VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA ANESTÉSICA CONCLUIR

☒ OXÍMETRO DE PULSO NO PACIENTE EM FUNCIONAMENTO

O PACIENTE POSSUI:

ALERGIA CONHECIDA
☒ Não () Sim, Qual: _____

QUA ÁREA DIFÍCIL/RISCO DE ASPIRAÇÃO
☒ Não () Sim, e equipamento/medicação disponíveis

RISCO DE PERDA SANGÜÍNEA > 500 ml
☒ Não () Sim, e uso adequado de hemoderivação/plaquetário para fluidos

Assinatura: Medeiros Felipe Farias
Anestesiologista
CRM: 1509

Data: 1 / 1 / 2019 Hora: _____

AS IMAGENS ESSENCIAIS ESTÃO DISPONÍVEIS.
☒ Sim () Não se aplica

SAÍDA (Sala Pós Operatória)

OS PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM OU DA EQUIPE MÉDICA CONFIRMARAM VERBALMENTE COM A EQUIPE:

1- O NOME DO PROCEDIMENTO REGISTRADO
☒ Sim () Não

2- SE AS CONTAGENS DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, COMPRESSAS E AGULHAS ESTÃO CORRETAS
☒ Sim () Não () Não se Aplicam

3- COMO A AMOSTRA PARA ANATOMIA PATOLÓGICA ESTÁ IDENTIFICADA (INCLUINDO O NOME DO PACIENTE)
☒ Sim () Não () Não se Aplicam

SE HÁ ALGUM PROBLEMA COM EQUIPAMENTO PARA SER RESOLVIDO
☒ Sim () Não

() O CIRURGIÃO, O ANESTESIOLOGISTA E A EQUIPE DE ENFERMAGEM REVISAM PREOCUPAÇÕES ESSENCIAIS PARA A RECUPERAÇÃO E O MANEJO DESTE PACIENTE
☒ Sim () Não () Não se Aplicam

Assinatura e Carimbo
1926-75-2019-0000

401-2

| GOVERNO DE RORAIMA Hospital Geral de Roraima | | SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA | | HGR Hospital Geral de Roraima | |
|--|--|--|--|----------------------------------|--|
| DATA DE ADMISSÃO | | DIH | | DN | |
| PACIENTE | | Francisco Otávio de Costa | | | |
| DIAGNÓSTICO | | fx de tíbia exposta, região medial | | | |
| ALERGIAS | | NUNCA | | | |
| IDADE | | HAS | | DM2 | |
| 64 | | LEITO | | NEGA | |
| ITEM | | PRESCRIÇÃO | | DATA | |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | HORÁRIO | |
| 2 | AVP: SF0.9% 500ml 1x/dia | 8/8 horas (EU) | | SND | |
| 3 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | 24/09 | |
| 4 | TILATIL 20mg 12/12hs | | | 19/06 | |
| 5 | DIPIRONA 2ML EV 6/6 S/N | | | S/N | |
| 6 | TRAMAL 100MG + SF 0.9% 100ml EV OU 01cp(20gts) VO DE 8/8h SE DOR INTENSA | | | S/N | |
| 7 | PLASIL 10 mg EV 8/8h (S/N) | | | S/N | |
| 8 | RANITIDINA 50MG EV 8/8HS | | | S/N | |
| 9 | SIMETICONA GOTAS 30 GOTAS VO DE 8/8 h (S/N) | | | 28/04/08 | |
| 10 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | S/N | |
| 12 | CAPTOPRIL 25MG VO SE PAS > 160 E/OU PAD > 110 MMMHG | | | rolando | |
| 14 | CURATIVO DIARIO | | | S/N | |
| 15 | Insulina 0.140 mg (EU) 1x ao dia | | | desligar | |
| 16 | Clonazepam 0.5 mg (EU) 6/6 horas | | | 16 | |
| 17 | Clonazepam 40 mg (EU) 1x ao dia | | | 18/06/16 | |
| 18 | | | | | |
| 19 | | | | | |
| 20 | | | | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E/OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | | |

EVOLUÇÃO MÉDICA:

Ao bloco para programação cirúrgica

Pa ap de cirurgia

NÃO HÁ NA Farmácia, Tiltel,
clercione 40,

| SINAIS VITAIS | PA | FC | TA |
|---------------|--------|----|------|
| 6 H | 140/90 | 76 | 36,1 |
| 12 H | | | |
| 18 H | | | |
| 24 H | 130/90 | 78 | 36,3 |

18:00 PA= 129x78
FC= 87
TAx= 36.1

NIR

Bloco P teste
BHD - 401-2
Paulinho as 16:

MEDICO RESIDENTE EM
ORTOPEDIA E
TRAUMATOLOGIA.

CDR 1908

Dr. Paulo Cavallaro
Esquema fixar.

401-2

| HOSPITAL GERAL DE RORAIMA | | SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA | | SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA | |
|---|---|--------------------------------|------------|--------------------------------------|------------|
| GOVERNO DE RORAIMA | | HGR | | ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA | |
| PRESCRIÇÃO MÉDICA | | | | | |
| DATA DE ADMISSÃO | 04/09/2018 | DIH | | DN | 18/12/1953 |
| PACIENTE | FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | |
| AGNÓSTICO | FRATURA EXPOSTA DE TIBIA ESQUERDA | | | | |
| ALERGIAS | | | | | |
| IDADE | 64 | HAS | | DM2 | |
| LEITO | | DATA | 05/09/2018 | | |
| ITEM | PRESCRIÇÃO | | | | HORÁRIO |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | | |
| 2 | AVP | | | | |
| 4 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | | |
| 7 | TENOXICAM 40 MG EV 01 X DIA S/N | | | | |
| 8 | PLASIL 10MG EV 8/8H S/N | | | | |
| 9 | DIPIRONA 1G EV DE 6/6H S/N | | | | |
| 10 | TRAMAL 100MG + SF0,9% 100ML EV DE 8/8H SE DOR INTENSA | | | | |
| 11 | CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG | | | | |
| 12 | SIMETICONA 40 GOTAS V.O 8/8 HRS S/N | | | | |
| 13 | OMEPRAZOL 40MG EV 1 X AO DIA OU 1 CP V.O | | | | |
| 14 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | | |
| 15 | CURATIVO DIÁRIO | | | | |
| 16 | CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HRS | | | | |
| 17 | | | | | |
| 18 | | | | | |
| 19 | | | | | |
| 20 | | | | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | | |

EVOLUÇÃO MÉDICA:

ENCONTRO PACIENTE DEITADO NO LEITO, ALIMENTANDO, SEM ALTERAÇÕES
EXAME FÍSICO: BEG, LOTE, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOCORADO, HIDRATADO.
PREVISÃO DE ALTA: SEM PREVISÃO





Dr. Odinachi Okemiri
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM 18517RR

| SINAIS VITAIS | | | | |
|---------------|--------|----|----|--------|
| 6 H | PA | FC | FR | |
| 12 H | 130/40 | 83 | 19 | 36,4°C |
| 18 H | 125/41 | 78 | 18 | 36,6°C |
| 24 H | 143/99 | 80 | 18 | 36,8°C |

07as 13 - Administrada medicação conforme prescrição médica e aferido sinais vitais. Segue em cuidados da enfermagem.

Valdenor de Almeida
Técnico de Enfermagem
COREN-RR 96400

401
2

| | | | | |
|--|---|---|-----|------------|
|  HOSPITAL GERAL DE RORAIMA SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA Serviço de Ortopedia e Traumatologia PRESCRIÇÃO MÉDICA | |  | | |
| DATA DE ADMISSÃO | 04/09/2018 | DIH | DN | 18/12/1953 |
| PACIENTE | FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | |
| AGNÓSTICO | FRATURA EXPOSTA DE TIBIA ESQUERDA | | | |
| ALERGIAS | HAS | | | |
| IDADE | 64 | LEITO | DM2 | |
| ITEM | PRESCRIÇÃO | | | DATA |
| | | | | 06/09/2018 |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | HORÁRIO |
| 2 | AVP | | | |
| 4 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | |
| 7 | TENOXICAM 40 MG EV 01 X DIA S/N | | | |
| 8 | PLASIL 10MG EV 8/8H S/N | | | |
| 9 | DIPIRONA 1G EV DE 6/6H S/N | | | |
| 10 | TRAMAL 100MG + SF0,9% 100ML EV DE 8/8H SE DOR INTENSA | | | |
| 11 | CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG | | | |
| 12 | SIMETICONA 40 GOTAS V.O 8/8 HRS S/N | | | |
| 13 | OMEPRAZOL 40MG EV 1 X AO DIA OU 1 CP V.O | | | |
| 14 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | |
| 15 | CURATIVO DIÁRIO | | | |
| 16 | CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HRS | | | |
| 17 | | | | |
| 18 | | | | |
| 19 | | | | |
| 20 | | | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | |

EVOLUÇÃO MÉDICA:

ENCONTRO PACIENTE DEITADO NO LEITO ATIVO, REATIVO, COMUNICATIVO,
ALIMENTANDO, SEM ALTERAÇÕES
EXAME FÍSICO: BEG, LOTE, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRIL, EUPNEICO,
NORMOCORADO, HIDRATADO.
PREVISÃO DE ALTA: SEM PREVISÃO







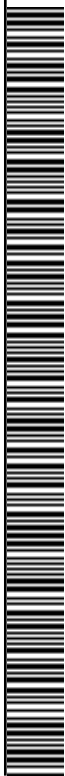
Dr. Odinachi Okemiri
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 18511/RR

| SINAIS VITAIS | | | | |
|---------------|---------|----|----|------|
| 6 H | PA | FC | FR | |
| 12 H | 130x90 | 95 | 19 | 36,2 |
| 18 H | 130x90 | 86 | 20 | 36,6 |
| 24 H | 140x100 | 92 | 20 | 36,6 |
| 6 H | 150x90 | 90 | 20 | 36,7 |

Dr. Odinachi Okemiri
Residente De Ortopedia e
Traumatologia

401-2

|  HOSPITAL GERAL DE RORAIMA SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA   | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|------------|------------|--------|------------|---------------|--|--|--|--|-----|------------|-------|-------|--------|------|--------|----|--|--------|------|--------|----|--|--------|------|--------|----|----|------|
| DATA DE ADMISSÃO | | 04/09/2018 | DIH | DN | 18/12/1953 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PACIENTE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| AGNÓSTICO FRATURA EXPOSTA DE TIBIA ESQUERDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ALERGIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| IDADE | 64 | HAS | DM2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LEITO | | DATA | 07/09/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ITEM | PRESCRIÇÃO | | | | HORÁRIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | AVP | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | TENOXICAM 40 MG EV 01 X DIA S/N | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | PLASIL 10MG EV 8/8H S/N | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | DIPIRONA 1G EV DE 6/6H S/N | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | TRAMAL 100MG + SF0,9% 100ML EV DE 8/8H SE DOR INTENSA | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | SIMETICONA 40 GOTAS V.O 8/8 HRS S/N | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | OMEPRAZOL 40MG EV 1 X AO DIA OU 1 CP V.O | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15 | CURATIVO DIÁRIO | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HRS | | | | SN | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 18 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI ; 251-300: 4UI ; 301-350: 6UI ; 351-400: 8UI ; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EVOLUÇÃO MÉDICA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| #ENCONTRO PACIENTE DEITADO NO LEITO, ATIVO, REATIVO, COMUNICATIVO, ALIMENTANDO, SEM ALTERAÇÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| # EXAME FÍSICO : BEG, LOTE, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOCORADO, HIDRATADO. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| # PREVISÃO DE ALTA : SEM PREVISÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  Dr. Odinachi Okemiri Médico Residente Ortopedia e Traumatologia CRM 18511/R | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="5">SINAIS VITAIS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>6 H</td> <td>120 PA 100</td> <td>FC 80</td> <td>FR 14</td> <td>T 36°C</td> </tr> <tr> <td>12 H</td> <td>110/78</td> <td>76</td> <td></td> <td>36.6°C</td> </tr> <tr> <td>18 H</td> <td>120/83</td> <td>90</td> <td></td> <td>36.2°C</td> </tr> <tr> <td>24 H</td> <td>123/89</td> <td>80</td> <td>14</td> <td>36°C</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | SINAIS VITAIS | | | | | 6 H | 120 PA 100 | FC 80 | FR 14 | T 36°C | 12 H | 110/78 | 76 | | 36.6°C | 18 H | 120/83 | 90 | | 36.2°C | 24 H | 123/89 | 80 | 14 | 36°C |
| SINAIS VITAIS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 H | 120 PA 100 | FC 80 | FR 14 | T 36°C | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 H | 110/78 | 76 | | 36.6°C | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 18 H | 120/83 | 90 | | 36.2°C | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24 H | 123/89 | 80 | 14 | 36°C | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



401-2

| HOSPITAL GERAL DE RORAIMA SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA PRESCRIÇÃO MÉDICA | | | | | |
|---|---|-------|--------|-------|------------|
| DATA DE ADMISSÃO | 04/09/2018 | DIH | | DN | 18/12/1953 |
| PACIENTE | FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | |
| AGNÓSTICO | FRATURA EXPOSTA DE TIBIA ESQUERDA | | | | |
| ALERGIAS | HAS DM2 | | | | |
| IDADE | 64 | LEITO | | DATA | 08/09/2018 |
| ITEM | PRESCRIÇÃO | | | | HORÁRIO |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | | SND |
| 2 | AVP | | | | |
| 4 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | | |
| 7 | TENOXICAM 40 MG EV 01 X DIA S/N | | | | |
| 8 | PLASIL 10MG EV 8/8H S/N | | | | |
| 9 | DIPIRONA 1G EV DE 6/6H S/N | | | | |
| 10 | TRAMAL 100MG + SF0,9% 100ML EV DE 8/8H SE DOR INTENSA | | | | |
| 11 | CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG | | | | |
| 12 | SIMETICONA 40 GOTAS V.O 8/8 HRS S/N | | | | |
| 13 | OMEPRAZOL 40MG EV 1 X AO DIA OU 1 CP V.O | | | | |
| 14 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | | |
| 15 | CURATIVO DIÁRIO | | | | |
| 16 | CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HRS | | | | |
| 17 | | | | | |
| 18 | | | | | |
| 19 | | | | | |
| 20 | | | | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | | |
| EVOLUÇÃO MÉDICA: | | | | | |
| # ENCONTRO PACIENTE DEITADO NO LEITO, ATIVO, REATIVO, COMUNICATIVO, ALIMENTANDO, SEM ALTERAÇÕES | | | | | |
| # EXAME FÍSICO: BEG, LOTE, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOCORADO, HIDRATADO. | | | | | |
| # PREVISÃO DE ALTA: SEM PREVISÃO | | | | | |
| 02h 34/90 82 35,9°C 20mpm | | | | | |
| SINAIS VITAIS | | | | | |
| 6 H | PA | FC | FR | | |
| 12 H | 42/91 | 93 | 36.2 | 20 | |
| 18 H | 130/90 | 94 | 36.7 | 20 | |
| 24 H | 130/80 | 94 | 36,6°C | 20mpm | |
| Administrado Item (9) às 22h | | | | | |
| Dr. Odinachi Okemiri Médico Residente Ortopedia e Traumatologia CRM: 18514-RR | | | | | |
| Dr Odinachi Okemiri Residente De Ortopedia e Traumatologia | | | | | |
| Sarah Moraes Catarino COREN-RR 907.560-PE | | | | | |

| HOSPITAL GERAL DE RORAIMA | | | | | |
|---|---|-------|-------|------|------------|
| SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA | | | | | |
| SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA | | | | | |
| PRESCRIÇÃO MÉDICA | | | | | |
| DATA DE ADMISSÃO | 04/09/2018 | DIH | | DN | 18/12/1953 |
| PACIENTE | FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | |
| AGNÓSTICO | FRATURA EXPOSTA DE TIBIA ESQUERDA | | | | |
| ALERGIAS | HAS DM2 | | | | |
| IDADE | 64 | LEITO | 401-2 | DATA | 09/09/2018 |
| ITEM | PRESCRIÇÃO | | | | HORÁRIO |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | | SND |
| 2 | AVP | | | | maior |
| 4 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | | 12 18 |
| 7 | TENOXICAM 40 MG EV 01 X DIA S/N | | | | |
| 8 | PLASIL 10MG EV 8/8H S/N | | | | |
| 9 | DIPIRONA 1G EV DE 6/6H S/N | | | | |
| 10 | TRAMAL 100MG + SF0,9% 100ML EV DE 8/8H SE DOR INTENSA | | | | SN 14 |
| 11 | CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG | | | | |
| 12 | SIMETICONA 40 GOTAS V.O 8/8 HRS S/N | | | | |
| 13 | OMEPRAZOL 40MG EV 1 X AO DIA OU 1 CP V.O | | | | |
| 14 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | | |
| 15 | CURATIVO DIÁRIO | | | | |
| 16 | CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HRS | | | | 18 18 |
| 17 | | | | | |
| 18 | | | | | |
| 19 | | | | | |
| 20 | | | | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | | |

VOLUÇÃO MÉDICA:

ENCONTRO PACIENTE DEITADO NO LEITO, ATIVO, REATIVO, COMUNICATIVO, ALIMENTANDO, SEM ALTERAÇÕES
EXAME FÍSICO: BEG, LOTE, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOCORADO, HIDRATADO.
PREVISÃO DE ALTA: SEM PREVISÃO

| SINAIS VITAIS | | | | |
|---------------|--------|-----|-------|--------|
| 6 H | PA | FC | FR | |
| 12 H | 130x90 | 88 | 20 | 36.3°C |
| 18 H | 130x80 | 100 | 18 | 36.5°C |
| 24 H | 160/80 | 103 | 19 mp | 36.1°C |

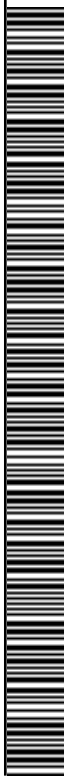
06h 100/60 101 19 mp 35.9°C



Adm.: Item (10) às 5h

tec Sarah Moraes Catarina
CORTA-RR 907.560-1E

Dr. Odinachi Okemiri
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM 1851/RR

Dr Odinachi Okemiri
Residente De Ortopedia e
Traumatologia



| | | | | | | | | | |
|---|--|------------|--|---|--|----|--|---|--|
|  | | | | HOSPITAL GERAL DE RORAIMA | | | |  | |
| | | | | SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA | | | | | |
| | | | | Serviço de Ortopedia e Traumatologia | | | | | |
| | | | | PRESCRIÇÃO MÉDICA | | | | | |
| DATA DE ADMISSÃO | | 04/09/2018 | | DIH | | DN | | 18/12/1953 | |

| | | | | | | | | | |
|-----------|--|-----------------------------------|--|-------|--|------|--|------------|--|
| PACIENTE | | FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | | | | |
| AGNÓSTICO | | FRATURA EXPOSTA DE TIBIA ESQUERDA | | | | | | | |
| ALERGIAS | | | | | | | | | |
| IDADE | | 64 | | HAS | | DM2 | | | |
| | | LEITO | | 401-2 | | DATA | | 10/09/2018 | |
| ITEM | | PRESCRIÇÃO | | | | | | HORÁRIO | |

| | | |
|--|---|--|
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | |
| 2 | AVP | |
| 4 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | |
| 7 | TENOXICAM 40 MG EV 01 X DIA S/N | |
| 8 | PLASIL 10MG EV 8/8H S/N | |
| 9 | DIPIRONA 1G EV DE 6/6H S/N | |
| 11 | TRAMAL 100MG + SF0,9% 100ML EV DE 8/8H SE DOR INTENSA | |
| 12 | CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG | |
| 13 | SIMETICONA 40 GOTAS V.O 8/8 HRS S/N | |
| 14 | OMEPRAZOL 40MG EV 1 X AO DIA OU 1 CP V.O | |
| 15 | SSVV + CCGG 6/6 H | |
| 16 | CURATIVO DIÁRIO | |
| 17 | CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HRS | |
| 18 | | |
| 19 | | |
| 20 | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | |

EVOLUÇÃO MÉDICA:

#ENCONTRO PACIENTE DEITADO NO LEITO, ATIVO, REATIVO, COMUNICATIVO,
ALIMENTANDO, SEM ALTERAÇÕES
EXAME FÍSICO: BEG, LOTE, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRIL, EUPNEICO,
NORMOCORADO, HIDRATADO.
PREVISÃO DE ALTA: SEM PREVISÃO

| SINAIS VITAIS | | | | |
|---------------|--------|----|----|------|
| 6 H | PA | FC | FR | |
| 12 H | 120/70 | 80 | 20 | 36,6 |
| 18 H | 130/70 | 80 | 20 | 36,6 |
| 24 H | 130/70 | 80 | 20 | 36,6 |

Dr. Odinachi Okemiri
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 18511/RR

Dr. Odinachi Okemiri
Residente De Ortopedia e
Traumatologia



GOVERNO DE
RORAIMA
Hospital Geral de
Roraima

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA
SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÃO MÉDICA



401
2

| | | | | | |
|---|---|-------|-------|------|------------|
| DATA DE ADMISSÃO | 04/09/2018 | DIH | | DN | 18/12/1953 |
| PACIENTE | FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | |
| AGNÓSTICO | FRATURA EXPOSTA DE TIBIA ESQUERDA | | | | |
| ALERGIAS | HAS DM2 | | | | |
| IDADE | 64 | LEITO | 401-2 | DATA | 11/09/2018 |
| ITEM | PRESCRIÇÃO | | | | HORÁRIO |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | | |
| 2 | AVP | | | | |
| 4 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | | |
| 7 | TENOXICAM 40 MG EV 01 X DIA S/N | | | | |
| 8 | PLASIL 10MG EV 8/8H S/N | | | | |
| 9 | DIPIRONA 1G EV DE 6/6H S/N | | | | |
| 10 | TRAMAL 100MG + SF0,9% 100ML EV DE 8/8H SE DOR INTENSA | | | | |
| 11 | CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG | | | | |
| 12 | SIMETICONA 40 GOTAS V.O 8/8 HRS S/N | | | | |
| 13 | OMEPRAZOL 40MG EV 1 X AO DIA OU 1 CP V.O | | | | |
| 14 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | | |
| 15 | CURATIVO DIÁRIO | | | | |
| 16 | CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HRS | | | | |
| 17 | | | | | |
| 18 | | | | | |
| 19 | | | | | |
| 20 | | | | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | | |

EVOLUÇÃO MÉDICA:

ENCONTRO PACIENTE DEITADO NO LEITO, ATIVO, REATIVO, COMUNICATIVO,
ALIMENTANDO, SEM ALTERAÇÕES

EXAME FÍSICO: BEG, LOTE, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRIL, EUPNEICO,
NORMOCORADO, HIDRATADO.

PREVISÃO DE ALTA: SEM PREVISÃO

Obs: manteve presença do
POI! 7/10/19

| | | | | |
|---------------|----|----|----|--|
| SINAIS VITAIS | | | | |
| 6 H | PA | FC | FR | |
| 12 H | | | | |
| 18 H | | | | |
| 24 H | | | | |

Dr. Odinachi Okemiri
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM 1851-RR

Dr. Odinachi Okemiri
Residente De Ortopedia e
Traumatologia

| SUS Sistema Único de Saúde | | Ministério da Saúde | | LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | |
|---|--|---------------------|--|--|--|
| IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE | | | | | |
| 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE | | | | 2 - CNES | |
| HGR | | | | | |
| 3 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE | | | | 4 - CNES | |
| HGR | | | | | |
| IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE | | | | | |
| 5 - NOME DO PACIENTE | | | | 6 - Nº DO PRONTUÁRIO | |
| Francisco Otávio M Costa | | | | | |
| 7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) | | | | 8 - DATA DE NASCIMENTO | |
| | | | | 18/12/53 | |
| 10 - NOME DA MÃE OU DO RESPONSÁVEL | | | | 9 - SEXO | |
| Maria Francisca da Costa | | | | M | |
| 12 - ENDEÇO (RUA, Nº, BAIRRO) | | | | 11 - TELEFONE DE CONTATO | |
| R. Compinas 1231 Nova Cidade | | | | 915 911 1713 9444 | |
| 13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA | | | | 14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO | |
| BO | | | | 212 | |
| 15 - UF | | | | 16 - CEP | |
| RJ | | | | | |
| 17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS | | | | | |
| JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO | | | | | |
| Paciente apresentando fratura fechada de tíbia e fíbula em nível médio, com lesão de ligamento cruzado anterior e lesão de ligamento cruzado posterior. Lesão de ligamento cruzado anterior e lesão de ligamento cruzado posterior. | | | | | |
| 18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO | | | | | |
| TTO cirúrgico. | | | | | |
| 19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) | | | | | |
| Ampliação + eq. fíbula (12x). | | | | | |
| 20 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO | | | | | |
| Fratura em osso da tíbia (10). | | | | | |
| 21 - CID 10 PRINCIPAL, 22 - CID 10 SECUNDÁRIO, 23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS | | | | | |
| 24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO | | | | | |
| Procedimento cirúrgico de fratura de tíbia e fíbula. | | | | | |
| 25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO | | | | | |
| S83.0 | | | | | |
| 26 - CLÍNICA | | | | | |
| Ortopedia | | | | | |
| 27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO | | | | | |
| Curativa | | | | | |
| 28 - DOCUMENTO | | | | | |
| () CNS () CPF | | | | | |
| 29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE | | | | | |
| 11111111111 | | | | | |
| 30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE | | | | | |
| Patricia | | | | | |
| 31 - DATA DA AUTORIZAÇÃO | | | | | |
| 11/09/18 | | | | | |
| 32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) | | | | | |
| Ortopedista e Traumatologista CRM-RR 13833 ROE 164 | | | | | |
| PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS) | | | | | |
| 33 - ACIDENTE DE TRABALHO | | | | | |
| 34 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO | | | | | |
| 35 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO | | | | | |
| 36 - CNPJ DA SEGURADORA | | | | | |
| 37 - Nº DO BILHETE | | | | | |
| 38 - CNPJ EMPRESA | | | | | |
| 39 - CNAE DA EMPRESA | | | | | |
| 40 - CBOR | | | | | |
| 41 - CBOR | | | | | |
| 42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA | | | | | |
| () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO | | | | | |
| 43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | | | | |
| 44 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR | | | | | |
| 45 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | | | | |
| 46 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | | | | |
| 47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO | | | | | |
| 11/09/18 | | | | | |
| 48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) | | | | | |
| 11-9 | | | | | |
| 49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | | | | | |
| 0408060190 | | | | | |
| M866 | | | | | |



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

BOLETIM OPERAT

BOLETIM OPERATÓRIO

Data: 11.09.18

O.S. _____

fractura distal da tíbia
na costela



DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO:

INDICAÇÃO TERAPÊUTICA:

TIPO DE INTERVENÇÃO:

MEDICAÇÕES E ACIDENTES:

DIAGNÓSTICO OPERATÓRIO:

fractura distal da tíbia (D)

TTU cirurgia

Revisão osteossíntese tíbia + TTU cirurgia

osteossíntese da tíbia

o mesmo

CIRURGIÃO: Dr. Patrick

1º AUXILIAR:

2º AUXILIAR:

INSTRUMENTADORA:

3º AUXILIAR:

ANESTESIA:

ANESTESISTAS: Dr. Valdenor

ANESTÉSICO:

INÍCIO:

FIM:

DURAÇÃO:

RELATÓRIO CIRÚRGICO

- (1) Paciente em DM H sob plano anestésico.
- (2) ANTISSEPSIA + ASSEPSIS + campo.
- (3) Para mais visibilidade de fixação externa, reposicionamento de fixação nos pontos de acesso intraósteo da tibia.
- (4) Abertura da cápsula proximal com pinos, LMC + desmontagem de tala resultante.
- (5) Sutura + curativo.
- (6) RPA.

Patrick Rabelo José
Ortopedista e Traumatologista
CRM/RR 1383 RQE 164

Max Souto Maior
Ortopedia e Traumatologia
Medicina do Trânsito
CRM-RR 695



GOVERNO DO ESTADO DE RORÔNIA

"Instituição Reguladora dos Profissionais"

Francisco Otacilia Costa 65a.

FICHA DE ANESTESIA

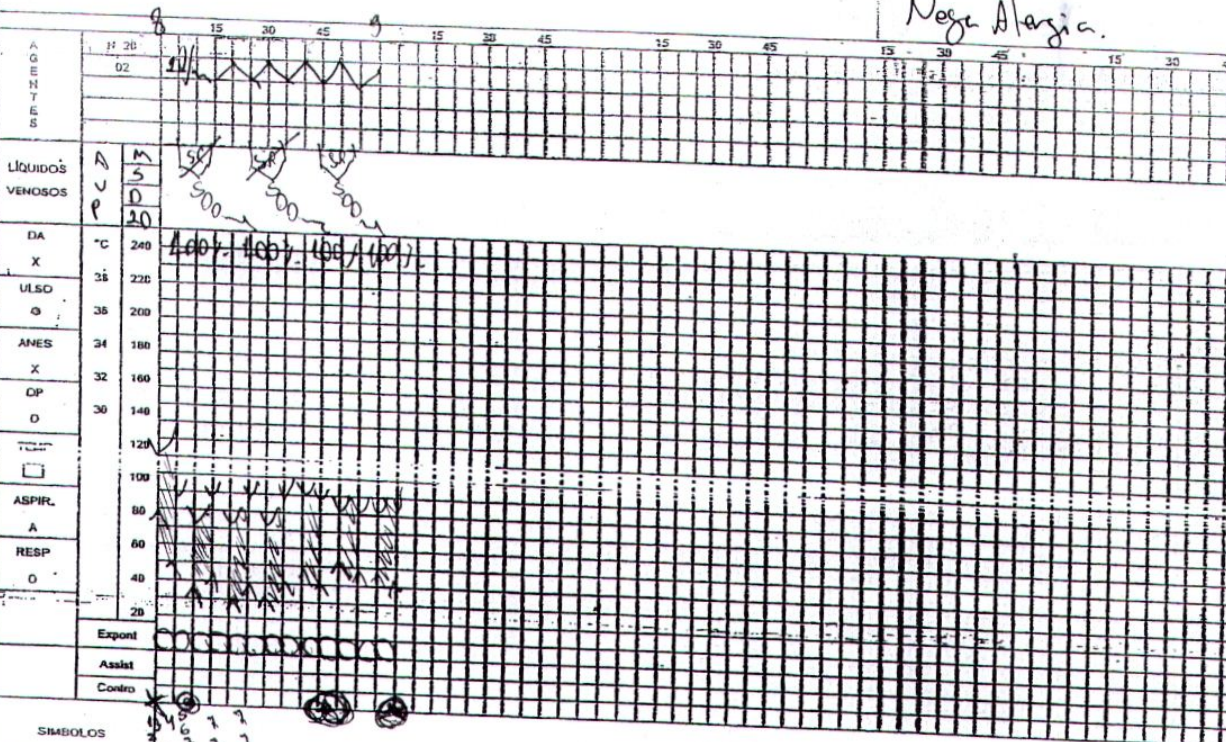
11/09/18

Nega HPP

Nega Alergia.

PRÉ-MEDICAÇÃO - DROGA - DOSE - HORA - EFEITO

0



| AGENTES | DOSES | TÉCNICA | ANOTAÇÕES |
|------------------------------|---|------------------------------|--|
| A Fentanyl | | RAQUIANESTESIA Plumbiana | 1-CHICK LIST Anest. OK. |
| B Midazolam | | U Agulha 27G em L3-L4 | MONITOR: SpO2 100%, PA 110/70, etc. |
| C Bupivacaina Hiperb 0,5% 20 | | testativa | ① AUP ② CN O2 2 l/min |
| D | | Ventilação espontânea | ③ Sedação - Fentanyl 50 mcg. |
| E | | CI O2 suplementar | Midazolam 2,5 mg. |
| F | | | ④ RAQUIANESTESIA: Bupivacaina Hiperb. 20 |
| G | | | ⑤ Opiáceos Br ③ efedrina 5 |
| GLICOSE | LÍQUIDOS | Cânula - Meso / Oro Farinha | ⑥ cetoprofeno 100mg |
| NDCC | | Meso / Oro Farinha - Cego | |
| SANGUE | | Ref - Temp - Calibre do Tubo | |
| | | Sob Mescara | |
| | | Dificuldade Técnica | |
| SP 0,9% 1500 ml | | | |
| TOTAL 1500 ml | | TEMPO DE ANESTESIA | |
| OPERAÇÃO | Manipulação + Limpeza de fivador externa de tibia ① | | ⑤ A / Tab / SRPA |
| ANESTESIA | Dr. Ubirajara | CÓDIGO | Dr. Patrick / Dr. Max |
| Dr. BRUNO / Dr. Marcos | | | PESSOA SANGUÍNEA |
| | | | Minima |





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

FICHA DE MATERIAL CONSUMIDO EM CIRURGIA

| | | | | | |
|---|-----------------------------|---|-------------------------------------|---------------------------------|-------|
| NOME DO PACIENTE <i>Francisco Otacilio da Costa</i> | | APT OU LEITO <i>401 02</i> | Nº DO PRONTUÁRIO | DATA <i>11 / 09 / 2018</i> | |
| CIRURGIA | | | | | |
| TIPO <i>Manipulação e limpeza de F.E em fibra (D)</i> | | TEMPO DE DURAÇÃO | | | |
| | | INICIO <i>08:20</i> | FIM <i>08:50</i> | TEMPO TOTAL | |
| EQUIPE MÉDICA | | | | | |
| CIRURGIÃO <i>Dr. Zalmack</i> | | ANESTESISTA: <i>Dr. Ubirajara</i> | | | |
| 1º AUXILIAR <i>Dr (R2) Mancuso</i> | | RES. ANESTESIA: <i>Dr (R1) Bruno</i> | | | |
| 2º AUXILIAR | | INSTRUMENTADOR | | | |
| | | CIRCULANTE | | | |
| TIPO DE ANESTESIA: <i>Peri</i> | | TEMPO DE DURAÇÃO: <i>30min + 20min</i> | | | |
| QUANT. | MATERIAIS | VALOR | QUANT | MEDICAMENTOS | VALOR |
| 1 | PCTS COMPRESSAS C/ 03 UNID. | | <input type="checkbox"/> | FRASCOS- SORO FISIOLÓGICO 500ml | |
| 2 | PACOTES GAZE | | | FRASCOS- SORO RINGER LACTADO | |
| 7 | LUVA ESTERIL 7.0 | | | FRASCOS- SORO GLICOSADO | |
| | LUVA ESTERIL 7.5 | | | FIO VICRYLNº | |
| | LUVA ESTERIL 8.0 | | | FIO MONONYLON Nº 3.0 | |
| | LUVA ESTERIL 8.5 | | | FIO ALGODÃO SEM AGULHA Nº | |
| 1 | LUVAS P/ PROCEDIMENTOS | | | FIO ALGODÃO COM AGULHA Nº | |
| 1 | LÂMINA BISTURINº 11 | | | FIO CATGUT SIMPLES Nº | |
| | DRENO DE SUÇÃO Nº | | | FIO CATGUT CROMADO Nº | |
| | DRENO DE TORAX Nº | | | FIO PROLENE Nº | |
| | DRENO DE PENROSE Nº | | | FIO SEDA Nº | |
| | SERINGA 01ML | | | SURGICEL | |
| | SERINGA 03ML | | | CERA P/ OSSO | |
| 7 | SERINGA 05 ML | | 100 ml | KIT CATARATA Nº | |
| 7 | SERINGA 10ML | | 100 ml | GEFOAM Alcedia 70% | |
| | SERINGA 20ML | | | FITA CARDIACA cateter 02 | |
| 1 | Agulha 21 Traqui | | <input checked="" type="checkbox"/> | OUTROS: Glitinas | |
| MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA- VISTO DOS RESPONSÁVEIS | | | DEBITAR NA C.C DO PACIENTE | | |
| INSTRUMENTADOR (A) | | ENFERMEIRA CHEFE | MATERIAL MEDICAMENTOS | | |
| FUNCIONÁRIO/CALCULOS | | CIRCULANTE DE SALA | | | |
| | | | SUB- TOTAL | | |
| | | | TAXA DE SALA | | |
| | | | TAXA DE ANESTESIA | | |
| | | | SOMA | | |
| ENVIE ESTE FORMULÁRIO A CONTABILIDADE | | | | | |





SAI - SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
CENTRO CIRÚRGICO/SRPA

DADOS PRÉ-OPERATÓRIO

Paciente: ALICEIAS Idade: 65a

Chegada: 06-22

Intubação: SEM () SUT. 1 () SUT. 2 () Outros: SEM

Cirurgia Proposta: TRAPA

1. Informações:

Alimentação: Normal () Pré-operatório () Jejum () Histórico: Normal () Diabetes () Sangue () Alérgico () Cardiopata () Exames: Normal () Asmático () Outros: Normal

2. Estado Funcional/ Mental:

() Consciente () Desconsciente () Agitado () Outros: Normal

3. Sinais Vitais:

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

4. Exames na SO: () Ht () Hb () Hemograma () Rato X () Outros: Normal

5. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

6. N° de compressas oferecidas: 03

7. N° de compressas recolhidas: 03

8. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

9. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

10. N° de compressas oferecidas: 03

11. N° de compressas recolhidas: 03

12. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

13. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

14. N° de compressas oferecidas: 03

15. N° de compressas recolhidas: 03

16. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

17. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

18. N° de compressas oferecidas: 03

19. N° de compressas recolhidas: 03

20. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

21. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

22. N° de compressas oferecidas: 03

23. N° de compressas recolhidas: 03

24. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

25. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

26. N° de compressas oferecidas: 03

27. N° de compressas recolhidas: 03

28. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

29. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

30. N° de compressas oferecidas: 03

31. N° de compressas recolhidas: 03

32. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

33. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

34. N° de compressas oferecidas: 03

35. N° de compressas recolhidas: 03

36. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

37. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

38. N° de compressas oferecidas: 03

39. N° de compressas recolhidas: 03

40. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

41. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

42. N° de compressas oferecidas: 03

43. N° de compressas recolhidas: 03

44. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

45. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

46. N° de compressas oferecidas: 03

47. N° de compressas recolhidas: 03

48. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

49. Exames de Laboratório:

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

SG a 10%: 100 m Nome: Alcides CH: 10

Outros: Normal () Outros: Normal

50. N° de compressas oferecidas: 03

51. N° de compressas recolhidas: 03

52. Sinais Vitais:

T: 36.5 °C P: 90 bpm

SAT: 100 % R: 12 rpm

() Regular () Irregular

FC: 90 bpm PA: 100/60 mmHg

53. Exames de Laboratório:

ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CIRÚRGICA

ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA

Paciente: Francisco Oliveira Lede
Responsável: Plauz/MexPaciente Confirmou: (Sala Pós Anestesia)

- () Identidade
() Sítio Cirúrgico
() Procedimento
Consentimento () Sim () Não

Risco Cirúrgico () Aplicar () Não se Aplica

Sítio DDM Marcado
() Sim () Não () Não se Aplica

() Verificação de Segurança Anestésica Concluída

() Oxímetro de Pulso no Paciente em Funcionamento

O Paciente Possui:

Alergia Conhecida
() Não () Sim, Qual:

Via Aérea Direta/Risco de Aspiração

() Não () Sim, e equipamento/assistência disponível

Risco de Perda Sanguínea > 500 ml

() Não () Sim, e acesso endovenoso adequado e planejamento para fluidos

Data: 10/10/2019 Assinatura: Bruno Hora: 14:00

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CIRÚRGICA

ANTES DE O PACIENTE SAIR DA SALA DE OPERAÇÕES

Anestesiista: Dr. Ubirajara

Pausa Cirúrgica (Sala Operatória)

CONFIRMAR QUE TODOS OS MEMBROS DA EQUIPE SE APRESENTARAM PELO NOME E FUNÇÃO: (X) Sim () Não

CIRURGIÃO, ANESTESIOLOGISTA E ENFERMEIRO CONFIRMARAM VERBALMENTE:

- (X) Identificação do paciente
(X) Sítio cirúrgico
(X) Procedimento

EVENTOS CRÍTICOS PREVENTIVOS:

(X) REVISÃO DO CIRURGIÃO:

Quais são as etapas críticas ou inesperadas, duração da operação e perda sanguínea prevista.

(X) REVISÃO DA EQUIPE DE ANESTESIA:

Há alguma preocupação específica em relação ao paciente

(X) REVISÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM:

Os materiais necessários, como instrumentais, próteses e outros estão presentes e dentro da validade de esterilização (incluindo resultado do indicador). Há questões relacionadas a equipamentos ou quaisquer preocupações.

A PROFILAXIA ANTITROMBÓTICA FOI REALIZADA NOS ÚLTIMOS 60 MINUTOS.

() Não se aplica () Sim, Qual: 1 Hora: 1

AS IMAGENS ESSENCIAIS ESTÃO DISPONÍVEIS.

(X) Sim () Não se aplica

ANTES DE O PACIENTE SAIR DA SALA DE OPERAÇÕES

SAÍDA (Sala Pós Operatória)

OS PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM OU DA EQUIPE MÉDICA CONFIRMARAM VERBALMENTE COM A EQUIPE:

1- O NOME DO PROCEDIMENTO REGISTRADO
() Sim () Não2- SE AS CONTAGENS DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, COMPRESSAS E AGULHAS ESTÃO CORREITAS
() Sim () Não () Não se Aplicam3- COMO A AMOSTRA PARA ANATOMIA PATOLÓGICA ESTÁ IDENTIFICADA (INCLUINDO O NOME DO PACIENTE)
() Sim () Não () Não se AplicaSE HÁ ALGUM PROBLEMA COM EQUIPAMENTO PARA SER RESOLVIDO
() Sim (X) Não() O CIRURGIÃO, O ANESTESIOLOGISTA E A EQUIPE DE ENFERMAGEM REVISAM PREOCUPAÇÕES ESSENCIAIS PARA A RECUPERAÇÃO E O MANEJO DESTA PACIENTE
() Sim () Não () Não se AplicaAssinatura: Bruno Brandão Costa
Enfermagem: Bruno Brandão Costa
Assinatura e Carimbo

P.O.I.

401
2

| GOVERNO DE RORAIMA Hospital Geral de Roraima | | SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA | | HGR Hospital Geral de Roraima | |
|---|--|--|--|----------------------------------|-----------------|
| PRESCRIÇÃO MÉDICA | | | | | |
| DATA DE ADMISSÃO | | DIH | | DN | |
| PACIENTE | | FRANCISCO OTAGUIO DA COSTA | | | |
| DIAGNÓSTICO | | | | | |
| ALERGIAS | | HAS | | DM2 | |
| IDADE | | LEITO | | DATA | |
| ITEM | | PRESCRIÇÃO | | | HORÁRIO |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | | → SVD |
| 2 | ACESSO VENOSO PERIFÉRICO | | | | → MONTAGU |
| 3 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | | → 12h, 18h, 24h |
| 4 | TILATIL 20MG EV 12/12H | | | | → 12h, 24h |
| 5 | DIPIRONA 500MG EV 6/6H | | | | → 12h, 18h, 24h |
| 6 | TRAMAL 100MG + SF 0.9% EV OU 01 CP VO DE 8/8h SE DOR INTENSA | | | | → SVD |
| 7 | PLASIL 10 mg EV 8/8h (S/N) | | | | → SVD |
| 8 | RANITIDINA 50MG EV 8/8h S/N | | | | → SVD |
| 9 | SIMETICONA GOTAS 40 GOTAS VO DE 8/8 h (S/N) | | | | → SVD |
| 10 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | | → Bolus |
| 12 | CAPTOPRIL 25MG VO SE PAS> 160 E/OU PAD> 110 MMMHG | | | | → SVD |
| 14 | CURATIVO DIARIO | | | | → MONTAGU |
| 15 | CLINDAMICINA 600mg EV 6/6h | | | | → 12h, 18h, 24h |
| 16 | | | | | |
| 17 | | | | | |
| 18 | SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), | | | | |
| 19 | CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI; 251-300: 4UI; 301-350: 6UI; | | | | |
| 20 | 351-400: 8UI; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | |

EVOLUÇÃO MÉDICA: Enfermeiro:

Paciente retornou do ce, acordado, loto, REG, sem queixas clínicas e/ou de desconforto. Tratamento local. Refeição

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

12 SET 2019


GENTE SEGURADORA S/A

| SINAIS VITAIS | 6 H | 12 H | 18 H | 24 H |
|---------------|-------------------|-----------------|-----------------|-------------------|
| | 140/82 96 36.2 19 | 130/90 90 36 16 | 130/90 91 36 16 | 130/88 85 36.6 20 |


MÉDICO RESIDENTE EM
ORTOPEDIA E
TRAUMATOLOGIA.

07h13h. paciente no leito. Medicado e aferido SSVV. Feito novo RVP pelo 20 ml - Taxa 21.20

4012



HOSPITAL GERAL DE RORAIMA
SECRETARIA DE SAÚDE DE RORAIMA
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÃO MÉDICA



| | | | | | |
|---|---|------------|------------|----|------------|
| DATA DE ADMISSÃO | | 04/09/2018 | DIH | DN | 18/12/1953 |
| PACIENTE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | | |
| AGNÓSTICO FRATURA EXPOSTA DE TIBIA ESQUERDA | | | | | |
| ALERGIAS | | | | | |
| IDADE | 64 | HAS | DM2 | | |
| LEITO | 401-2 | DATA | 12/09/2018 | | |
| ITEM | PRESCRIÇÃO | | | | HORÁRIO |
| 1 | DIETA ORAL LIVRE | | | | |
| 2 | AVP | | | | |
| 4 | CEFALOTINA 1G EV 6/6H | | | | |
| 7 | TENOXICAM 40 MG EV 01 X DIA S/N | | | | |
| 8 | PLASIL 10MG EV 8/8H S/N | | | | |
| 9 | DIPIRONA 1G EV DE 6/6H S/N | | | | |
| 10 | TRAMAL 100MG + SF0,9% 100ML EV DE 8/8H SE DOR INTENSA | | | | |
| 11 | CAPTOPRIL 25 mg VO SE PAS > 160 E OU PAD > 110 MMHG | | | | |
| 12 | SIMETICONA 40 GOTAS V.O 8/8 HRS S/N | | | | |
| 13 | OMEPRAZOL 40MG EV 1 X AO DIA OU 1 CP V.O | | | | |
| 14 | SSVV + CCGG 6/6 H | | | | |
| 15 | CURATIVO DIÁRIO | | | | |
| 16 | CLINDAMICINA 600MG EV 6/6HRS | | | | |
| 17 | | | | | |
| 18 | | | | | |
| 19 | | | | | |
| 20 | | | | | |
| SE DIABÉTICO CORREÇÃO COM INSULINA REGULAR (SC), CONFORME ESQUEMA: 200-250: 2UI ; 251-300: 4UI ; 301-350: 6UI ; 351-400: 8UI ; ≥ 400: 10 UI E OU GLICOSE ≤ 70 DL/ML, GLICOSE 50% 40 ML EV + AVISAR PLANTONISTA | | | | | |

EVOLUÇÃO MÉDICA:

ENCONTRO PACIENTE DEITADO NO LEITO, ATIVO, REATIVO, COMUNICATIVO, ALIMENTANDO, SEM ALTERAÇÕES

EXAME FÍSICO: BEG, LOTE, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOCORADO, HIDRATADO.

PREVISÃO DE ALTA: SEM PREVISÃO

ÁREA DE SINISTROS - DA VAI

CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

12 SET 2019

GENTE SEGURADORA S/A

Av. Capitão João Roberto, 404 - Bos. Verde - RR

| SINAIS VITAIS | | | |
|---------------|----|----|----|
| 6 H | PA | FC | FR |
| 12 H | | | |
| 18 H | | | |
| 24 H | | | |

Dr. Odinaochi Okemiri
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM 18511/RR

Dr. Odinaochi Okemiri
Residente De Ortopedia e
Traumatologia

11m Alta hospitalar

401 - 2



HOSPITAL GERAL DE RORAIMA
SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DE RORAIMA SESAU - SUS
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

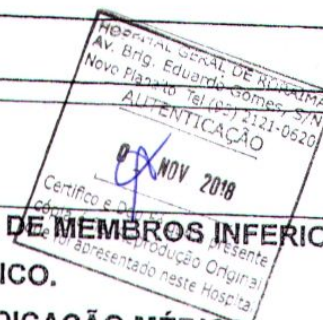
RESUMO DE ALTA HOSPITALAR / INSS

PACIENTE Francisco Oacilio Da Costa 64 ANOS,
DEU ENTRADA NO HOSPITAL GERAL DE RORAIMA NO DIA 04 09 18, COM
DIAGNÓSTICO DE Fratura Exposta De Tibia (E)

NO DIA 09 18, FOI REALIZADO TRATAMENTO CIRÚRGICO ORTOPÉDICO DE
Manipulação Fechada Extremo + Tratament Longuo SENDO
OPERADO PELO DR. Patrick E DR. Max

RECEBE ALTA HOSPITALAR NO DIA 12 09 18, ÀS 12,00hrs, EM
BOM ESTADO GERAL, SEM QUEIXAS ÁLGICAS.

COM ENCAMINHAMENTO PARA O AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA NO HOSPITAL
CORONEL MOTA NO DIA 27 09 18, ÀS 14,00hrs, COM O
DR. Manoel



ORIENTAÇÕES GERAIS :

- 1- NÃO PISAR QUANDO REALIZADO CIRURGIA DE MEMBROS INFERIORES
- 2- TOMAR MEDICAÇÃO PRESCRITA PELO MÉDICO.
- 3- NÃO RETIRAR CALHAS E SUTURAS SEM INDICAÇÃO MÉDICA.
- 4- QUANDO NECESSÁRIO REALIZAR CURATIVO EM POSTO DE SAÚDE.
- 5- NÃO PERDER RETORNO AMBULATORIAL.
- 6- AGENDAR CONSULTA AMBULATORIAL, REALIZAR RX COM 01(UM) DIA DE ANTECEDÊNCIA, LEVAR RX ANTERIOR E ATUAL PARA A CONSULTA.

PACIENTE RECEBE ALTA HOSPITALAR SOB ORIENTAÇÃO DO DR. Truda

Dr. Odinachi Okemiri
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 18511RR

BOA VISTA, 12 09 18

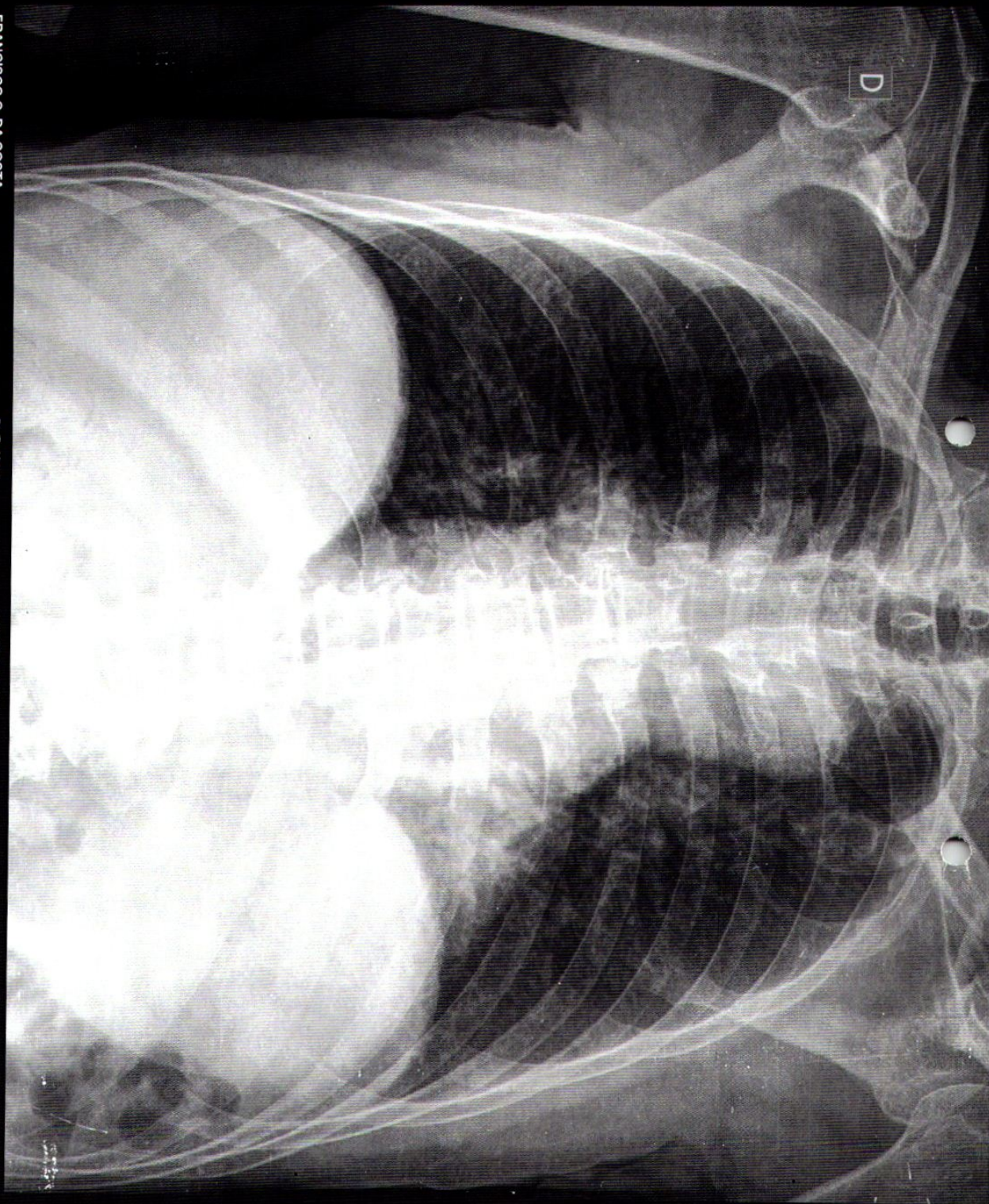
MÉDICO

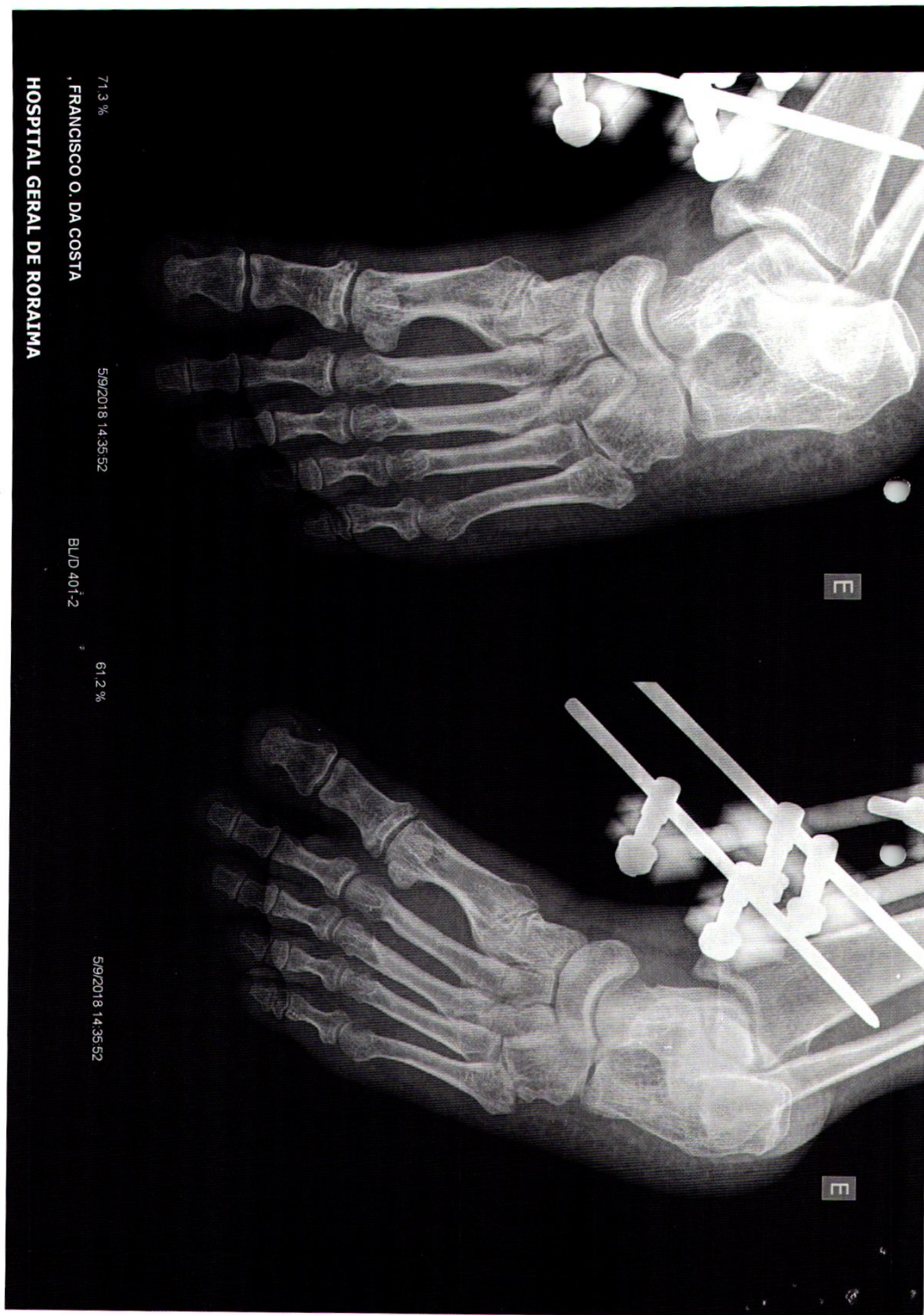
FRANCISCO O. DA COSTA
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA

BLD 401-2

5/9/2018 14:35:52

70.3 %





71.3 %

FRANCISCO O. DA COSTA

5/9/2018 14:35:52

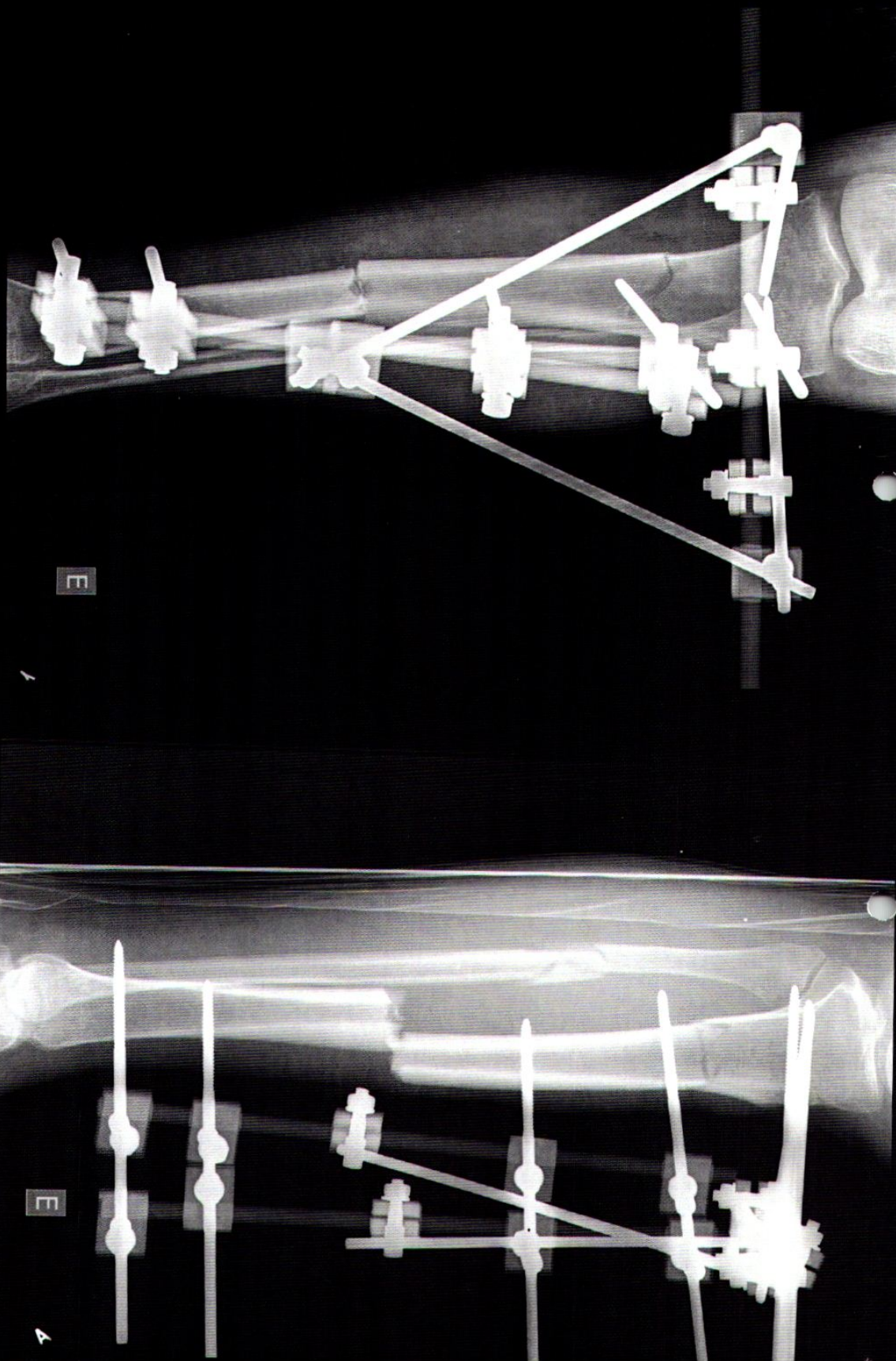
BL/D 40i-2

61.2 %

5/9/2018 14:35:52

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA





37.7 %

, FRANCISCO O. DA COSTA

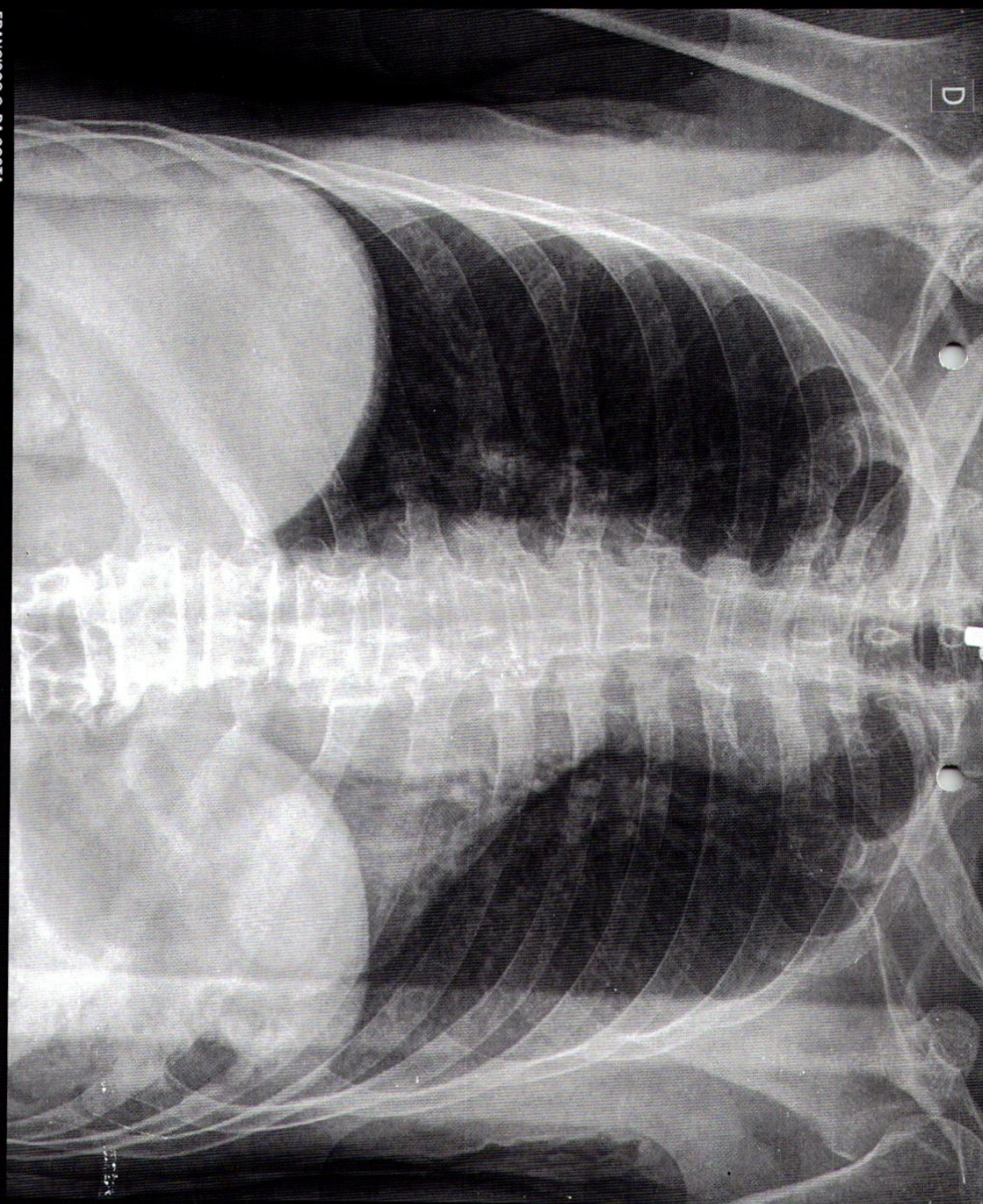
5/9/2018 14:35:52

BL/D 401-2

37.8 %

5/9/2018 14:35:52

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA



FRANCISCO O. DA COSTA .

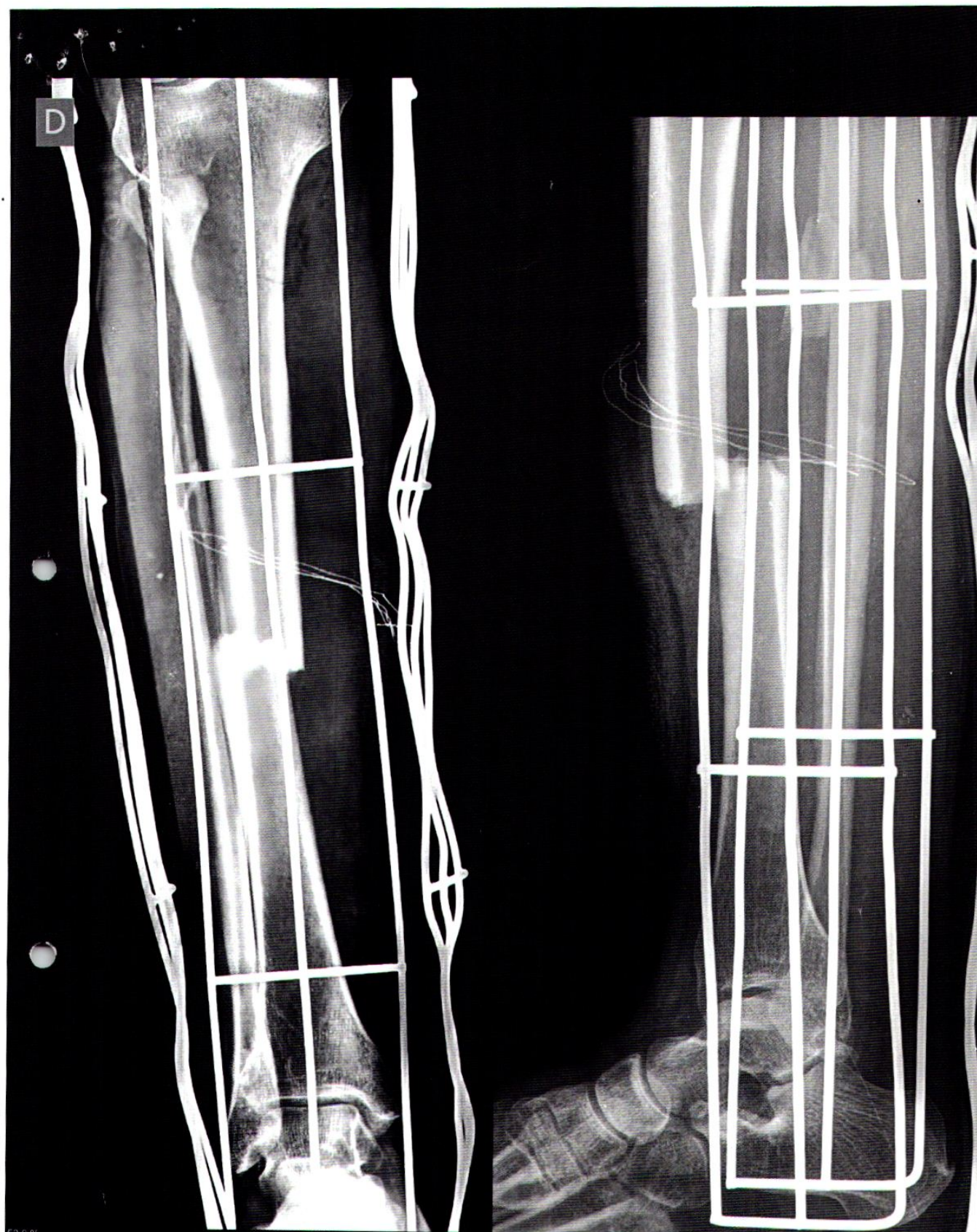
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA

TR QUEIMSON / ED FRANCILENE

4/9/2018 09:40:14

70.3 %





53.9 %

4/9/2018 09:40:14

59.6 %

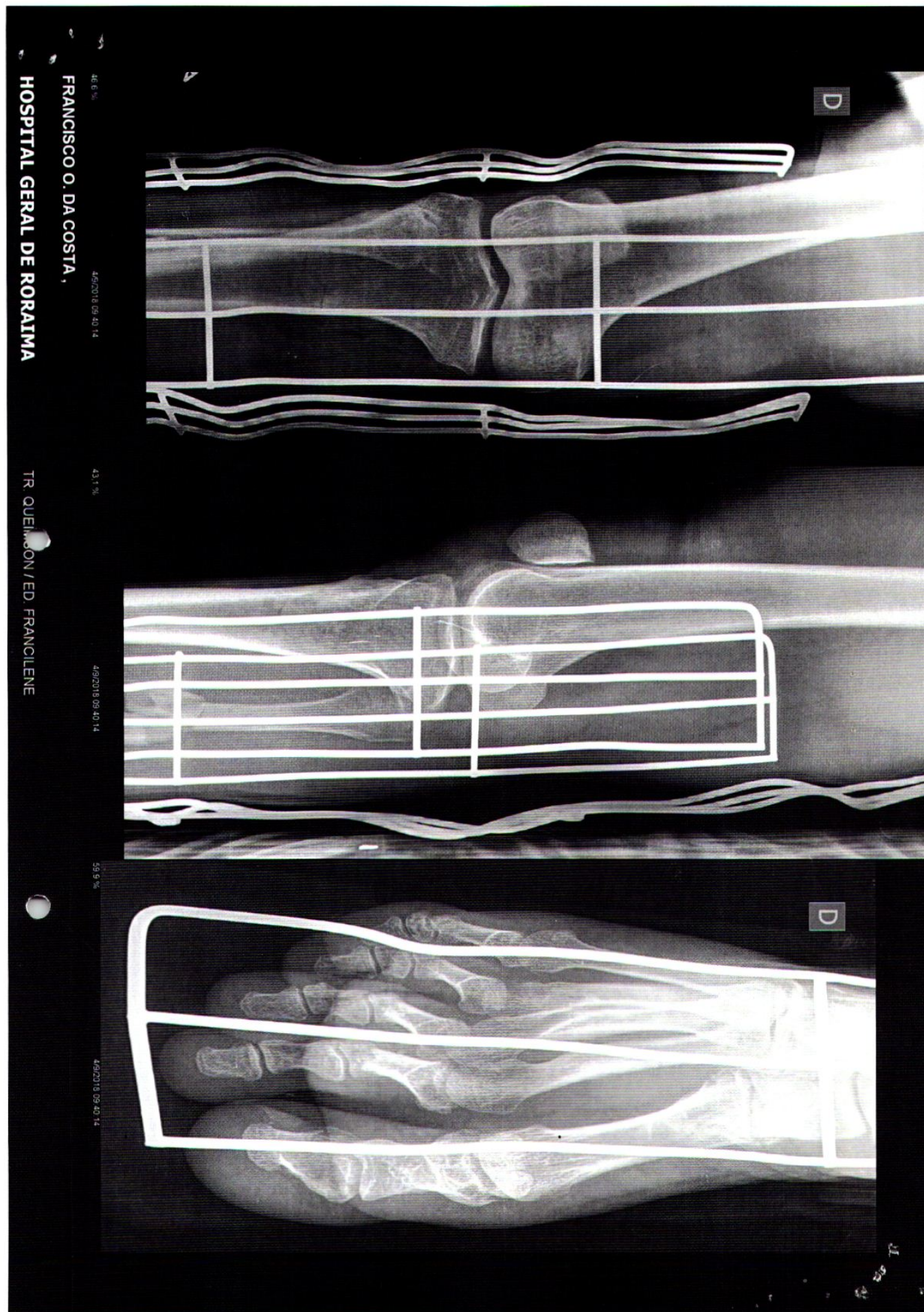
4/9/2018 09:40:14

FRANCISCO O. DA COSTA ,

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA

TR. QUEIMSON / ED. FRANCILENE







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190528941

Vítima: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Data do Acidente: 04/09/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RONALDO DE SOUZA COSTA

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

| | |
|--|--|
| Autorização de pagamento | Apresentar o formulário Pedido do Seguro DPVAT , com preenchimento completo e sem rasuras, com assinatura a rogo de pessoa indicada pela vítima/beneficiário não alfabetizado e de 02 (duas) testemunhas, com a impressão digital do não alfabetizado, pois o entregue não atende a essas orientações. O formulário e maiores informações estão disponíveis em nosso site. |
| Boletim de ocorrência | Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, original ou cópia autenticada, com o nome completo e sem abreviações do proprietário e os dados do veículo em que a vítima estava no acidente, pois o entregue não possui estas informações. |
| Declaração de Inexistência de IML | Apresentar formulário "Pedido do Seguro DPVAT", disponível em nosso site, devidamente preenchido, inclusive informando uma das opções que impossibilitou a apresentação do Laudo do Instituto Médico Legal-IML, pois no entregue não foi assinalada uma das opções. |

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14775767

Pag. 00571/00572 - carta_03 - INVALIDEZ
00020286

| | |
|---|-------------------------------|
|  | PEDIDO DO SEGURO DPVAT |
|---|-------------------------------|

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESpesas de assistência médica e suplementares) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

| | | |
|----------------------------|-----------------------------------|--|
| 2 - Nº do sinistro ou ASL: | 3 - CPF da vítima: 240.0651132-91 | 4 - Nome completo da vítima: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA |
|----------------------------|-----------------------------------|--|

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

| | |
|--|-------------------------------|
| 5 - Nome completo: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | 6 - CPF: 240065132-91 |
| 7 - Profissão: PESCADOR | 8 - Endereço: RUA: CAMPINAS |
| 9 - Número: 1231 | 10 - Complemento: CASA |
| 11 - Bairro: NOVA CIDADE | 12 - Cidade: BOA VISTA |
| 13 - Estado: RR | 14 - CEP: 69316-182 |
| 15 - E-mail: renolodo.costa2010@gmail.com.br | 16 - Tel.(DDD): 95 99115-0318 |

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

| | | |
|--|----------------------------------|--|
| 17 - Nome completo do Representante Legal: | 18 - CPF do Representante Legal: | 19 - Profissão do Representante Legal: |
|--|----------------------------------|--|

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

| | | | |
|--|---|--|--|
| 20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: | <input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR | <input type="checkbox"/> R\$1.00 A R\$1.000,00 | <input type="checkbox"/> R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00 |
| | <input type="checkbox"/> SEM RENDA | <input type="checkbox"/> R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 | <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$5.000,00 |

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

| | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) | <input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (Todos os bancos) |
| <input type="checkbox"/> Bradesco (237) <input type="checkbox"/> Itaú (341) | Nome do BANCO: _____ |
| <input type="checkbox"/> Banco do Brasil (001) <input checked="" type="checkbox"/> Caixa Econômica Federal (104) | |
| AGÊNCIA: 3029 013 CONTA: 00039513 3 | AGÊNCIA: _____ CONTA: _____ |
| (Informar o dígito se existir) | (Informar o dígito se existir) |

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso devido, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias decorrido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

| | |
|--|---|
| 23 - Estado civil da vítima: <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado (no Civil) <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Separado Judicialmente <input type="checkbox"/> Viúvo | 24 - Data do óbito da vítima: |
| 25 - Grau de Parentesco com a vítima: | 26 - Vítima deixou companheiro(a): <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: | |
| 28 - Vítima teve filhos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: |
| 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | 31 - Vítima teve irmãos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: | 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

| | | |
|--|---|--|
| 34 - impressão digital da vítima ou beneficiário | 35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | 36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido: 240.0651132-91 |
| 37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido | 38 - 1ª Nome: Anderson Daniel de Araújo Mena CPF: 022.266.282-86 Assinatura da testemunha | 39 - 2ª Nome: Juaneke Keize Barbosa de Figueira CPF: 019.612.252-64 Assinatura da testemunha |

40 - Local e Data, BOA VISTA/RR 09 de setembro 2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FPS.001 V002/2019

Eu, SILAS ARAÚJO MOURA DA COSTA, brasileiro, solteiro, maior, portador do RG 501300-3 SSP/RR e CPF: 049.644.632-06, residente e domiciliado nesta cidade de Boa Vista-RR, assino este arrego pelo Srº (o) FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, pelo fato do(a) mesmo(a) NÃO SER ALFABETIZADO.

RECONHECIMENTO/AUTENTICAÇÃO
NÃO VERSO



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

OUTORGANTE: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, brasileiro, solteiro, pescador, portador Cédula de Identidade RG 3803694 SSP/RR, CPF 240.065.132-91, residente e domiciliada na Rua Campinas, Nº 1231, Bairro Nova Cidade, Município de Boa vista - RR.

Declaro para os devidos fins Legais que sou hipossuficiente financeiramente na forma da lei (Lei nº 1.060/50, artigo 5º parágrafo 4º) não dispondo de recursos ou condições para arcar com as despesas e custas processuais sem prejuízo ao meu próprio sustento e de minha família.

Por este motivo, suplico a vossa excelência, que se digne em conceder os benefícios da justiça gratuita, tudo de conformidade com artigo 1º, Lei nº 5478, de 25 de julho de 1968.

Pelo qual firmo a presente declaração ciente de todas as condições legais.

Boa Vista – RR, 16 de julho de 2019.

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Williames Thonatas do Araújo Nova
CPF: 019.868.542.48
RG: 358149-7

| Seguradora | | PEDIDO DO SEGURO DPVAT | |
|---|--------------------|---|-------------------|
| Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: <input type="checkbox"/> DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) <input checked="" type="checkbox"/> INVALIDEZ PERMANENTE <input type="checkbox"/> MORTE | | | |
| 2 - Nº do sinistro ou ASL: | 3 - CPF da vítima: | 4 - Nome completo da vítima: | |
| | 240.0651132-91 | FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | |
| REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012 | | | |
| 5 - Nome completo: | | 6 - CPF: | |
| FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | 240065132-91 | |
| 7 - Profissão: | 8 - Endereço: | 9 - Número: | 10 - Complemento: |
| PESCADOR | RUA: CAMPINAS | 1231 | CASA |
| 11 - Bairro: | 12 - Cidade: | 13 - Estado: | 14 - CEP: |
| NOVA CIDADE | BOA VISTA | RR | 69316-182 |
| 15 - E-mail: | | 16 - Tel. (DDD): | |
| romolodo.costa2010@bol.com.br | | 9599115-0318 | |
| DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR | | | |
| 17 - Nome completo do Representante Legal: | | | |
| 18 - CPF do Representante Legal: | | 19 - Profissão do Representante Legal: | |
| Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA). | | | |
| 20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR <input type="checkbox"/> R\$1.00 A R\$1.000,00 <input type="checkbox"/> R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00 | | | |
| <input type="checkbox"/> SEM RENDA <input type="checkbox"/> R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$5.000,00 | | | |
| 21 - DADOS BANCÁRIOS: <input checked="" type="checkbox"/> BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO <input type="checkbox"/> REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR) | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) | | | |
| <input type="checkbox"/> Bradesco (237) <input type="checkbox"/> Itaú (341) | | | |
| <input type="checkbox"/> Banco do Brasil (001) <input checked="" type="checkbox"/> Caixa Econômica Federal (104) | | | |
| Nome do BANCO: _____ | | | |
| AGÊNCIA: 3029 013 | | AGÊNCIA: _____ | |
| CONTA: 00039513 3 | | CONTA: _____ | |
| (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) | | | |
| Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso devido, a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido. | | | |
| 22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE | | | |
| Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções): | | | |
| <input type="checkbox"/> Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou | | | |
| <input type="checkbox"/> O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias após o acidente. | | | |
| Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo. | | | |
| DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE | | | |
| 23 - Estado civil da vítima: | | 24 - Data do óbito da vítima: | |
| <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado (no Civil) <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Separado Judicialmente <input type="checkbox"/> Viúvo | | | |
| 25 - Grau de Parentesco com a vítima: | | 26 - Vítima deixou companheiro(a): | |
| | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: | | | |
| 28 - Vítima teve filhos? | | 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: | |
| <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? | | 31 - Vítima teve irmãos? | |
| <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: | | 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? | |
| <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal. | | | |
| 34 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido | | | |
| FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | |
| 35 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido | | | |
| 2400651132-91 | | | |
| 36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido | | | |
| 2400651132-91 | | | |
| 37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido | | | |
| 38 - 1ª Nome: Hudson Daniel de Araújo Meme | | | |
| CPF: 027.266.282-86 | | | |
| Assinatura da testemunha | | | |
| 39 - 2ª Nome: Tuarne Keize Barbosa de Franco | | | |
| CPF: 01961225264 | | | |
| Assinatura da testemunha | | | |
| 40 - Local e Data, Boa Vista/RR 09 de Setembro 2019 | | | |
| 41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante) | | | |
| 42 - Assinatura do Representante Legal (se houver) | | | |
| 43 - Assinatura do Procurador (se houver) | | | |

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

12 SET 2019

GENTE SEGURADORA S/A
Av. Capão João Batista, 404 - Boa Vista - RR

DANIEL AQUINO
Cartório do 3º Ofício de Registro
Daniel Aquino - Tabelião
Av. Alair de Fátima, 4807 - Boa Vista - RR
Fone: (92) 3627-1111
Soficreboavista@cartorioaquino.com.br

1405913470087004797
Reconheço por VERDADEIRA a(s) firma(s)
TIBILAS ARAUJO MOURA DA COSTA

Em testemunho da verdade, RGLC
Do que dou fé. Boa Vista/RR, 09 de setembro de 2019.
Consulte o(s) serviço(s) abaixo em portal.portalaleierr.com.br
REC/FIR166296P80DT62QVAT8KCT11

Emolumentos: R\$ 2.45 Fundos/TSS: R\$ 0.55 SELO: R\$ 1.50 Total: R\$ 4.50

140.581
Yvesa Carolina Barbosa dos Santos
Escriturante Autorizada

04/10/2019: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO.

Data: 04/10/2019

Movimentação: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO

Complemento: 5ª Vara Cível

Por: SISTEMA CNJ

04/10/2019: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 04/10/2019

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Registro de Distribuição

Por: SISTEMA CNJ

04/10/2019: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 04/10/2019

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

Data: 04/10/2019

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Por: SISTEMA CNJ

09/10/2019: CONCEDIDO O PEDIDO .

Data: 09/10/2019

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: EDUARDO MESSAGGI DIAS

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

**Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95)
3198-4719 - E-mail: 5civresidual@tjrr.jus.br**

Proc. n.º 0831729-04.2019.8.23.0010

DECISÃO

1 – Vistos.

2 – **Defiro** o benefício da justiça gratuita, uma vez que é entendimento deste magistrado que a matéria em apreço comporta, como regra, referida concessão, salvo quando haja elementos contrários ao pedido ou havendo impugnação justificada da ré. Anote-se.

3–Nos termos do art. 4º do CPC, em respeito aos princípios da celeridade processual, da razoável duração do processo e da economia processual, **deixo de designar audiência conciliação**, uma vez que a experiência demonstra que, em ações desta natureza, a conciliação, em sua grande maioria, não se efetiva. Ademais, mister consignar que a autocomposição pode ser promovida ou requerida pelas partes a qualquer tempo (art. 139, V, do CPC).

4 – Cite-se, eletronicamente, a parte Ré para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser considerada revel, presumindo-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) Autor(a), nos moldes do art. 344 do CPC.

5 – Oferecida a contestação, intime-se a parte Autora para, querendo, apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

6 – Nomeio como perito o Dr. Pedro Di Giovanni. Fixo honorários periciais no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), nos moldes do Convênio de Cooperação nº 06/2015, celebrado entre o Tribunal de Justiça de Roraima e a parte Ré. O recolhimento do respectivo valor far-se-á em Cartório, no prazo de 10 (dez) dias, mediante guia própria disponibilizada no sítio do TJ/RR, dando ciência ao senhor Perito Judicial do depósito efetivado.

7 – Em regra, nos termos do artigo 95 do CPC, os honorários periciais serão adiantados pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes. Nos casos de beneficiário da justiça gratuita, a referida remuneração será integralmente adiantada pela parte Ré, nos termos dos itens 1.3 e 2.2.2 do Convênio de Cooperação nº 06/2015.

8 – Considerar-se-á falta de interesse na realização dessa prova pericial se a parte não cumprir com o seu dever de realizar, no prazo acima estipulado, o recolhimento dos honorários, seguindo-se o processo em seus demais atos processuais.

9 – Nos moldes do art. 465, § 1º, do CPC, intemem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação deste despacho, indicar assistente técnico, apresentar quesitos e, querendo, arguir impedimento ou suspeição do Perito(a) Judicial nomeado(a).

10 – Intimem-se as partes, **sendo o autor pessoalmente**, sobre a data da perícia a ser realizada na clínica do respectivo perito, ocasião em que deverá levar os exames anteriormente realizados.

11 – Nos termos do artigo 465 do CPC, fixo o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data da realização da perícia.

12 – Deverá o servidor do cartório providenciar o acesso aos documentos necessários ao Perito(a) Judicial, via PROJUDI, para o exame pericial e/ou fotocópias das principais peças processuais (acaso precise), essas últimas às expensas das partes.

13 – Finalizado o exame, com a entrega do laudo em juízo, independentemente de nova decisão judicial, autorizo o levantamento da quantia pelo(a) senhor(a) Perito(a) Judicial.

14 – Após, nos termos do artigo 477, § 1º, do CPC, deverá o servidor do cartório intimar as partes, via sistema PROJUDI, para, querendo, se manifestarem no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

15 – Cumpra-se.

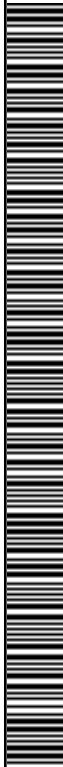
16 – Demais diligências e intimações necessárias.

Boa Vista, 9/10/2019.

EDUARDO MESSAGGI DIAS

Juiz de Direito

(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)



09/10/2019: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO.

Data: 09/10/2019

Movimentação: ~~EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO~~ (Movimentação invalidada)

Complemento: Para FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Relação de arquivos da movimentação:

- mandado

Data: 09/10/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE

Complemento: Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Relação de arquivos da movimentação:

- mandado



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI
Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95)
3198-4719 - E-mail: 5civelresidual@tjrr.jus.br

CITAÇÃO ELETRÔNICA

| |
|--|
| Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010 |
| Classe Processual: Procedimento Ordinário |
| Assunto Principal: Seguro |
| Valor da Causa: : R\$9.450,00 |
| Autor(s) FRANCISCO OTACILIO DA COSTA Rua Campinas, Nº 1231, Bairro Nova Cidade, CEP: 69.316-182, 1231 - Nova Cidade - BOA VISTA/RR - CEP: 69.316-182 |
| Réu(s) Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205 |
| PESSOA A SER CITADA/INTIMADA: |
| Réu(s) Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04) Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205 |

De ordem do MM. Juiz de Direito, **Dr. EDUARDO MESSAGGI DIAS**, titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, pelo presente instrumento fica a parte ré **CITADA** do inteiro teor da petição inicial. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Fica, ainda, **INTIMADA** a parte supracitada para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar assistente técnico, apresentar quesitos e, querendo, arguir impedimento ou suspeição do Perito(a) Judicial nomeado(a), nos moldes do art. 465, § 1º, do CPC.

Boa Vista/RR, 9/10/2019.

ADAHRA CATHARINIE REIS MENEZES

Diretora de Secretaria

Por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 5ª Vara Cível

Observações: 1 - Este processo tramita através do sistema computacional E-CNJ (Projudi), cujo endereço na web é <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/>. Para se habilitar neste envie a documentação (procurações, cartas de preposição, contestações) pertinente diretamente pelo sistema em arquivos com no Máximo 3MB cada. 2 - Caso o Advogado/Defensor/Procurador não esteja cadastrado no sistema PROJUDI, entrar em contato com a seção de Help Desk, localizada no prédio anexo ao Fórum Adv. Sobral Pinto, em horário comercial. Informações adicionais: atendimento@tjrr.jus.br ou (95) 3198-4141.

09/10/2019: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA.

Data: 09/10/2019

Movimentação: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA

Complemento: Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 09/10/2019 referente ao evento de expedição seq. 8.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Data: 19/10/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO

Complemento: Em cumprimento à citação de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro
DPVAT S/A

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- KIT SEGURADORA LIDER

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/09/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **06/08/2019**.

A parte autora OMITE o fato de que o referido sinistro encontra-se em análise pela Seguradora Ré, sendo a mesma surpreendida pela presente Ação.

No presente caso, não foi comprovada pela parte autora a NEGATIVA da Seguradora Ré do requerimento extrajudicial, com referência ao pagamento da indenização securitária, sendo, portanto, indevido o ajuizamento da presente ação.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular³, mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrário sensu do art. 654 do Código Material Civil.

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³"Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Ilegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviçais ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeto, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em juízo (CC, art. 654). Arnoldo Rizzardo assevera que o analfabeto, "por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o que torna impossível comprovar lhe pertençam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível" (op. cit. 687). Arnoldo Wald enuncia que "O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público." (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: "O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome." (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102)."

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal⁴.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 06/08/2019 após 1 (UM) ANO da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 04/09/2018, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não

⁴Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº [\(2009.001.20283\)](#), 10ª Câmara Civil, Julgamento: 30/06/2009. “*Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inércia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece.*”

trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC⁵.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA

Vale ressaltar que o referido sinistro encontra-se em análise pela Seguradora Ré, sendo a mesma surpreendida pela presente Ação.

No presente caso, não foi comprovada pela parte autora a NEGATIVA da Seguradora Ré do requerimento extrajudicial, com referência ao pagamento da indenização securitária, sendo, portanto, indevido o ajuizamento da presente ação.

Neste sentido, a pretensão autoral não merece prosperar pela razão de que, pela narrativa dos fatos se deduz que o procedimento da seguradora está correto.

Com efeito, é incabível a cobrança judicial do DPVAT antes do decurso do prazo legal de regulação do sinistro. Uma vez que antes do decurso do prazo estabelecido por lei não há resistência à pretensão do segurado e, conseqüentemente, lesão ao suposto direito da vítima.

Importante dizer que não se trata de exigir o esgotamento da via administrativa, mas o fato de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, mesmo porque, como mencionado, a lei prevê prazo para a regulação do sinistro e ele se conta da entrega dos documentos pertinentes a uma das seguradoras integrantes do consórcio DPVAT.

Em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar uma das seguradoras, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

In casu, a parte autora não respeitou o prazo legal que a seguradora dispõe para pagar e ajuizou a presente demanda. Desta forma impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado, requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da

⁵“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG , Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁶.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁷.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

⁶RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁷**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁸, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁹.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação¹⁰.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

⁸“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁹“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

¹⁰art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Caso não seja este o entendimento de V. Exa., requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono SIVIRINO PAULI, inscrito sob o nº 101B/RR, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
BOA VISTA, 17 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|---|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | | | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | | | | | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | R\$ 6.750,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | | | | | |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75 | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 675,00 | R\$ 337,50 | R\$ 135,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | | | | | |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | | | | | |



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em curso perante a **5ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08317290420198230010.

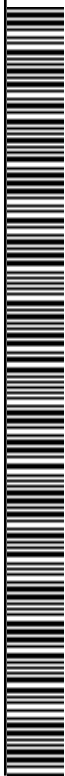
Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819





Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Type: **Text**

Sociedade anônima

Don't be Entrepreneurial

Normal

14. An Dystonia

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento:

00003131301 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0026479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salero(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC99430A9D6

| Órgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 570,00 | 570,00 |
| DREI | 21,00 | 21,00 |

**REQUERIMIENTO**


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

| | | |
|-------|----------------------|---|
| Local | Nome: | |
| | Assinatura: |  |
| | Telefone de contato: | |
| Data | E-mail: | |
| | Tipo de documento: | Híbrido |
| | Data de criação: | 24/01/2018 |
| | Data da 1ª entrada: | |



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO D0003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233K496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CPDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.juceja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



JUCEJA
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crime previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

| N | MEMBRO | RCA | MANDATO | FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP |
|---|-----------------------------|------------|------------|--|
| 1 | José Ismar Alves Tôrres | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor Presidente |
| 2 | Helio Bitton Rodrigues | 14.12.2017 | 13.12.2018 | sem função específica |
| 3 | Cristiane Ferreira da Silva | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional) |
| 4 | Milton Bellizia | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional) |
| 5 | Andrea Louise Ruano Ribeiro | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle) |

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Ch *Luc*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro, Rio de Janeiro CEP 20031-205



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag: 5/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 06-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



JUCERJA
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/13





14

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 16, terça-feira, 23 de janeiro de 2018

PORTARIA Nº 755, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 4.523, de 30 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.63540/2017.50, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas reuniões de ALM SEGURADORA S.A., MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 33.348.000/01-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 26 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 490.168,90, elevando-o para R\$ 3.155.591,81, o qual em 179.246.592 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Revogar que a portaria de RS 188, 14/06 do aumento de capital social deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 4.523, de 30 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.63540/2017.50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.000/01-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no relatório do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n.º 4.523, de 30 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, encaminhada com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 124, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Susep 15414.63540/2017.50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.348.000/01-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no relatório do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susep/Direp n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 188, artigo 1, item III, "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017."

**Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e Serviços**

**INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA**

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.564, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de maio de 2012, resolve:

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2018, que aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos (CITPP), aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CONMETRO) em 14 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o ajuste dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2018, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço eletrônico: inmetro@inmetro.gov.br.

Art. 2º Fica aprovado o ajuste dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos (CITPP), aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CONMETRO) em 14 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 3º Fica aprovado o ajuste dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos (CITPP), aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CONMETRO) em 14 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 4º Fica aprovado o ajuste dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos (CITPP), aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CONMETRO) em 14 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 5º Fica aprovado o ajuste dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos (CITPP), aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CONMETRO) em 14 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 6º Fica aprovado o ajuste dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos (CITPP), aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CONMETRO) em 14 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 7º Fica aprovado o ajuste dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos (CITPP), aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CONMETRO) em 14 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 8º Fica aprovado o ajuste dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos (CITPP), aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (CONMETRO) em 14 de janeiro de 2018, resolve:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, uma vez que, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais (DENI), com o objetivo de colher subsídios para a elaboração de pareceres técnicos e jurídicos, resolve:

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DENI por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 70013-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser encaminhadas mediante e-mail eletrônico original do texto pedagógico, disponível na página do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no endereço <http://www.mec.gov.br/informacoes/EXPOSITORIO/interior/comext/2017/interior-comext/2017>, ou pelo endereço de e-mail comext@comext.gov.br.

3. O encaminhamento sobre as propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/interior-comext/2017/interior-comext/2017> ou pelo endereço de e-mail comext@comext.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos editores em nomeação de GT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

| SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO PROPOSTA | |
|----------------|--|-------------------|--|
| 2917.20.08 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados | 2917.20 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.1 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.11 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.12 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.13 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.14 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.15 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.16 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.17 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.18 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.19 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.20 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.21 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.22 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.23 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.24 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.25 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.26 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.27 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.28 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.29 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.30 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.31 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.32 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.33 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.34 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.35 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.36 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.37 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.38 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.39 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.40 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.41 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.42 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.43 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.44 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.45 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.46 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.47 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.48 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.49 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.50 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.51 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.52 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.53 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.54 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.55 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.56 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.57 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.58 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.59 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.60 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.61 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.62 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.63 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.64 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.65 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.66 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.67 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.68 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.69 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.70 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.71 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.72 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.73 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.74 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.75 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.76 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.77 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.78 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.79 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.80 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.81 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.82 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.83 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.84 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.85 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.86 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.87 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.88 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.89 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.90 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.91 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.92 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.93 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.94 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.95 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.96 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.97 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.98 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.99 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |
| | | 2917.20.00 | Acidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001281012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/8/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5E6CF8FDF5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de $\frac{2}{3}$ (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7B45C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996510

convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

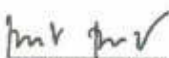
ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9000

AD828690
088674

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **HÉLIO BITTON RODRIGUES** e **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES** (X00000529453)

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Conf. por: Serventia T.J.FUNDOS

Em testemunho da verdade. Total

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
ECLP-56891 HCLP-56892 GRS

Consulte em <https://ww3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
3.9% Escrevente
CPE 46062 série 06077 ME
Aut. 2015 3ª Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAI SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.





anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.

MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132



Data: 21/10/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (19/10/2019)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 -

E-mail: 5civelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010

CERTIDÃO

Certifico que a contestação é tempestiva. Intimo a parte para a réplica.

Boa Vista/RR, 21/10/2019.

(Assinado Digitalmente - PROJUDI)
EGILAINE SILVA DE CARVALHO
Técnica Judiciária



29/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 29/10/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- GUIA DE DEPOSITO

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

BOA VISTA, 23 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



| | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|--|--|
| | | | Nº DA CONTA JUDICIAL 4900119176621 | | | | |
| Nº DA PARCELA 0 | | DATA DO DEPÓSITO 17/10/2019 | | AGÊNCIA (PREF / DV) 3797 | | TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL | |
| DATA DA GUIA 17/10/2019 | | Nº DA GUIA 2656545 | | Nº DO PROCESSO 08317290420198230010 | | TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA | |
| COMARCA BOA VISTA | | ORGÃO/VARA 5 VARA CIVEL RESIDUAL | | DEPOSITANTE RÉU | | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | | | TIPO DE PESSOA Juridico | | CPF / CNPJ | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | TIPO DE PESSOA Fisica | | CPF / CNPJ 24006513291 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 980A09BBF5E9C6BA | | | | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | | | | |



Data: 30/10/2019

Movimentação: JUNTADA DE OFÍCIO DE OUTROS ÓRGÃOS

Por: Nestor David Santana de Souza

Relação de arquivos da movimentação:

- OFICIO RECEBIDO



BOA VISTA (RR), 23 de Outubro de 2019 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: **08317290420198230010**
Reu: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**
CPF/CNPJ: **09.248.608/0001-04**
Autor: **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**
CPF/CNPJ: **240.065.132-91**
Valor original: **R\$ 200,00**
Agência depositária: **3797 - 4 SETOR PUBLICO RR**
N.º da conta judicial: **4900119176621**
N.º da parcela: **1**
Data do depósito: **17.10.2019**
Depositante: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.
PSO BOA VISTA
AV.GLAYCON DE PAIVA,74
BOA VISTA - RR .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
5 VARA CIVEL RESIDUAL
BOA VISTA - RR .



01/11/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 01/11/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 31/10/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 10) JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (19/10/2019) e ao evento de expedição seq. 11.

Por: SISTEMA CNJ

26/11/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 26/11/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (19/10/2019)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA
CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

Processo nº : 0831729-04.2019.8.23.0010

PROMOVENTE: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

**PROMOVIDO (A): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO supra epigrafada, por seu advogado que esta subscreve, vem com o devido acatamento e respeito à presença de Vossa Excelência, trazer aos autos

RÉPLICA À CONTESTAÇÃO

Apresentada pela SEGURADORA PROMOVIDA, já qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio de seus Ilustres Procuradores, utilizando-se dos seguintes termos:

O requerente vem à presença de Vossa Excelência referendar todo o alegado em sede de petição inicial, aduzindo desde logo, que fará prova do seu direito ao seguro DPVAT pleiteado por meio de provas que já foram e que ainda serão produzidas.

Afirma ainda, que não são procedentes as alegações trazidas pela promovida, o que restará igualmente comprovado.

No que se refere a alegação de que não houve a negativa da seguradora, esta não deverá prevalecer porque a partir do momento em que foi



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

exigido a apresentação do laudo do IML que comprovasse a graduação da debilidade sofrida pelo Promovente, por si só já estaria suprida tal exigência.

E ainda, a falta de laudo IML não é óbice para a suspensão da tramitação do processo administrativo de concessão do seguro, pois ao sofrer o acidente, o Promovente recebeu atendimento do SAMU CAPITAL, senão vejamos:

| | | | | | |
|-----------------------|------------------------------|-------------------|----------|-----------------|--------------|
| Class. de Risco | Plano Convênio | Nº da Carteira | Validade | Autorização | Sis Prenatal |
| | SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE | | | | |
| Motivo do Atendimento | Caráter do Atendimento | Procedência | Temp. | Peso | Pressão |
| ACIDENTE DE MOTO | URGÊNCIA | | | | |
| Sector | Tipo de Chegada | Procedimento Sol. | | Registrado por: | |
| GRANDE TRAUMA | SAMU CAPITAL | | | DANIEL VIANA | |

12 SET 2019

Quanto ao BO ter sido realizado somente após o acidente, não se pode desconsiderar o fato de tal situação é perfeitamente normal, inclusive, de praxe em casos como esse, pois se assim não fosse, não haveria sequer um requerimento de indenização de seguro DPVAT.

O Promovente passará por uma perícia judicial, então não se consegue entender o motivo de tanto desespero da Promovida.

Tabela de indenização de Seguros DPVAT em função do grau de invalidez

| Danos corporais parciais | Grau de Invalidez (Sequelas) | | | | |
|---|------------------------------|--------------|--------------|---------------|-----------------|
| | Residual (10%) | Leve (25%) | Média (50%) | Intensa (75%) | Completa (100%) |
| Lesões Neurológicas | R\$ 1.350,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 13.500,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos braços ou de uma das mãos | R\$ 945,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 9.450,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas | R\$ 945,00 | R\$ 2.362,00 | R\$ 4.725,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 9.450,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 675,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 6.750,00 |
| Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho. | R\$ 675,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 6.750,00 |
| Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo . | R\$ 337,50 | R\$ 843,75 | R\$ 1.687,50 | R\$ 2.531,25 | R\$ 3.375,00 |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | R\$ 337,50 | R\$ 843,75 | R\$ 1.687,50 | R\$ 2.531,25 | R\$ 3.375,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer dedo do pé ou da mão (exceto dedo polegar). | R\$ 135,00 | R\$ 337,50 | R\$ 675,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 1.350,00 |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | - | - | - | - | R\$ 1.350,00 |



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

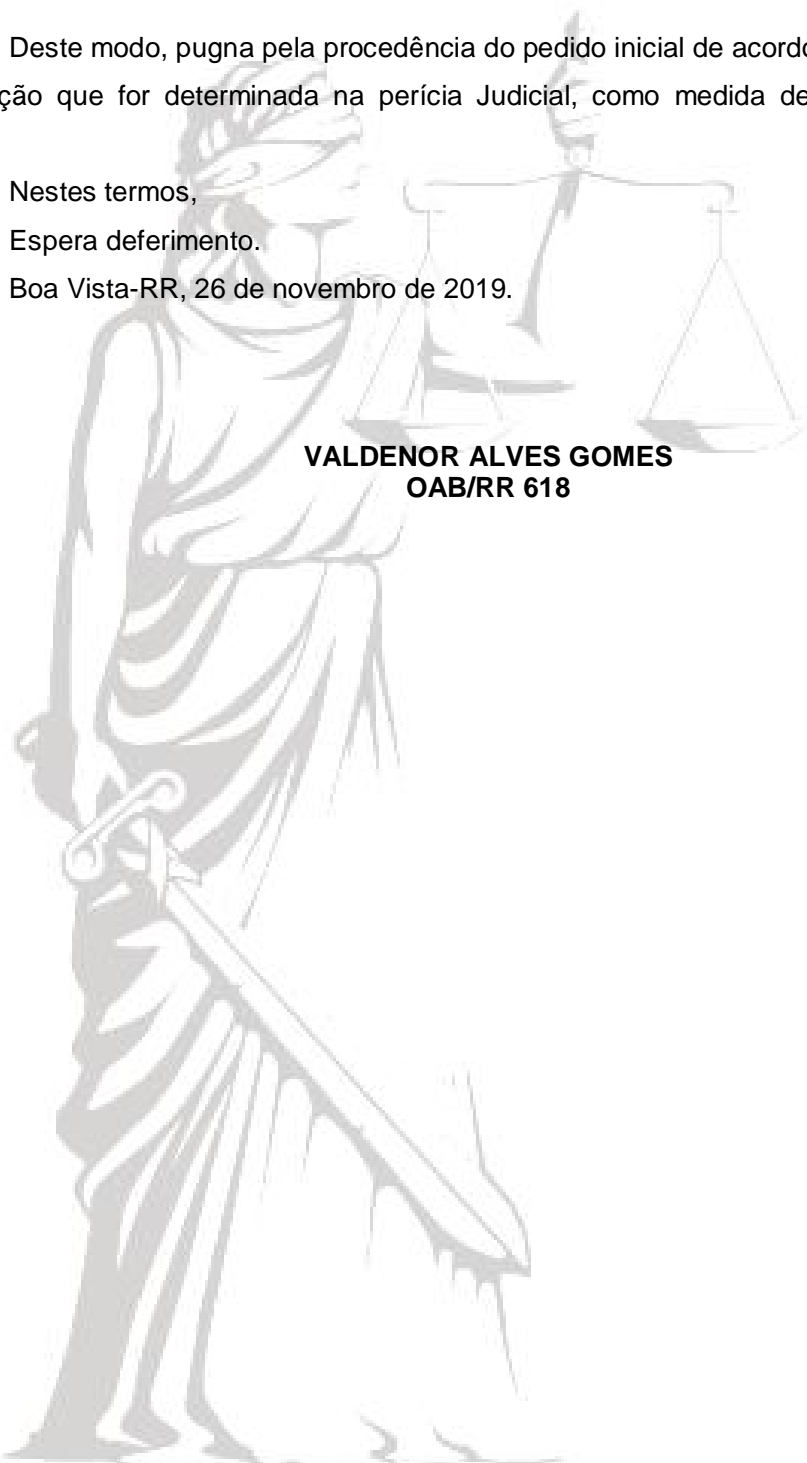
Deste modo, pugna pela procedência do pedido inicial de acordo com a graduação que for determinada na perícia Judicial, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 26 de novembro de 2019.

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



Data: 04/12/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Complemento: Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (09/10/2019 14:14:13).

Identificador do Cumprimento: 0002.

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Relação de arquivos da movimentação:

- certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 -
E-mail: 5civelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010

ATO ORDINATÓRIO

INTIMAR, de ordem do MM. Juiz de Direito respondendo pela 5ª Vara Cível, nos moldes do art. 465, § 1º, do CPC, as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação deste despacho/ato, indicar assistente técnico, apresentar quesitos e, querendo, arguir impedimento ou suspeição do Perito(a) Judicial nomeado(a).

Em ato contínuo, **INTIMAR** a parte requerida para pagamento dos honorários periciais, nos termos do item 1.3 e 2.2.2 do Convênio de Cooperação nº 06/2015.

Boa Vista/RR, 4/12/2019.

(Assinado Digitalmente - PROJUDI)
EGILAINE SILVA DE CARVALHO
Analista Judiciária



04/12/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 04/12/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (04/12/2019)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

04/12/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 04/12/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (04/12/2019)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

04/12/2019: JUNTADA DE COMPROVANTE.

Data: 04/12/2019

Movimentação: JUNTADA DE COMPROVANTE

Complemento: Devolução sem Leitura - Referente a CITAÇÃO expedida em 09/10/2019 para FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 -

E-mail: 5civelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010

CERTIDÃO

Certifico que a citação foi expedida por equívoco para a parte autora.

Boa Vista/RR, 4/12/2019.

(Assinado Digitalmente - PROJUDI)
EGILAINÉ SILVA DE CARVALHO
Analista Judiciária



05/12/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 05/12/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 05/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 16)

EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (04/12/2019) e ao evento de expedição seq. 17.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

10/12/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 10/12/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 10/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 16) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (04/12/2019) e ao evento de expedição seq. 18.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

12/12/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 12/12/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (04/12/2019)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ

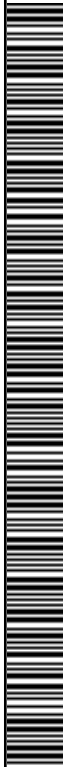


EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;



7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



Data: 30/01/2020

Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO

Por: Adahra Catharinie Reis Menezes

Relação de arquivos da movimentação:

- agendamento perícia

CERTIDÃO – DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA

Certifico e dou fé, em cumprimento a decisão judicial proferida nestes autos, que o perito **Pedro Di Giovanni** agendou o **dia 06/03/2020**, às **08:30**, por ordem de chegada, para a realização da perícia designada, que ocorrerá no consultório Odontológico Dr. Walter Di Giovanni, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 5250, Centro, Boa Vista-RR.

Certifico, ainda, que a parte autora deverá comparecer na mencionada data, no local acima indicado, e apresentar os seus documentos pessoais, com a documentação médica referente ao caso, que consiste no prontuário médico, eventuais exames e receituários.

A parte autora ficará desde já cientificada do seu dever de comparecer à perícia agendada, sendo que a sua falta injustificada acarretará na preclusão da produção da prova pericial, seguindo-se o processo em seus demais atos processuais.

Do que, para constar, lavro a presente certidão.

Boa Vista-RR, 28/01/2020.

ADAHRA CATHARINIE REIS MENEZES
Diretora de Secretaria



30/01/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 30/01/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 23) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020)

Por: Adahra Catharinie Reis Menezes

30/01/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 30/01/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 23) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020)

Por: Adahra Catharinie Reis Menezes

30/01/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 30/01/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 30/01/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 23) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020) e ao evento de expedição seq. 25.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

30/01/2020: RENÚNCIA DE PRAZO DE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA .

Data: 30/01/2020

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Complemento: Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

30/01/2020: RENÚNCIA DE PRAZO DE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA .

Data: 30/01/2020

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Complemento: Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (04/12/2019)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

31/01/2020: EXPEDIÇÃO DE MANDADO.

Data: 31/01/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE MANDADO

Complemento: Referente ao evento (seq. 23) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO(30/01/2020 13:53:21). Natureza: Intimação. Parte: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA.

Identificador do Cumprimento: 0003

Por: Thiago Pacheco Pires dos Santos

Relação de arquivos da movimentação:

- Intimação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI
Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95)
3198-4719 - E-mail: 5civelresidual@tjrr.jus.br

MANDADO DE INTIMAÇÃO

| |
|---|
| Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010 |
| Classe Processual: Procedimento Ordinário |
| Assunto Principal: Seguro |
| Valor da Causa: : R\$9.450,00 |
| Autor(s) FRANCISCO OTACILIO DA COSTA Rua Campinas, Nº 1231, Bairro Nova Cidade, CEP: 69.316-182, 1231 - Nova Cidade - BOA VISTA/RR - CEP: 69.316-182 |
| Réu(s) Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205 |

PESSOA A SER INTIMADA:

Autor(s) FRANCISCO OTACILIO DA COSTA
Rua Campinas, Nº 1231, Bairro Nova Cidade, CEP: 69.316-182, 1231 - Nova Cidade - BOA VISTA/RR - CEP: 69.316-182

O MM. Juiz de Direito, **Dr. EDUARDO MESSAGGI DIAS**, titular da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, determina que o Sr. Oficial de Justiça a quem este for distribuído que, em cumprimento deste, proceda a **INTIMAÇÃO** da parte autora para comparecimento à **perícia designada para o dia 06/03/2020, às 08h e 30 min**, por ordem de chegada, a qual será realizada pela médico-perito **PEDRO DI GIOVANNI**, em seu consultório Odontológico Dr. Walter Di Giovanni, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 5250, Centro, Boa Vista-RR.

ADVERTÊNCIA: A parte autora fica desde já cientificada do seu dever de comparecer à perícia agendada, sendo que a sua falta injustificada acarretará na preclusão da produção da prova pericial, seguindo-se o processo em seus demais atos processuais.

OBSERVAÇÃO: A parte autora deverá comparecer pessoalmente na data e local acima indicados, e apresentar os seus documentos pessoais, boletim de ocorrência do acidente de trânsito, bem como da documentação médica referente ao ocorrido, que consiste no prontuário médico, eventuais exames e receituários, conforme manifestação do perito, cópia anexa.

No cumprimento da(s) diligência(s) o Sr. Oficial de Justiça deverá observar o disposto no art. 212 do CPC.

Boa Vista, 31/1/2020.

ADAHRA CATHARINIE REIS MENEZES

Diretora de Secretaria

Por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 5ª Vara Cível

Observações: 1 - Este processo tramita através do sistema computacional E-CNJ (Projudi), cujo endereço na web é <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/>. Para se habilitar neste envie a documentação (procurações, cartas de preposição, contestações) pertinente diretamente pelo sistema em arquivos com no Máximo 3MB cada. 2 - Caso o

Advogado/Defensor/Procurador não esteja cadastrado no sistema PROJUDI, entrar em contato com a seção de Help Desk, localizada no prédio anexo ao Fórum Adv. Sobral Pinto, em horário comercial. Informações adicionais: atendimento@tjrr.jus.br ou (95) 3198-4141.



31/01/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 31/01/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 31/01/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 23) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020) e ao evento de expedição seq. 24.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

31/01/2020: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA.

Data: 31/01/2020

Movimentação: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA

Complemento: Perito Oficial: PEDRO DI GIOVANNI habilitado até 10/05/2020 (100 dias)

Por: Thiago Pacheco Pires dos Santos

31/01/2020: REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO.

Data: 31/01/2020

Movimentação: REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO

Complemento: Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 29) em 31/01/2020

10:13:18. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: RAPHAEL PHILLIPE
ALVARENGA PERDIZ. Parte: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Por: Greiciane Jin

Data: 03/02/2020

Movimentação: RETORNO DE MANDADO

Complemento: Referente ao evento (seq. 29) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (31/01/2020
10:13:18). Parte: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Por: RAPHAEL PHILLIPE ALVARENGA PERDIZ

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão de Oficial de Justiça



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
CENTRAL DE MANDADOS CÍVEL DE BOA VISTA - PROJUDI
Rua Araújo Filho, 710 - Centro - BOA VISTA/RR - CEP: 69.301-380 - E-mail: ceman@tjrr.jus.br

ANEXO II

CERTIDÃO

Nº do Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010 **Nº do Mandado:**

Destinatário: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

CPF:

Certifico que PROCEDI a:

| | |
|-----------------|----------------|
| (x) Intimação | |
| () Citação | () Vítima |
| () Condução | () Testemunha |
| () Prisão | () Réu |
| () Soltura | |

- (x) Ocasião em que realizei a leitura do Mandado, entregando-lhe a contrafé.
- () Ocasião em que realizei a leitura do Mandado e das cópias da Denúncia Ministerial.
- () Ocasião em que realizei a leitura do Mandado e da Decisão Judicial
- () Nos moldes previstos no Art. 252 do Novo CPC (hora certa), por meio do Sr.(a) (Grau de Parentesco).
- () Ocasião em que realizei a leitura do Mandado e da Decisão Judicial, cientificando o réu de que terá o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar defesa escrita, por meio de Advogado ou Defensor Público.
- () Por meio do número telefônico indicado no Mandado, ocasião em que informei a vítima de que, caso deseje obter cópia do Mandado e Decisão, deve comparecer a Secretaria da Vara/Juizado.
- () Foi Exarado ciente.
- (x) Não foi exarado ciente.
- () O reeducando declarou que necessita do auxílio da Defensoria Pública Estadual para apresentar sua defesa.
- () O reeducando declarou que possui condições para constituir Advogado particular.
- () O reeducando afirmou que no momento não sabe se irá ou não constituir Advogado particular.
- () O reeducando afirmou que deseja recorrer da Sentença proferida.
- () O reeducando afirmou que não deseja recorrer da Sentença proferida.
- () O reeducando afirmou não saber naquele momento se irá ou não recorrer da Sentença proferida.
- () O ato resultou na efetiva soltura do reeducando.
- () O ato não resultou na efetiva soltura do reeducando, uma vez que, responde a outra Ação Penal.

NOVO ENDEREÇO/ENDEREÇO CORRETO:

| |
|--|
| |
|--|

OBSERVAÇÃO:

INTIMAÇÃO POR TELEFONE , AUTORIZADO A DEIXAR COM
SILAS ARAUJO MOURA DA COSTA.

Boa Vista, 3/2/2020 - 7h:43min

RAPHAEL PHILLIPE ALVARENGA PERDIZ
Oficial de Justiça



03/02/2020: LEITURA DE MANDADO REALIZADA.

Data: 03/02/2020

Movimentação: LEITURA DE MANDADO REALIZADA

Complemento: MANDADO lido em 03/02/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 29)

EXPEDIÇÃO DE MANDADO (31/01/2020 10:13:18). Parte: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

08/02/2020: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 08/02/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 23) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020) e ao evento de expedição seq. 24.

Por: SISTEMA CNJ

18/02/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 18/02/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- PROCURAÇÃO PÚBLICA



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
5ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA
VISTA-RR.**

Processo nº: 0831729-04.2019.8.23.0010

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, já devidamente qualificado nos autos do processo supra epigrafado, por seu advogado que esta subscreve, vem com o devido acatamento e respeito à presença de Vossa Excelência, requerer juntada da PROCURAÇÃO PÚBLICA, com objetivo de dar o normal prosseguimento do feito, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 18 de fevereiro de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE RORAIMA - COMARCA DE BOA VISTA
TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTO, REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, JURÍDICAS E TÍTULOS E DOCUMENTOS
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DANIEL AQUINO

Daniel Antonio de Aquino Neto
Tabelião e Registrador



Livro nº 0535

Folha nº 108

Protocolo nº 00182916

Traslado Nº 1

PROCURAÇÃO QUE FAZ FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que em dezoito dias, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte, (18/02/2020), nesta cidade, neste Tabelionato, perante mim Tabelião, compareceu como **OUTORGANTE: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, filho de Maria Francisca da Costa e Jose Ferreira da Costa, nacionalidade brasileira, pescador, portador da Carteira de Trabalho nº 8677365 - SRTE/RR, Contendo Cédula de Identidade nº 380369-4 SESP/RR e do CPF 240.065.132-91, solteiro, residente e domiciliado na Rua Campinas, nº 1231, bairro Nova Cidade, nesta cidade de Boa Vista - RR, reconhecido como o próprio de mim Tabelião, e por ele me foi dito que por este instrumento nos termos de direito, que nomeiam e constituem seus **PROCURADORES: VALDENOR ALVES GOMES**, nacionalidade brasileira, advogado, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 618 - OAB/RR e do CPF 605.789.392-15, casado, residente e domiciliado na Rua Maria Rodrigues Dos Santos, nº 1358, bairro Asa Branca, nesta cidade de Boa Vista - RR; e **ROSIANE MARIA OLIVEIRA GOMES**, nacionalidade brasileira, advogada, portadora da Cédula de Identidade Profissional nº 1358 - OAB/RR e do CPF 570.642.612-00, casada, residente e domiciliada na Rua Maria Rodrigues Dos Santos, nº 1358, bairro Asa Branca, nesta cidade de Boa Vista - RR, a quem confere poderes para representá-lo perante a **5ª Vara Cível, sob processo nº 0831729-04.2019.8.23.0010**, inclusive para **qualquer Juízo, Instância ou Tribunal**, usar dos poderes contidos nas cláusulas **"AD JUDICIA"**, contratar advogados e mover ações de quaisquer natureza, nos interesses do outorgante, defende-lo nas contrárias, representá-lo em quaisquer audiências, transigir, desistir, propor, interpor recursos legais, fazer acordos; efetuar inscrições para vestibular, cursos e concursos públicos ou particulares, bem como efetuar matrícula, cancelamento ou transferência de matrícula, fila eletrônica, requerer e receber cartão de identificação, diplomas, certificados, históricos escolares; proceder a abertura de uma firma comercial em nome do outorgante, registrá-la, assinar contrato social, requerer e assinar o que for preciso, prestar declarações, apresentar e receber documentos, assinar termos, requerimentos, declarações e guias, pagar impostos e taxas, passar recibos, dar e receber quitações, requerer certidões de quaisquer espécie, acordar, discordar, transigir. Inclusive representar o outorgante no **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**. enfim, usar dos poderes em direito permitidos e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer. A rogo do outorgante que declarou não ser alfabetizado e que deixa à margem sua impressão digital do seu polegar direito assina **SILAS ARAÚJO MOURA DA COSTA**, nacionalidade brasileira, estudante, portador da Cédula de Identidade nº 5013003 - SESP/RR e do CPF nº 049.644.632-06, solteiro, residente e domiciliado na Rua: Campinas, nº 1231, bairro Nova Cidade, nesta cidade de Boa Vista - RR. Assim o disse perante mim que este instrumento ouviu ler e assina. **Este presente instrumento terá validade de 06 (seis) meses a contar desta data. (Os dados ou**

Av. Ataíde Teive, nº 4.307 - Bairro Asa Branca - CEP: 69.312-242

Telefone: (95) 99112-7683

E-mail: escrituras@cartorioaquino.com.br



elementos contidos neste instrumento foram fornecidos pelo outorgante, que por eles assume total responsabilidade). Dispensadas as testemunhas nos termos da lei nr. 6.952, de 06.11.1981, publicada no D.O.U de 10.11.1981. Dou fé. Eu, Raquel De Sousa Queiroz, Auxiliar Notarial, a digitei. Eu, Talita Oliveira de Aquino, escrevente, a lavrei. Eu, Daniel Antonio de Aquino Neto, Tabelião, o subscrevo e assino.,
Outorgante FRANCISCO OTACILIO DA COSTA. A ROGO SILAS ARAÚJO MOURA DA COSTA. (Assina) Daniel Antonio de Aquino Neto, Tabelião. Era o que se continha. O referido é verdade e dou fé.

Boa Vista, 18 de fevereiro de 2020.

Emolumentos:R\$51.51 FUNDEJUR:R\$5.15 Fiscalização:R\$2.58 Fecom:R\$2.58 ISS: R\$2.58 Selos:R\$3.00 TOTAL:R\$67.40
"Consulte o selo em cidadao.portalselorr.com.br | Selos: PROPUB15829543GADPB3Y3NI0616 / CERATO158295KDPUOJBTVOKD208 /

EM TESTEMUNHO DA VERDADE.



23/03/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 23/03/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para Perito PEDRO DI GIOVANNI com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento LEITURA DE MANDADO REALIZADA (03/02/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

01/04/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 01/04/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo Perito PEDRO DI GIOVANNI) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis

*Referente ao evento (seq. 34) LEITURA DE MANDADO REALIZADA (03/02/2020) e ao evento de expedição seq. 37.

Por: PEDRO DI GIOVANNI

Data: 06/04/2020

Movimentação: JUNTADA DE LAUDO

Por: Adahra Catharinie Reis Menezes

Relação de arquivos da movimentação:

- Laudo
- Laudo

Laudo 06 verso

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

V) Em virtude de evolução de lesão e/ou de tratamento faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a qualificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmentos(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação.

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo. (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194-74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945-2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

2ª Lesão

3ª Lesão

4ª Lesão

☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data realização do exame médico:

Barcelos 06/03/2020

Assinatura do Médico - CRM

Dr. Pedro Di Giovanni
Ortopedista/Traumatologista
CRM-RR 1619/RQE: 684

**AValiação Médica
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

(Art. 31º da lei. 11.945 de 4/8/2009)

Processo: 0831729042019.823.0010Requerente: Francisco Otacilio da Costa**Informações do acidente**

Local:

Rua sel marcenti, com cruzamento com a Rua ManausData do acidente: 04/09/2018**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial em epígrafe, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 5ª VARA Cível de Competência Residual da Comarca de BOA VISTA - RR

BOA VISTA-RR 06/03/2020

Assinatura da vítima

Avaliação Médica

1) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra (m)-se acometida (s):

Fratura exposta Tibia e Fíbula ①

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas da fase aguda do trauma.

Tratamento cirúrgico com fixação externa por tala

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

06/04/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 06/04/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020)

Por: Adahra Catharinie Reis Menezes

06/04/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 06/04/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020)

Por: Adahra Catharinie Reis Menezes

12/04/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 12/04/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020) e ao evento de expedição seq. 40.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

17/04/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 17/04/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020) e ao evento de expedição seq. 41.

Por: SISTEMA CNJ

20/04/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 20/04/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO
(06/04/2020)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

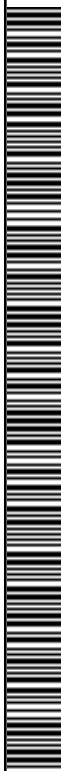
Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Caso superas as teses de defesa, mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.



Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ¹.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos:

Segmento Anatómico
1ª Lesão M1D
2ª Lesão
Marque aqui o percentual
☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Dessa forma, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 17 de abril de 2020.

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

¹**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

21/05/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 21/05/2020

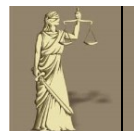
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO
(06/04/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA
CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA – RR**

66 ANOS DE IDADE

Processo nº : 0831729-04.2019.8.23.0010

PROMOVENTE: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

**PROMOVIDO (A): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, já devidamente qualificado (a) nos autos, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL**, nos termos que segue.

Ocorre, Culto Magistrado, que o patrono do Autor apresentou os quesitos que deveriam ser respondidos pelo Perito, no entanto, este os desconsiderou de forma indevida e ao arrepio do que determina o Art. 473, IV, do CPC, senão vejamos:

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

(...)

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público. (grifou-se)

Excelência, além do perito ter acesso aos autos, ainda assim, foi apresentado no momento da perícia toda documentação que instruiu o



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

processo (inicial com quesitos, prontuário, laudos, raio – X e etc), mas o Autor afirma que perito realizou uma perícia de forma superficial e rapidamente o liberou, sem sequer avaliar a fratura e nem mesmo analisar a documentação apresentada, fato que lhe causou estranheza.

O fato é que ao deixar de responder os quesitos apresentados pelo patrono do `Promovente, o Perito desprestigia o trabalho do profissional da advocacia, mas além disso, prejudica a busca pela Verdade Real e viola o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa.

Deste modo, requer seja determinado ao perito judicial que cumpra com a determinação legal e refaça a perícia, a fim de responder todos quesitos apresentados, levando-se em consideração o caráter BIOPSICOSSOCIAL da perícia judicial, pois o Autor conta com mais de 66 anos de idade e merece o respeito de todos, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 21 de maio de 2020.

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618

22/05/2020: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 22/05/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

26/05/2020: DECORRIDO PRAZO DE PERITO PEDRO DI GIOVANNI.

Data: 26/05/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE PERITO PEDRO DI GIOVANNI

Complemento: (Para Perito PEDRO DI GIOVANNI *Referente ao evento (seq. 34) LEITURA DE MANDADO REALIZADA(03/02/2020) e ao evento de expedição seq. 37.

Por: SISTEMA CNJ

08/06/2020: CONCEDIDO O PEDIDO .

Data: 08/06/2020

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 - E-mail: Scivelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0831729-04.2019.8.23.0010

DECISÃO

Considerando a impugnação apresentada no ep. 45.1, intime-se o médico perito para apresentação dos devidos esclarecimentos.

Após, intime-se as partes para manifestação.

Ao final, retornem os autos conclusos.

Intime-se.

Boa Vista, 22/5/2020.

DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS

Juiz de Direito

(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)



09/06/2020: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA.

Data: 09/06/2020

Movimentação: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA

Complemento: Perito Oficial: PEDRO DI GIOVANNI habilitado até 07/09/2020 (90 dias)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

09/06/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 09/06/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para Perito PEDRO DI GIOVANNI com prazo de 15 dias corridos - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (08/06/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

20/06/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 20/06/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo Perito PEDRO DI GIOVANNI(Leitura automática em 19/06/2020 às 23:59))
em 19/06/2020 com prazo de 15 dias corridos *Referente ao evento (seq. 48) CONCEDIDO O
PEDIDO (08/06/2020) e ao evento de expedição seq. 50.

Por: SISTEMA CNJ

07/07/2020: DECORRIDO PRAZO DE PERITO PEDRO DI GIOVANNI.

Data: 07/07/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE PERITO PEDRO DI GIOVANNI

Complemento: (Para Perito PEDRO DI GIOVANNI *Referente ao evento (seq. 48) CONCEDIDO O PEDIDO (08/06/2020) e ao evento de expedição seq. 50.

Por: SISTEMA CNJ

20/08/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 20/08/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para Perito PEDRO DI GIOVANNI com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (08/06/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Data: 24/08/2020

Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO

Por: Arielly Né de Almeida

Relação de arquivos da movimentação:

- Manifestação do Perito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DE
COMPETENCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.

PROCESSO Nº: 0831729-04.2019.8.23.0010
Autor: FRANCISCO OTOCILIO DA COSTA.

PEDRO DI GIOVANNI, brasileiro, médico, Ortopedista/traumatologista inscrito no
CRM/RR 1615, RQE-684, nomeado perito nos autos do processo em epigrafe, vêm,
respeitosamente, atendendo ao despacho de V. Excelência, solicitar que seja anexado aos autos do
processo a complementação do laudo da perícia realizada em 06 de março de 2020 e elencado
abaixo.

**Esclarecendo quanto a impugnação apresentada no EP - 45.1, responderei aos
quesitos solicitados.**

RESPOSTAS DOS QUESITOS

1. SIM, RESULTOU EM INVALIDEZ PERMANENTE.
2. INVALIDEZ PERMANENTE COM LEVE LIMITAÇÃO DO MOVIMENTO DO TORNOZELO DIREITO.
3. PERICIADO TEVE CIÊNCIA DA SUA INCAPACIDADE ATRAVES DE LAUDOS DOS ESPECIALISTA.
4. PERICIADO NÃO REALIZA TRATAMENTO. PODERIA HAVER MELHORA DO QUADRO COM TRATAMENTO FISIOTERAPICO.
5. SEM SEQUELAS ORIUNDA DE CIRCUNSTANCIA ANTERIOR.
6. PARCIAL INCOMPLETA COM PERCENTUAL DE 25%.
7. PERICIADO NÃO PODE CORRER, PULAR, JOGAR FUTEBOL, VOLEI, TRABALHAR COM A MESMA INTENSIDADE, FICAR POR LONGO PERIODO EM PÉ, SUBIR ESCADAS, LEVANTAR PESO. INFORMO AINDA QUE O PERICIADO TEM INDADE AVANÇADA (66 ANOS DE IDADE).

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição deste Juízo.

Dr. Pedro Di Giovanni
Ortopedista/Traumatologista
CRM-RR1615-RQE-684

PEDRO DI GIOVANNI
ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA
CRM/RR 1615 RQE-684

Vista-RR, 21 de agosto de 2020.



24/08/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 24/08/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 54) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (24/08/2020)

Por: Arielly Né de Almeida

24/08/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 24/08/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 54) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (24/08/2020)

Por: Arielly Né de Almeida

25/08/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 25/08/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 25/08/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 54) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (24/08/2020) e ao evento de expedição seq. 56.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

25/08/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 25/08/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (24/08/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA
CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA – RR**

Processo nº : 0831729-04.2019.8.23.0010

PROMOVENTE: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

**PROMOVIDO (A): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, já devidamente qualificado (a) nos autos, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, manifestar-se acerca do laudo complementar apresentado, nos termos que segue.

Ocorre Excelência, que o honroso perito do Juízo apresentou o laudo complementar que demonstra de forma clara a incapacidade do Autor, com a devida repercussão em Membro Inferior Direito (MID) de 25%, senão vejamos:

RESPOSTAS DOS QUESITOS

1. SIM, RESULTOU EM INVALIDEZ PERMANENTE.

(...)

6. PARCIAL INCOMPLETA COM PERCENTUAL DE 25%.
7. PERICIADO NÃO PODE CORRER, PULAR, JOGAR FUTEBOL, VOLEI, TRABALHAR COM A MESMA INTENSIDADE, FICAR POR LONGO PERIODO EM PÉ, SUBIR ESCADAS, LEVANTAR PESO. INFORMO AINDA QUE O PERICIADO TEM INDADE AVANÇADA (66 ANOS DE IDADE).



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Deste modo, requer seja julgado procedente a presente demanda para condenar a Promovida a indenizar o Promovente no valor equivalente a 25% do valor de R\$ 9.450,00, o que equivale a R\$ 2.362,50, o qual deverá ser corrigido desde a data do sinistro, bem como, ao pagamento dos honorários advocatícios, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 25 de agosto de 2020.

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



28/08/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 28/08/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 28/08/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 54) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (24/08/2020) e ao evento de expedição seq. 55.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

31/08/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 31/08/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo Perito PEDRO DI GIOVANNI(Leitura automática em 30/08/2020 às 23:59))
em 31/08/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) CONCEDIDO O
PEDIDO (08/06/2020) e ao evento de expedição seq. 53.

Por: SISTEMA CNJ

03/09/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 03/09/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (24/08/2020)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 1 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrj.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTX KHR98 29TPG MTJDB



03/09/2020: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 03/09/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: EDUARDO MESSAGGI DIAS

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

09/09/2020: DECORRIDO PRAZO DE PERITO PEDRO DI GIOVANNI.

Data: 09/09/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE PERITO PEDRO DI GIOVANNI

Complemento: (Para Perito PEDRO DI GIOVANNI *Referente ao evento (seq. 48) CONCEDIDO O PEDIDO (08/06/2020) e ao evento de expedição seq. 53.

Por: SISTEMA CNJ

09/09/2020: CONCEDIDO O PEDIDO .

Data: 09/09/2020

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: EDUARDO MESSAGGI DIAS

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 - E-mail: Scivelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0831729-04.2019.8.23.0010

DECISÃO

Considero que o feito se encontra maduro para julgamento, pelo que **declaro encerrada a instrução**.

Intimem-se as partes para ciência.

Ademais, ante a entrega do laudo e a ausência de impugnação das partes, promova-se, pelos meios cabíveis, o pagamento dos honorários periciais.

Ato contínuo, remetam conclusos para *sentença*.

Boa Vista, 9/9/2020.

EDUARDO MESSAGGI DIAS

Juiz de Direito

(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)



09/09/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 09/09/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 64) CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

09/09/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 09/09/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 64) CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

11/09/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 11/09/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 11/09/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 64)

CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020) e ao evento de expedição seq. 65.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

15/09/2020: EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS.

Data: 15/09/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS

Complemento: Referente ao evento (seq. 64) CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020 15:20:50).

Identificador do Cumprimento: 0006

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Levantamento Honorários Periciais

PODER JUDICIÁRIO
RORAIMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RR
ALVARA ELETRÔNICO DE PAGAMENTO N 20200911095909007221

| | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| Comarca | Vara/Serventia |
| BOA VISTA | 5 VARA CIVEL RESIDUAL |
| Numero do Processo | |
| 08317290420198230010 | |
| Autor | Reu |
| FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO |
| CPF/CNPJ Autor | CPF/CNPJ Réu |
| 240.065.132-91 | 9.248.608/0001-04 |
| Data de Expedicao | Data de Validade |
| 11/09/2020 | 09/01/2021 |

TOTAL DE PAGAMENTOS INFORMADOS NO MANDADO: 001

| | | | |
|------------------------|--------------------|-------------------|----------------|
| Numero da Solicitacao: | 0001 | Tipo Valor..... | Total da conta |
| Valor..... | 204,83 | Calculado em..... | 11.09.2020 |
| IR..... | 0,00 | Tarifa..... | 0,00 |
| Finalidade..... | Crédito em C/C BB | Tipo Conta..... | Cta Corrente |
| Agência..... | 250 | Nome Agência..... | MONTE RORAIMA |
| Conta/Dv..... | 00.000.210.047-9 | | |
| Titular Conta..... | PEDRO DI GIOVANNI | | |
| Beneficiário..... | PEDRO DI GIOVANNI | | |
| CPF/CNPJ Beneficiário: | 853.298.002-34 | | |
| Tipo Beneficiário..... | Física | | |
| Conta/Pcl Resgatada... | 4900119176621 0000 | | |

Página 1

15/09/2020: CONCLUSOS PARA SENTENÇA.

Data: 15/09/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Complemento: Responsável: EDUARDO MESSAGGI DIAS

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

19/09/2020: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 19/09/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 64) CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020) e ao evento de expedição seq. 65.

Por: SISTEMA CNJ

21/09/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 21/09/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 21/09/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 64) CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020) e ao evento de expedição seq. 66.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 21/09/2020

Movimentação: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO

Por: EDUARDO MESSAGGI DIAS

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 - E-mail: Scivelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0831729-04.2019.8.23.0010

Ação de cobrança/Seguro DPVAT

Requerente: FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

.

.

SENTENÇA

.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório ajuizada por **FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA**, contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, aduzindo, em síntese dos fatos, que:

- a) Sofreu acidente de trânsito em 04/09/2019;
- b) Ficou com fratura no membro inferior direito;
- c) o pedido administrativo foi negado;
- d) Em razão da gravidade e da limitação busca o pagamento de indenização de até R\$ 9.450.00.

Juntou documentos nos ep. 1.2/1.8.

Teve deferida a gratuidade.

Decisão no ep. 6.1 concedendo os benefícios da justiça gratuita.

Citada, a requerida apresentou contestação no ep. 6.1, alegando:

- a. Validado do registro de ocorrência;
- b. Ausência de laudo do IML;



c. Regularidade administrativa;

d) observância do teto indenizatório;

e) que em caso de condenação, a correção monetária deve incidir da propositura da ação e juros da citação da parte requerida.

f) que honorários advocatícios não devem ultrapassar o teto legal;

Determinada a realização de exame pericial.

Realizada perícia médica.

Laudo juntado no ep. 39.1 em que se concluiu pela demonstração de dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequela) no membro inferior direito, em percentual de 25%.

A parte requeute apresentou manifestação no ep. 58.1.

A parte requerida, por sua vez, apresentou manifestação no ep. 61.1.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório.

.

DECIDO

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, conhecido como Seguro DPVAT, é um seguro obrigatório que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, oferecendo coberturas em casos de morte e invalidez permanente, bem como reembolso de despesas médicas.

Muitos temas relativos ao seguro DPVAT já foram objetos da edição de enunciados de súmulas pelo STJ, razão pela qual, desde logo, servem como razão de decidir de várias teses apontadas. Vejamos.

1. Do foro de ajuizamento da ação

Nos termos da Súmula 540 do STJ, “na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu”.

Muito comum, em Roraima, que as partes ajuízem demanda na Capital, situação que, diante da incompetência relativa porventura não alegada, faz de Boa Vista também foro competente em tais casos.

2. Da prescrição

De acordo com a Súmula 405 do STJ, “A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”, sendo que (...) “a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução”, conforme Súmula 573, do STJ.

3. Da falta de pagamento do prêmio

De acordo com a Súmula 257 do STJ, “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores nas Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa no pagamento da indenização”. Assim, ainda que o veículo envolvido no acidente e causador do dano seja da própria vítima, a inadimplência não é causa bastante para a negativa de cobertura.

4. Da invalidez parcial

De acordo com a Súmula 474 do STJ, “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”, sendo que “é válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008”, conforme Súmula 544 do STJ.

O STF confirmou a constitucionalidade das alterações promovidas na legislação sobre o DPVAT promovidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009 (Plenário, ADI 4627/DF e ADI 4350/DF, pelo Min. Luiz Fux e ARE 704520/SP, Rel Min. Gilmar Mendes - com repercussão geral – todos julgados em 23/10/2014)

5. Dos juros e correção monetária

Da acordo com a Súmula 426 do STJ, “os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”. Por seu turno, conforme a Súmula 580 do STJ, “a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso”.

DO CASO EM CONCRETO

- Indenização por invalidez parcial

O foro é competente, conforme considerações acima.

Conforme já relatado, de acordo com os entendimentos sumulares, verifica-se que, pela data do acidente e seu aspecto fático, não se operou a prescrição.

Inexistindo dúvida acerca da natureza do acidente, sua data e suas particularidades de tempo, lugar e modo, desnecessária a produção de prova em audiência. Com a perícia já realizada, processo apto a julgamento, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC.

O ponto questionado é, assim, o grau de invalidez, razão pela qual a indenização deve ser fixada, não sendo invalidez total, em obediência aos entendimentos sumulares acima e de acordo com a tabela anexa da Lei n.º 6.194/74, segundo a sua gradação.

Vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de **invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de **invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, **em seguida, à redução proporcional da indenização** que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Pois bem.

No caso dos autos, a perícia médica realizada confirmou que a parte autora em decorrência de acidente de trânsito, **ficou com dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequela) no membro inferior direito, em percentual de 25%.**

Dessa forma, podemos concluir, portanto, que a parte autora faz jus a indenização no valor de 25% do valor máximo a ser pago quando se trata de sequela no segmento do membro inferior que, de acordo com a Lei, tem percentual de 70% do teto máximo de indenização fixada na Lei n.º 6.194/74 (R\$13.500,00) – conforme consta do Anexo da Lei.

Assim, calculando o valor de indenização a que se chega em razão da lesão apontada no membro inferior direito é de 25% de R\$ 9.450,00 (70% como valor da lesão em relação ao teto máximo indenizatório), totalizando o valor de R\$ 2.362.50.



DISPOSITIVO

.

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de indenização fixando o mesmo no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em sintonia com o exame pericial, nos termos do artigo 487, I, do CPC.

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Fixo juros e correção monetária na forma definida na fundamentação.

Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa.

P.R.I.

Boa Vista, 21/09/2020
(assinatura eletrônica)
Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito



21/09/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 21/09/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 72) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

21/09/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 21/09/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 72) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

21/09/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 21/09/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/09/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 72) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020) e ao evento de expedição seq. 73.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

24/09/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 24/09/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 24/09/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 72) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020) e ao evento de expedição seq. 74.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

25/09/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Data: 25/09/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A
AÇÃO (21/09/2020)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO NA SENTENÇA PROFERIDA:

Com a mais respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão contraditória em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira não só efeitos integrativos, como também, modificativos ao respeitável *decisum*.

Assim, tem-se que a embargante foi condenada ao pagamento de **R\$ 2.362,50, corrigido monetariamente e acrescidos de juros.**

Ocorre que, conforme explanado no mérito da sentença, há um laudo COMPLEMENTAR do perito datado de 21/08/2020, **comprova a invalidez permanente de TORNOZELO DIREITO 25 %. Vejamos:**

Esclarecendo quanto a impugnação apresentada no EP - 45.1, responderei aos quesitos solicitados.

RESPOSTAS DOS QUESITOS

1. SIM, RESULTOU EM INVALIDEZ PERMANENTE.
2. INVALIDEZ PERMANENTE COM LEVE LIMITAÇÃO DO MOVIMENTO DO TORNOZELO DIREITO.
3. PERICIADO TEVE CIÊNCIA DA SUA INCAPACIDADE ATRAVES DE LAUDOS DOS ESPECIALISTA.
4. PERICIADO NÃO REALIZA TRATAMENTO. PODERIA HAVER MELHORA DO QUADRO COM TRATAMENTO FISIOTERAPICO.
5. SEM SEQUELAS ORIUNDA DE CIRCUNSTANCIA ANTERIOR.
6. PARCIAL INCOMPLETA COM PERCENTUAL DE 25%.
7. PERICIADO NÃO PODE CORRER, PULAR, JOGAR FUTEBOL, VOLEI, TRABALHAR COM A MESMA INTENSIDADE, FICAR POR LONGO PERIODO EM PÉ, SUBIR ESCADAS, LEVANTAR PESO. INFORMO AINDA QUE O PERICIADO TEM INDADE AVANÇADA (66 ANOS DE IDADE).

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição deste Juízo.

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, eis que, **demonstra fundamentação e dispositivo contraditórios**, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Embargante opõe o presente, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Eis que os percentuais apurados de invalidez deveriam ter sido calculados levando em consideração a indenização máxima prevista para as **lesões apuradas** e para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | Percentuais | Valor da Indenização |
|---|-------------|----------------------|
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | das Perdas | |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | 25 | R\$ 3.375,00 |

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

| Repercussão | Valor da Indenização |
|-----------------|----------------------|
| 25% (grau leve) | R\$ 843,75 |

Portanto, a Embargante esclarece que a verba indenitária deverá respeitar o cálculo apresentado acima, não ultrapassando a monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

Assim sendo, a Embargante, demonstra nesses autos, onde ocorreu o equivoco no valor da condenação arbitrado por sentença, eis que a ora Embargante fora condenada ao pagamento de indenização correspondente a gradação da lesão diversa da acometida pelo Embargado, desrespeitando legislação em apreço, afigurando-se o julgado em desvirtuamento da norma legal, merecendo ser reformada a sentença neste ponto para que haja aplicação da norma legal pertinente ao caso concreto, conforme o disposto no 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009 e Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

EMINENTE JULGADOR

São essas as razões pelas quais a embargante, invocando os áureos e doutos suplementos de Vossa Excelência, confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado-se os pontos contraditórios suscitados, sob a ótica dos artigos 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009, c/c com a **Súmula 474 do STJ** e Art. 1.022 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes efeitos integrativos, por via de consequência modificativos, para o fim de prover integralmente.

A Embargante informa que pelo fato dos presentes Embargos terem efeitos infringentes, requer que seja feita a devida intimação da parte Embargada, para que esta venha responder as presentes alegações.



Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 23 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



25/09/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 25/09/2020

Movimentação: ~~EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO~~ (Movimentação invalidada)

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 77) JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (25/09/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

25/09/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 25/09/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 77) JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (25/09/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

26/09/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 26/09/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 28/09/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 77) JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (25/09/2020) e ao evento de expedição seq. 79.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

26/09/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 26/09/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 28/09/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 77) JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (25/09/2020) e ao evento de expedição seq. 78.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

28/09/2020: RENÚNCIA DE PRAZO DE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA .

Data: 28/09/2020

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Complemento: Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (09/09/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Data: 06/10/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (25/09/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- PETIÇÃO



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA – RR**

PROCESSO nº: [0831729-04.2019.8.23.0010](#)

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, já devidamente qualificado nos autos do processo supra epigrafado, por seu advogado que esta subscreve, vem com o devido acatamento e respeito à presença de Vossa Excelência, trazer aos autos

IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS

apresentada pela **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio de seus Ilustres Procuradores, utilizando-se dos seguintes termos:

O Embargado vem à presença de Vossa Excelência referendar todo o alegado em sede de petição inicial e demais peças, aduzindo desde logo, que o único objetivo da Embargante confundir o Juízo e protelar o pagamento da indenização, o que não se admite em sede desse recurso.

A Embargante alega que houve “contradição na sentença proferida”, sob a alegação de que o Embargado teria sofrido “invalidéz permanente de tornozelo direito 25%”, o que não deverá prevalecer e que restará demonstrado.

Excelência, o laudo pericial é claro ao diagnosticar que o MEMBRO INFERIOR DIREITO FOI O SEGMENTO ANATÔMICO ATINGIDO, pois o Embargado sofreu FRATURA NA TÍBIA E FÍBULA DIREITA, senão vejamos:



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Segmento Anatômico
1ª Lesão
M I D
2ª Lesão
3ª Lesão

1) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra (m)-se acometida (s);
Fratura exposta Tibia e fêmur

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas da fase aguda do trauma.
Exatente cirurgia com fixação externa

Ora, a repercussão é totalmente diferente do segmento anatômico atingido, até porque a indenização deve ocorrer em relação à fratura sofrida no acidente de trânsito.

Vale ressaltar, que para fins de indenização do seguro DPVAT, a própria legislação dividiu o corpo humano em várias partes, às quais foram atribuídos valores específicos, então, não deve prosperar os argumentos infundados dos embargos de declaração interposto.

Deste modo, requer seja negado provimento aos embargos, bem como, sejam majorados os honorários de sucumbência, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 6 de outubro de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



15/10/2020: RENÚNCIA DE PRAZO DE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA .

Data: 15/10/2020

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

Complemento: Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (21/09/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

19/10/2020: EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO.

Data: 19/10/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Complemento: Referente ao evento (seq. 77) JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO(25/09/2020 11:09:40). Identificador do Cumprimento: 0007

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 - E-mail: 5civelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010

CERTIDÃO

Certifico a tempestividade dos embargos e certifico ainda que a parte contrária foi intimada para manifestação no prazo legal.

Boa Vista/RR, 19/10/2020.

(Assinado Digitalmente - PROJUDI)
EGILAINÉ SILVA DE CARVALHO
Analista Judiciária



19/10/2020: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 19/10/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: EDUARDO MESSAGGI DIAS

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

Data: 20/10/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (25/09/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA – RR**

PROCESSO nº: [0831729-04.2019.8.23.0010](#)

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, já devidamente qualificado nos autos do processo supra epigrafado, por seu advogado que esta subscreve, vem com o devido acatamento e respeito à presença de Vossa Excelência, trazer aos autos

IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS

apresentada pela **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio de seus Ilustres Procuradores, utilizando-se dos seguintes termos:

O Embargado vem à presença de Vossa Excelência referendar todo o alegado em sede de petição inicial e demais peças, aduzindo desde logo, que o único objetivo da Embargante confundir o Juízo e protelar o pagamento da indenização, o que não se admite em sede desse recurso.

A Embargante alega que houve “contradição na sentença proferida”, sob a alegação de que o Embargado teria sofrido “invalidéz permanente de tornozelo direito 25%”, o que não deverá prevalecer e que restará demonstrado.

Excelência, o laudo pericial é claro ao diagnosticar que o MEMBRO INFERIOR DIREITO FOI O SEGMENTO ANATÔMICO ATINGIDO, pois o Embargado sofreu FRATURA NA TÍBIA E FÍBULA DIREITA, senão vejamos:





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Segmento Anatômico
1ª Lesão
M I D
2ª Lesão
3ª Lesão

1) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra (m)-se acometida (s);
Fratura exposta Tibia e fêmur

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas de fase aguda do trauma.
Exatente cirurgia com fixação externa

Ora, a repercussão é totalmente diferente do segmento anatômico atingido, até porque a indenização deve ocorrer em relação à fratura sofrida no acidente de trânsito.

Vale ressaltar, que para fins de indenização do seguro DPVAT, a própria legislação dividiu o corpo humano em várias partes, às quais foram atribuídos valores específicos, então, não deve prosperar os argumentos infundados dos embargos de declaração interposto.

Deste modo, requer seja negado provimento aos embargos, bem como, sejam majorados os honorários de sucumbência, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 6 de outubro de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



09/11/2020: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

Data: 09/11/2020

Movimentação: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS

Por: EDUARDO MESSAGGI DIAS

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença

Proc. n.º 0831729-04.2019.8.23.0010

SENTENÇA

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de Embargos de Declaração opostos pela SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SEGURO DPVAT S/A face a Sentença proferida no ep. 72.1 que determinou a condenação da parte embargante ao pagamento de indenização no valor de R\$ 2.362.50, face lesão no membro inferior direito em percentual de 25%.

O embargante afirma ser contraditória a Sentença embargada ao fixar o valor de indenização em 25% do membro inferior direito, quando o laudo complementar apresentado no ep. 54.1 delimita a lesão em 25% do tornozelo, cujo valor e base de cálculo é diverso segundo a Lei n. 6.194/74.

Certidão apresentada no ep. 85.1 afirma ser tempestivo o referido recurso.

A parte embargada apresentou contrarrazões no ep. 87.1 pugnando pelo não provimento do referido recurso.

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando aos argumentos apresentados em sede de embargos de declaração, nota-se que a sentença embargada se demonstra contraditória, sendo necessário sua devida adequação.

Compulsando os autos, observa-se que o laudo complementar apresentado no ep. 54.1 delimitou que como lesão tornozelo direito em percentual de 25%, cujo valor representada 25% de R\$ 3.375.00 (valor de 25% sobre o valor total do teto remuneratório), que totaliza o valor de R\$ 843,75.

Dessa forma, é de rigor afastar a contradição da sentença embargada para reconhecer a lesão no tornozelo direito, em percentual de 25%, fixando a indenização no valor de R\$ 843,75.

DISPOSITIVO

Dessa forma, acolho o presente embargos de declaração para suprir a contradição apresentada na sentença embargada fixando o valor da indenização em R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Intimem-se.

Boa Vista, 09/11/2020
(assinatura eletrônica)
Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito



17/11/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 17/11/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 88) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

17/11/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 17/11/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 88) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

17/11/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 17/11/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 17/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 88) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 90.

Por: VALDENOR ALVES GOMES

27/11/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 27/11/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 27/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 88)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 89.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

11/12/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

Data: 11/12/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
5ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA – ESTADO DE RORAIMA**

(BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA)

PROCESSO: 0831729-04.2019.8.23.0010

FRANCISCO OTACILIO DA COSTA, já devidamente qualificado (a) nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente, não se conformando com a respeitável sentença que julgou parcialmente procedente a presente demanda proposta pela parte autora, com fundamento legal nos artigos 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil e demais dispositivos jurídicos aplicáveis a espécie, interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

Nestes termos, oferecidas as razões em anexo e com a devida intimação da parte contrária para contrarrazões, determine Vossa Excelência a remessa dos autos à Col. Instância Superior, para os fins de direito.

Termos em que,

Espera deferimento.

Boa Vista – Roraima, 10 de dezembro de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB-RR 618N





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

PROCESSO nº: 0831729-04.2019.8.23.0010

RECORRENTE: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

**RECORRIDO (A): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

RAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO

1. REGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

A parte recorrente estar devidamente representada nos autos, por seu procurador legalmente constituído (procuração constante nos autos).

2. TEMPESTIVIDADE

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sendo, portanto, absolutamente tempestivo.

3. DO CONHECIMENTO

O presente recurso merece ser conhecido, em face do preenchimento de todos os requisitos exigidos pelo nosso Diploma Processual Civil.





VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

4. PREQUESTIONAMENTO

A matéria constante nas razões recursais tem finalidade de prequestionamento, objetivando possível rediscussão nas instâncias superiores.

5. RESUMO FÁTICO E MÉRITO RECURSAL

Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte Recorrente, deixando-a com incapacidade permanente, devido a **FRATURA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO - TÍBIA e FÍBULA**, conforme demonstra o prontuário (EP. 1.3):

Membros

| | |
|-------------|-------------------------------------|
| Contusão | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Escoriações | <input type="checkbox"/> |
| Lacerações | <input type="checkbox"/> |
| Luxações | <input type="checkbox"/> |

Fratura Tibia ou Fibula D

Amputação

Paciente vítima de colisão moto x moto, segundo populares, encontrava-se em decúbito dorsal, HID lateralizado em sustentação sinétrica, fei insubordinação de mesmo, informado a TW a central de regulação que informou envio de uma VTR. Colocada Colar Cervical, AVP conforme orientação da Regulação.

| ESCALA DE COMA DE GLASGOW | | | |
|---------------------------|-------------------------|--------|--|
| Adulto | Menores de 5 anos | Escala | |
| Abre espontaneamente | Abre espontaneamente | 4 | |
| Com estímulos auditivos | Com estímulos auditivos | 3 | |
| Com estímulos dolorosos | Com estímulos dolorosos | 2 | |
| Não abre os olhos | Não abre os olhos | 1 | |

| ESCORE DO TRAUMA | |
|------------------|---|
| 10 - 24 | 3 |
| 25 - 35 | 3 |
| ≥ 36 | 2 |
| 01 - 09 | 1 |

GENTE SEGURA
Dr. Carlos João Batista, D

Fratura

A parte Recorrente efetivamente não recebeu nenhuma importância, erroneamente, pois tinha o entendimento de que fazia jus a receber a



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

importância de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), referente à perda de função vital.

Após ingressar com a presente demanda, foi designada perícia judicial a qual constatou que o MEMBRO INFERIOR DIREITO FOI O SEGMENTO ANATÔMICO ATINGIDO, tendo em vista que o Recorrente sofreu FRATURA NA TÍBIA E FÍBULA DIREITA (EP. 39), senão vejamos:

Segmento Anatômico
1ª Lesão
2ª Lesão
3ª Lesão

1) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicada

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra (m)-se acometida (s);
Fratura exposta Tibia e Fíbula D

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas da fase aguda do trauma.
Fratura exposta Tibia e Fíbula D

No EP. 72 foi proferida a sentença de procedência, na qual foi levada em consideração a debilidade anatômica de 25% do membro inferior direito, conforme prontuário hospitalar e laudo do perito do Juízo, conforme abaixo transcrito:

SENTENÇA

(...)

Pois bem.

No caso dos autos, a perícia médica realizada confirmou que a parte autora em decorrência de acidente de trânsito, **ficou com dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequela) no membro inferior direito, em percentual de 25%.**

Dessa forma, podemos concluir, portanto, que a parte autora faz jus a indenização no valor de 25% do valor máximo a ser pago quando se trata de sequela no segmento do membro inferior que, de acordo com a Lei, tem percentual de 70% do teto máximo de indenização fixada na Lei n.º 6.194/74 (R\$13.500,00) – conforme consta do Anexo da Lei.

Assim, calculando o valor de indenização a que se **chega em razão da lesão apontada no membro inferior direito é de 25% de R\$**



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

9.450,00 (70% como valor da lesão em relação ao teto máximo indenizatório), totalizando o valor de R\$ 2.362,50.

DISPOSITIVO

Posto isso, o pedido de indenização fixando o mesmo no valor **JULGO PROCEDENTE** de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em sintonia com o exame pericial, nos termos do artigo 487, I, do CPC.

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Fixo juros e correção monetária na forma definida na fundamentação." (GRIFOU-SE)

Por não se conforme com a sentença proferida, a Recorrida interpôs embargos de declaração sob a alegação de que houve "contradição na sentença proferida", uma vez que o Embargado teria sofrido "invalidéz permanente de tornozelo direito 25%", o que não deveria prevalecer e que restará demonstrado.

Mas no EP. 88.1 foi proferida a sentença que reconheceu a lesão no tornozelo e diminuiu o valor da indenização de R\$ 2.362,50 para R\$ 843,75, conforme abaixo:

"SENTENÇA

(...)

Dessa forma, é de rigor afastar a contradição da sentença embargada **para reconhecer a lesão no tornozelo direito, em percentual de 25%**, fixando a indenização no valor de R\$ 843,75.

DISPOSITIVO

Dessa forma, acolho o presente embargos de declaração para suprir a contradição apresentada na sentença embargada fixando o valor da indenização em R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)." (grifou-se)

A respeitada decisão de procedência dos embargos de declaração é merecedora de reforma para restabelecer a primeira sentença do EP. 72, a qual determinou acertadamente a indenização de conformidade com a verdadeira lesão sofrido pelo Recorrente, ou seja, lesão no membro inferior direito de 25% de R\$ 9.450,00 (70% como valor da lesão em relação ao teto máximo indenizatório), totalizando o valor de R\$ 2.362,50.



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Excelências, o sinistro causou fratura no MEMBRO INFERIOR DIREITO (TÍBIA E FÍBULA DIREITA), conforme demonstra o PRONTUÁRIO HOSPITALAR, LAUDOS E PERÍCIA JUDICIAL, cuja lesão daria direito a uma indenização proporcional (25%) no valor de R\$ 2.362,50.

Ora, a indenização não pode ser calculada com base na repercussão causada em membro ou órgão diferente da fratura, pois se assim fosse, aquela pessoa que sofresse fratura no quadril teria direito à indenização no valor fixado para os membros inferiores, ou então, aquele que sofresse fratura na clavícula teria direito à repercussão no membro superior, no entanto, não é isso que ocorre, de acordo com a interpretação jurisprudencial:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PLEITO DE COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. FRATURA NA CLAVÍCULA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO CALCULADA SOBRE O MEMBRO SUPERIOR. INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DO JUIZ SOBRE O RESULTADO DO LAUDO PERICIAL. SEQUELA RESTRITA À REGIÃO LESIONADA. VALOR INDENITÁRIO QUE DEVE CORRESPONDER AO SEGMENTO DO CORPO QUE SE TORNOU INVÁLIDO. REDUÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. **A indenização do Seguro DPVAT não é definida levando em consideração as repercussões físicas da invalidez no corpo do segurado como um todo, mas a sequela no próprio segmento corporal que se tornou inválido total ou parcialmente. Não por outra razão é que a Lei n.11.945/2009 inseriu a Tabela de Danos Corporais como Anexo da Lei de Regência do Seguro Obrigatório, identificando cada parte do corpo humano e atribuindo a ela um valor indenizatório correspondente à sua invalidez.**

(TJ-SC - AC: 03004532420158240010 Braco do Norte 0300453-24.2015.8.24.0010, Relator: Jairo Fernandes Gonçalves, Data de Julgamento: 10/07/2018, Quinta Câmara de Direito Civil) (grifou-se)

O fato é que a legislação fragmentou o corpo humano em várias partes, onde a cada uma desta é atribuído um valor de forma proporcional ao percentual de lesão fixada pela perícia, conforme tabela abaixo de **indenização de Seguros DPVAT em função do grau de invalidez:**



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

| Danos corporais parciais | Grau de Invalidez (Sequelas) | | | | |
|---|------------------------------|--------------|--------------|---------------|-----------------|
| | Residual (10%) | Leve (25%) | Média (50%) | Intensa (75%) | Completa (100%) |
| Lesões Neurológicas | R\$ 1.350,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 13.500,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos braços ou de uma das mãos | R\$ 945,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 9.450,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de uma das pernas | R\$ 945,00 | R\$ 2.362,00 | R\$ 4.725,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 9.450,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 675,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 6.750,00 |
| Perda auditiva bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho. | R\$ 675,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 6.750,00 |
| Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo . | R\$ 337,50 | R\$ 843,75 | R\$ 1.687,50 | R\$ 2.531,25 | R\$ 3.375,00 |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | R\$ 337,50 | R\$ 843,75 | R\$ 1.687,50 | R\$ 2.531,25 | R\$ 3.375,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer dedo do pé ou da mão (exceto dedo polegar). | R\$ 135,00 | R\$ 337,50 | R\$ 675,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 1.350,00 |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | - | - | - | - | R\$ 1.350,00 |

Deste modo, o Apelante faz jus a receber a indenização proporcional no valor equivalente a R\$ 2.362,50, conforme determinado na primeira sentença, pois o Recorrente não sofreu nenhuma lesão no tornozelo e a repercussão causada a este é consequência natural da fratura do membro inferior, conforme demonstrado.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, espera a parte Recorrente o conhecimento e provimento do presente Recurso de Apelação, para que seja reformada a respeitável sentença de provimento dos embargos de declaração prolatada pelo MM. Juiz da 5ª. Vara Cível de Boa Vista-RR, a fim de que desconsidere a debilidade em tornozelo e declare a fratura em MEMBRO INFERIOR DIREITO (TÍBIA E FÍBULA DIREITA), conforme demonstra o PRONTUÁRIO HOSPITALAR, LAUDOS E PERÍCIA JUDICIAL, cuja lesão dar direito a uma indenização proporcional no valor de R\$ 2.362,50, pois a debilidade foi majorada em 25%.

Requer seja condenada a Recorrida a pagar os honorários advocatícios no mesmo valor do que foi determinado na sentença, como medida de inteira justiça.





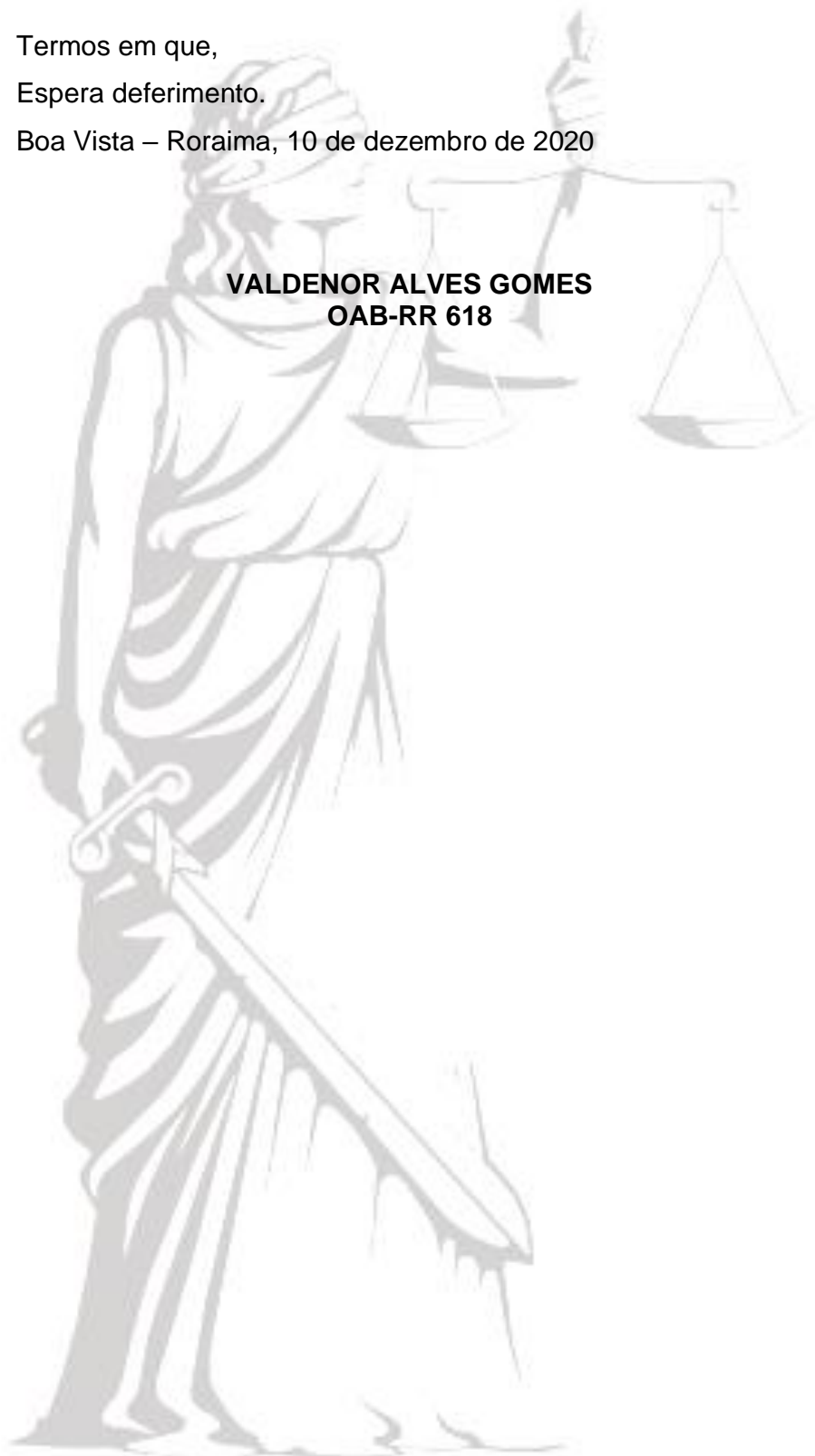
VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

Termos em que,

Espera deferimento.

Boa Vista – Roraima, 10 de dezembro de 2020

VALDENOR ALVES GOMES
OAB-RR 618



15/12/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 15/12/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 93) JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (11/12/2020)

Por: EGILAINE SILVA DE CARVALHO

21/12/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 21/12/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/01/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 93) JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (11/12/2020) e ao evento de expedição seq. 94.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

21/12/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 21/12/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- GUIA DE DEPOSITO
- CALCULO

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação**.

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SIVIRINO PAULI 101B/RR, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

BOA VISTA, 21 de dezembro de 2020.

João Barbosa
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

~



| | | | | | | | |
|---|--|--|--|---|--|---|--|
| | | | Nº DA CONTA JUDICIAL 3000112678385 | | | | |
| Nº DA PARCELA 0 | | DATA DO DEPÓSITO 15/12/2020 | | AGÊNCIA (PREF / DV) 3797 | | TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL | |
| DATA DA GUIA 11/12/2020 | | Nº DA GUIA 2656545 | | Nº DO PROCESSO 08317290420198230010 | | TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA | |
| COMARCA BOA VISTA | | ORGÃO/VARA 5 VARA CIVEL RESIDUAL | | DEPOSITANTE RÉU | | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 1144,83 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | | | TIPO DE PESSOA Jurídica | | CPF / CNPJ 09248608000104 | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | TIPO DE PESSOA Física | | CPF / CNPJ 24006513291 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 3D34DBAEA08C9B29 | | | | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | | | | |



18/11/2020

DrCalc / EasyCalc- Cálculos financeiros e judiciais pela web



Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

| | |
|------------------------------------|---|
| Descrição do cálculo | |
| Valor Nominal | R\$ 843,75 |
| Indexador e metodologia de cálculo | ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio. |
| Período da correção | Agosto/2018 a Novembro/2020 |
| Taxa de juros (%) | 1 % a.m. simples |
| Período dos juros | 7/10/2019 a 10/12/2020 |
| Honorários (%) | 10 % |

Dados calculados

| | | |
|--------------------------------|------------|---------------------|
| Fator de correção do período | 823 dias | 1,082005 |
| Percentual correspondente | 823 dias | 8,200506 % |
| Valor corrigido para 1/11/2020 | (=) | R\$ 912,94 |
| Juros(430 dias-14,00000%) | (+) | R\$ 127,81 |
| Sub Total | (=) | R\$ 1.040,75 |
| Honorários (10%) | (+) | R\$ 104,08 |
| Valor total | (=) | R\$ 1.144,83 |

[Retornar](#) [Imprimir](#)



23/12/2020: JUNTADA DE CERTIFICAÇÃO DA INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO.

Data: 23/12/2020

Movimentação: JUNTADA DE CERTIFICAÇÃO DA INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO

Por: GEORGIA NIADE ELUAN PERONICO

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 - E-mail: Scivelresidual@tjrr.jus.br

Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010

CERTIDÃO DE RECURSO

Certifico que o Recurso de Apelação interposto no EP93 é tempestivo, não apresentando preparo visto que a parte é beneficiária da gratuidade da justiça.

Boa Vista, 23/12/2020.

(Assinado Digitalmente - PROJUDI)
GEORGIA NIADE ELUAN PERONICO
Analista Judiciária



Data: 23/12/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTRA-RAZÕES

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (11/12/2020)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

PROCESSO: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,
Pede Juntada.

BOA VISTA, 22 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA

OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI

101-B - OAB/RR



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR

Processo n.º 08317290420198230010

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: FRANCISCO OTACILIO DA COSTA

CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar parcialmente procedente o pedido do apelante.

Data máxima vênia, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

Ocorre que, conforme explanado no mérito da sentença, há um laudo COMPLEMENTAR do perito datado de 21/08/2020, **comprova a invalidez permanente de TORNOZELO DIREITO 25 %. Vejamos:**

Esclarecendo quanto a impugnação apresentada no EP - 45.1, responderei aos quesitos solicitados.

RESPOSTAS DOS QUESITOS

1. SIM, RESULTOU EM INVALIDEZ PERMANENTE.
2. INVALIDEZ PERMANENTE COM LEVE LIMITAÇÃO DO MOVIMENTO DO TORNOZELO DIREITO.
3. PERICIADO TEVE CIÊNCIA DA SUA INCAPACIDADE ATRAVES DE LAUDOS DOS ESPECIALISTA.
4. PERICIADO NÃO REALIZA TRATAMENTO. PODERIA HAVER MELHORA DO QUADRO COM TRATAMENTO FISIOTERAPICO.
5. SEM SEQUELAS ORIUNDA DE CIRCUNSTANCIA ANTERIOR.
6. PARCIAL INCOMPLETA COM PERCENTUAL DE 25%.
7. PERICIADO NÃO PODE CORRER, PULAR, JOGAR FUTEBOL, VOLEI, TRABALHAR COM A MESMA INTENSIDADE, FICAR POR LONGO PERIODO EM PÉ, SUBIR ESCADAS, LEVANTAR PESO. INFORMO AINDA QUE O PERICIADO TEM INDADE AVANÇADA (66 ANOS DE IDADE).

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição deste Juízo.

Eis que os percentuais apurados de invalidez deveriam ter sido calculados levando em consideração a indenização máxima prevista para as **lesões apuradas** e para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | Percentuais | Valor da Indenização |
|---|-------------|----------------------|
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | das Perdas | |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | 25 | R\$ 3.375,00 |

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

| Repercussão | Valor da Indenização |
|-----------------|----------------------|
| 25% (grau leve) | R\$ 843,75 |

Portanto, a verba indenitária deverá respeitar o cálculo apresentado acima, não ultrapassando a monta de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

Logo, tendo a parte Apelante deixado de comprovar suas alegações, ou seja, inexistindo provas de uma invalidez permanente total, impõe-se a manutenção da sentença que reconheceu a improcedência da ação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 22 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RR 451-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na 101-B - OAB/RR, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em curso perante a **5ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08317290420198230010.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



28/12/2020: REMETIDOS OS AUTOS PARA ÁREA RECURSAL.

Data: 28/12/2020

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA ÁREA RECURSAL

Complemento: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

Por: GEORGIA NAIADÉ ELUAN PERONICO

14/07/2021: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 14/07/2021

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Da instância superior. Apelação 0831729-04.2019.8.23.0010.

Por: SISTEMA CNJ

14/07/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 14/07/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 100) RECEBIDOS OS AUTOS (14/07/2021)

Por: Francisca Anélia Rodrigues da Silva

14/07/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 14/07/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 100) RECEBIDOS OS AUTOS (14/07/2021)

Por: Francisca Anélia Rodrigues da Silva

16/07/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 16/07/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- GUIA DE ARRECADACAO JUDICIARIA

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado SIVIRINO PAULI, 101B/RR, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

BOA VISTA, 14 de julho de 2021.



João Barbosa
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

~



| | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|-------------------------------------|--|--|---|--|--------------------------|---|--|--|----------------------------------|--|
|  | | | | | | 86670000002-3 71720574106-8 02020123000-8 10200056765-5 | | | | | | | |
| GUIA DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA | | | | | | | | | | | | | |
| Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA | | | CNPJ: 05.741.060/0001-89 | | | Agência: 3797-4 | | Conta: 51669-4 | | Valor do Documento: R\$ 271,72 | | Vencimento: 30/12/2020 | |
| Comarca: BOA VISTA | | | Nº G.A.J.: 010.20.0056765 | | | Valor da Causa: R\$ 9.450.00 | | | Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010 | | | | |
| Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a | | | | | | | | | CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | Autenticação Mecânica | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|-------------------------------------|--|--|---|--|--------------------------|---|--|--|----------------------------------|--|
|  | | | | | | 86670000002-3 71720574106-8 02020123000-8 10200056765-5 | | | | | | | |
| GUIA DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA | | | | | | | | | | | | | |
| Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA | | | CNPJ: 05.741.060/0001-89 | | | Agência: 3797-4 | | Conta: 51669-4 | | Valor do Documento: R\$ 271,72 | | Vencimento: 30/12/2020 | |
| Comarca: BOA VISTA | | | Nº G.A.J.: 010.20.0056765 | | | Valor da Causa: R\$ 9.450.00 | | | Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010 | | | | |
| Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a | | | | | | | | | CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 | | | | |
| Descrição das receitas 01. CUSTAS FINAIS | | | | | | | | | | Valor R\$ R\$ 271,72 | | | |
| OBS.: PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE, NO PROCESSO DE ORIGEM DESTA PAGAMENTO, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA. | | | | | | | | | | R\$ 271,72 | | | |
|  | | | | | | | | | | | | Autenticação Mecânica | |





Guia - Ficha de Compensação

| | | | |
|--|--|------------------------------|-----------------------------------|
| Nº DA PARCELA | DATA DO DEPÓSITO 29/12/2020 | AGÊNCIA (PREF / DV) 0 | Nº DA CONTA JUDICIAL 0 |
| DATA DA GUIA 29/12/2020 | Nº DO PROCESSO 08317290420198230010 | TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL | |
| UF/COMARCA RR | ORGÃO/VARA Vara Cível | DEPOSITANTE RÉU | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 271,72 |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | TIPO DE PESSOA Jurídica | CPF / CNPJ 09248608000104 | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | TIPO DE PESSOA FÍSICA | CPF / CNPJ 24006513291 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA B26FB42D59454EA7 | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS 8667000002 3 71720574106 8 02020123000 8 10200056765 5 | | | |

19/07/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 19/07/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 19/07/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 100)

RECEBIDOS OS AUTOS (14/07/2021) e ao evento de expedição seq. 101.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

19/07/2021: JUNTADA DE CERTIDÃO.

Data: 19/07/2021

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: Mayk Bezerra Lo

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 - E-mail: Scivelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0831729-04.2019.8.23.0010

CERTIDÃO

Certifico que, a contrarrazão apresentada no EP. 98 foi protocolada tempestivamente.

Certifico ainda que o apelante e beneficiário da justiça gratuita, conforme EP. 06.

Por fim, certifico que, nesta data encaminho os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, conforme previsto no art. 1.010, § 3º, do CPC.

Boa vista – RR, 19/07/2021.

Mayk Bezerra Lô

Técnico Judiciário.



26/07/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 26/07/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 26/07/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 100) RECEBIDOS OS AUTOS (14/07/2021) e ao evento de expedição seq. 102.

Por: SISTEMA CNJ

27/07/2021: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 27/07/2021

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 100) RECEBIDOS OS AUTOS (14/07/2021) e ao evento de expedição seq. 101.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 02/08/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE SOLICITAÇÃO A EXECUÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento RECEBIDOS OS AUTOS
(14/07/2021)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- Pedido de juntada



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

PROCESSO Nº: 0831729-04.2019.8.23.0010

FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA, brasileiro, solteiro, pescador, portador
Cédula de Identidade RG 3803694 SSP/RR, CPF 240.065.132-91 residente e
domiciliado na Rua Campinas, Nº 1231, Bairro Nova Cidade, CEP: 69.316-182,
Município de Boa Vista/RR, Estado de Roraima, por seus advogados e procuradores
que esta subscrevem, (email:adv.valdenor@hotmail.com), vem, com respeito e
acatamento de estilo à presença de Vossa Excelência, apresentar pedido de

**CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA
(ART. 523 E INCISOS DO NCPC)**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**,
pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua
Senador Dantas, 74, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-205, fazendo-o pelas razões
de fato e de direito a seguir aduzidas.

01. A executada foi condenada a indenizar o Exequente (EP. 72) nos
seguintes termos:

“(…)

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de indenização fixando o mesmo no valor de R\$ 2.362,50
(dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em sintonia com o exame pericial, nos
termos do artigo 487, I, do CPC.

Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em
10% (dez por cento) do valor da condenação.

Fixo juros e correção monetária na forma definida na fundamentação.



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

02. Por não se conformar com a condenação, o Exequente interpôs recurso de apelação, mas o TJRR manteve a decisão de primeiro grau.

03. Verifica-se que a decisão transitou em julgado, mas até a presente data não se identificou nos autos cumprimento da obrigação de dar coisa certa.

04. Em cumprimento ao disposto no art. 524 e incisos, do Novo Código de Processo Civil, o Exequente apresenta abaixo o cálculo demonstrativo que se constitui na **MEMÓRIA DE CÁLCULO**, o qual leva em consideração:

1º - juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (10/2019); e

2º - correção monetária, a partir do evento danoso (data do acidente - 09/2018).

05. De acordo com a memória de cálculo elaborada com o auxílio do PROJEF WEB – Programa de Cálculo de Liquidação de Sentença, desenvolvido pelos Núcleos de Cálculos Judiciais e Tecnologia da Informática da justiça Federal do Rio Grande do Sul, constatou-se:

RESUMO DO CÁLCULO

Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010

Autor: FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

I - PARTES

| Nome | Principal corrigido | Juros de mora | Total (R\$) |
|-----------------------------|---------------------|---------------|-------------|
| FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA | 2.702,34 | 594,51 | 3.296,85 |
| Total Partes -> | 2.702,34 | 594,51 | 3.296,85 |

II - SUCUMBÊNCIA

| Descrição | Total (R\$) |
|--|-------------|
| Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 10,00%) | 329,69 |
| Total de Sucumbências -> | 329,69 |

III - TOTALIZAÇÃO

| Descrição | Total (R\$) |
|----------------------------|-------------|
| SUBTOTAL DA CONTA (I + II) | 3.626,54 |
| TOTAL DA CONTA EM 08/2021 | 3.626,54 |

Pelo exposto, vem a presente REQUERER:

A citação do EXECUTADO para, no prazo apresentado, promover a quitação da importância de R\$ 3.626,54 (três mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

quatro centavos), sendo R\$ 3.296,85 (três mil, duzentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos) referente ao principal, mais R\$ 329,69 (trezentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos) de honorários advocatícios.

Que em caso de não cumprimento da obrigação no prazo de 15 dias, seja fixada multa nos termos do Art. 523, § 1º do NCPC.

Que seja dado preferência a penhora online, como forma de satisfazer de modo mais prático o direito do exequente.

Dá-se a presente causa o valor de R\$ 3.626,54 (três mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Termos em que

Pede deferimento.

Boa Vista – RR, 3 de agosto de 2021

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



PROJEF WEB - Programa para Cálculo de Liquidação de Sentença

Desenvolvido pelos Núcleos de Cálculos Judiciais e de Tecnologia da Informação da Justiça Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO DO CÁLCULO

Processo: 0831729-04.2019.8.23.0010

Autor: FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

I - PARTES

| Nome | Principal corrigido | Juros de mora | Total (R\$) |
|-----------------------------|---------------------|---------------|-----------------|
| FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA | 2.702,34 | 594,51 | 3.296,85 |
| Total Partes -> | 2.702,34 | 594,51 | 3.296,85 |

II - SUCUMBÊNCIA

| Descrição | Total (R\$) |
|--|---------------|
| Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 10,00%) | 329,69 |
| Total de Sucumbências -> | 329,69 |

III - TOTALIZAÇÃO

| Descrição | Total (R\$) |
|-----------------------------------|-----------------|
| SUBTOTAL DA CONTA (I + II) | 3.626,54 |
| TOTAL DA CONTA EM 08/2021 | 3.626,54 |

ATUALIZADO ATÉ AGOSTO/2021

BOA VISTA, 2 de agosto de 2021

Cálculo elaborado por: VALDENOR A GOMES
ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Crítérios e parâmetros do cálculo

Data de início dos juros moratórios: 10/2019 (de forma decrescente para parcelas com data posterior)

Juros de mora: 12% a.a.

Critério de correção monetária das parcelas:IPCA-E (2) => ORTN - OTN - BTN - INPC (03/91) - IPCA-E (07/2009 em diante)

Composição do critério: ORTN (10/64-02/86) OTN (03/86-12/88) BTN (01/89-02/91) INPC (03/91-06/09) IPCA-E (07/2009 em diante)

Sucumbências: Não foram apuradas

Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 10,00%)

Critério de correção monetária dos honorários advocatícios: IPCA-E (2) => ORTN - OTN - BTN - INPC (03/91) - IPCA-E (07/2009 em diante)

Composição do critério: ORTN (10/64-02/86) OTN (03/86-12/88) BTN (01/89-02/91) INPC (03/91-06/09) IPCA-E (07/2009 em diante)

O programa PROJEF WEB foi desenvolvido a título de sugestão no intuito de possibilitar que o Autor apresente uma conta no momento do ajuizamento e/ou da execução do processo. Contudo, salientamos que sempre prevalecerá o entendimento de cada Juízo nas questões pertinentes aos cálculos judiciais. Pelo fato desse programa conter inúmeras opções de critérios de correção monetária e de juros moratórios, o usuário ficará inteiramente responsável pelas suas escolhas. A simples utilização do programa não implica em certeza absoluta no seu resultado final e nem em aceitação compulsória por parte do Magistrado.



PROJEF WEB - Programa para Cálculo de Liquidação de Sentença

DEMONSTRATIVO DE PARCELAS


PARTE: FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA

| # | Data | Principal (A) | Coef. Corr. Monetária (B) | Princ. Corrigido (C = A x B) | Juros % (D) | Juros \$ (E = C x D) | Total (R\$) (F = C + E) |
|--|-------|------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------|-------------------------|----------------------------|
| 1 | 09/18 | 2.362,50 | 1,1438487847 | 2.702,34 | 22,0000% | 594,51 | 3.296,85 |
| Totais | | 2.362,50 | | 2.702,34 | | 594,51 | 3.296,85 |
| Total da Parte: FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA => | | | | | | | 3.296,85 |

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE-RRR (LEI 12.350/2010)

| Anos-calendário anteriores | | Ano-calendário atual (2021) | |
|----------------------------|--------------|-----------------------------|----------|
| Qtd. Parcelas | Valor | Qtd. Parcelas | Valor |
| 1 | R\$ 3.296,85 | 0 | R\$ 0,00 |

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8TS 5JQ33 WN2C4 5X4RA



PROJEF WEB - Programa para Cálculo de Liquidação de Sentença

DEMONSTRATIVO DE SUCUMBÊNCIAS

| Descrição | Data | Principal (A) | Coef. Correção Monetária (B) | Principal Corrigido (R\$) (C = A x B) |
|--|-------|------------------|------------------------------------|---|
| Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 10,00%) | 08/21 | 329,69 | 1,00000000 | 329,69 |
| Total da Sucumbência => | | | | 329,69 |

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006
Validação deste em <https://projudi.tjr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8TS 5JQ33 WN2C4 5X4RA



03/08/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 03/08/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Pedido de juntada



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

PROCESSO Nº: 0831729-04.2019.8.23.0010

FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA, por seus advogados e procuradores que esta subscreve, vem, com respeito e acatamento de estilo à presença de Vossa Excelência, requerer a desconsideração do pedido de cumprimento de sentença (EP. 108), a qual foi protocolada de forma equivocada, conforme restará demonstrado.

Ocorre, Excelência, que após a prolação da sentença (EP. 72), a parte Promovida interpôs embargos de declaração, ao qual foi dado provimento para reduzir o valor da indenização (EP. 88), mas antes da interposição do recurso de apelação, a Promovida efetuou o pagamento em conformidade com a última decisão (EP. 96), a qual foi mantida pelo TJRR.

Deste modo, pugna-se pela desconsideração do pedido de cumprimento de sentença (EP. 108) e requer a transferência do crédito (EP. 96) para a conta do Patrono, levando-se em consideração a dificuldade de se resgatar o alvará junto ao Banco em face da crise causada pela COVID-19, como medida de inteira justiça.

Dados da conta do Procurador:

Titular e mero levantador: Valdenor Alves Gomes, CPF 605.789.392-15

Banco do Brasil

Agência: 0250X

Conta Corrente: 116.715-4

Termos em que

Pede deferimento.

Boa Vista – RR, 3 de agosto de 2021



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



17/08/2021: JUNTADA DE CERTIDÃO.

Data: 17/08/2021

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: Mayk Bezerra Lo

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95) 3198-4719 - E-mail: Scivelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0831729-04.2019.8.23.0010

Recurso n.º \$recurso.getNumeroUnicoRecursoFormatado()

CERTIDÃO

Certifico que em atenção ao pedido de cumprimento de sentença acostado no EP. 108. Remete o feito ao Cartório Distribuidor, para remessa ao juízo da 6ª Vara Cível, ante nossa incompetência.

Boa Vista/RR, 17/8/2021.

Mayk Bezerra Lo
Analista Judiciário



17/08/2021: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 17/08/2021

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Redistribuição

Por: Mayk Bezerra Lo

17/08/2021: MUDANÇA DE CLASSE PROCESSUAL DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

Data: 17/08/2021

Movimentação: MUDANÇA DE CLASSE PROCESSUAL DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Por: Mayk Bezerra Lo

17/08/2021: REDISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO EM RAZÃO DE REMESSA DE EXECUÇÃO CÍVEL (CPC, 475-P, PAR. ÚN.).

Data: 17/08/2021

Movimentação: REDISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO EM RAZÃO DE REMESSA DE EXECUÇÃO CÍVEL (CPC, 475-P, PAR. ÚN.)

Complemento: 6ª Vara Cível

Por: Glayson Alves da Silva

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão

De ordem, à Sexta Vara Cível.



Data: 17/08/2021

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

18/08/2021: CONCLUSOS PARA DESPACHO.

Data: 18/08/2021

Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO

Complemento: Responsável: EVALDO JORGE LEITE

Por: PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE

Data: 24/09/2021

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: EVALDO JORGE LEITE

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
6ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - 2º Piso - Centro - Boa Vista/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4796 - E-mail: 6civelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º \$processo.getNumeroProcessoFormatado()

DECISÃO

Considerando o art. 5º da Resolução n. 33/2021, deste Egrégio Tribunal de Justiça, publicada no DJE 6980 do dia 19/08/2021, devolvo os autos à Secretaria para que proceda sua remessa ao Cartório Distribuidor, com a finalidade de dividir o acervo desta Unidade Judicial com a 5ª. Vara Cível em razão da modificação de sua competência, nos termos da Resolução referida.

Com o retorno dos autos do Distribuidor, os autos que anteriormente estavam conclusos deverão ser preferencialmente movimentados com nova conclusão, com vistas a não causar prejuízo às partes.

Quanto aqueles que já aguardavam na Secretaria, cumpra-se a Decisão imediatamente anterior. Boa Vista/RR, data constante no sistema.

EVALDO JORGE LEITE
Juiz de Direito Titular da 6ª. Vara Cível
(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)



24/09/2021: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 24/09/2021

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Redistribuição

Por: KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA

29/09/2021: REDISTRIBUÍDO POR SORTEIO EM RAZÃO DE ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO.

Data: 29/09/2021

Movimentação: REDISTRIBUÍDO POR SORTEIO EM RAZÃO DE ALTERAÇÃO DE
COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO

Complemento: 5ª Vara Cível - Execução Cível

Por: Michele Moreira Garcia

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão

Certifico que promovi a distribuição igualitária e por sorteio dos processos especializados entre a 5º e 6º
Vara Cível, nos termos da Resolução nº 33/2021, publicada no DJE do dia 19/08/2021.



Data: 29/09/2021

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

29/09/2021: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL.

Data: 29/09/2021

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Complemento: Responsável: CÉSAR HENRIQUE ALVES

Por: VICTOR BRUNNO MARCELINO DO NASCIMENTO FERNANDES

01/10/2021: CONCEDIDO O PEDIDO .

Data: 01/10/2021

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: CÉSAR HENRIQUE ALVES

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão

Feito recebido neste Juízo, redistribuído em cumprimento à Resolução n°. 33 do Egrégio Tribunal de Justiça, publicada no DJE 6980, do dia 19/08/2021, assim, determino à Diretoria deste Juízo, em atenção aos princípios da celeridade e duração razoável do processo, no que couber, e alternativamente, que:

1. Havendo decisão/despacho anterior pendente de cumprimento, cumpra-se, salvo algum esclarecimento que se faça necessário, o que deverá ser feito mediante certificação nos autos;
1. Havendo pendência de despacho inicial e, verificado estarem presentes todos os requisitos dispostos na lei processual (artigo 798 do Código de Processo Civil), defiro **a citação do executado para que pague a dívida no prazo de três (3) dias**, em se tratando de **execução fundada em título executivo extrajudicial**, na forma disposta no artigo 829 do CPC, fixando, desde já, honorários advocatícios no percentual de 10%, incidente sobre o valor atualizado em execução, que deverão ser reduzidos à metade, caso o pagamento integral ocorra no prazo fixado de três dias (§ 1º do artigo 827 CPC);
1. Em se tratando de **cumprimento de sentença**, promova-se a intimação do executado para pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido das custas (artigo 523 CPC). Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo assinalado, o valor será acrescido de multa de 10% e honorários de 10% também. Após o prazo, sem que ocorra o pagamento, **expeça-se desde logo**, mandado de penhora e avaliação.
1. Intime o exequente, caso ainda não tenha sido feita, e na pendência da efetivação da penhora, a respeito de seu interesse na expedição da certidão prevista no artigo 828 do Código de Processo Civil;
1. Observe o Cartório que no mandado de citação deverão constar a ordem de penhora e avaliação, a serem cumpridas pelo Sr. Oficial de Justiça, após verificado o transcurso do prazo de três dias fixados para o pagamento voluntário do valor em execução extrajudicial, ou quinze dias se cumprimento de sentença (artigos 523 e 829 CPC);



1. Havendo interesse no bloqueio de valores, ao requerer tal diligência, o exequente deverá instruir o pedido com memória atualizada de seu crédito, sob pena de eventual bloqueio não atingir a totalidade de seu crédito, face a desatualização;
1. Caso requerido pelo exequente, considerando a prioridade de penhora de dinheiro (artigo 835, I do CPC), defiro, desde já a penhora através do sistema SISBAJUDI (Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário), devendo ser resguardado o sigilo de tal diligência; a Secretaria deverá, ainda, independentemente de nova decisão, promover o desbloqueio de eventual excesso que venha a ser bloqueado – no prazo de 24 horas; autorizando, ainda, o bloqueio na modalidade chamada teimosinha na forma do artigo 854, e seguintes do CPC;
1. Não encontrado bens penhoráveis, suspenda-se a execução pelo prazo de um ano, período em que a prescrição ficará suspensa e, transcorrido este prazo e, ainda assim, não localizados bens em nome do executado, remetam-se ao arquivo, com a devida certificação (art. 921 -III e parágrafo 1º);
1. Por garantir uma efetividade maior ao processo executivo, manifeste-se o exequente, caso ainda não tenha sido feito, em cinco dias, e ainda, a qualquer tempo, se tem interesse na inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (artigo 782 CPC cc 43 §1º do CDC), através do sistema SERASAJUD, devendo a restrição ser imediatamente cancelada nas hipóteses do parágrafo 4º do mesmo dispositivo;
1. Deverá a Secretaria obedecer, rigorosamente, os despachos e decisões deste Juízo, observando-se os atos ordinatórios e evitando-se conclusões desnecessárias;
1. Verifique a Secretaria se o feito encontrava-se, antes da redistribuição, em arquivo provisório, devendo, se for o caso, retornar ao arquivo, pelo tempo restante (determinado em decisão anterior do Juízo até então competente);
1. Nas pesquisas de endereço requeridas, busque-se, preferencialmente, por ser a base de dados mais atualizada, informações junto ao SERASAJUD e, alternativamente, em caso de insucesso, nos demais sistemas disponíveis;

2. Em atenção a efetividade do processo executivo deverá a Secretaria, prioritariamente:

- a) efetivar os bloqueios no sistema SISBAJUD e
- b) expedir alvarás de levantamento, observando-se, inclusive, ao disposto na Recomendação nº001 da Corregedoria Geral de Justiça, de 07 de fevereiro de 2018.

Boa Vista, 01 de Outubro de 2021.

César Henrique Alves

Juiz de Direito

(Assinado digitalmente)



13/10/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 13/10/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 121) CONCEDIDO O PEDIDO (01/10/2021)

Por: Mayk Bezerra Lo

13/10/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 13/10/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 121) CONCEDIDO O PEDIDO (01/10/2021)

Por: Mayk Bezerra Lo

22/10/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 22/10/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 22/10/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 121)

CONCEDIDO O PEDIDO (01/10/2021) e ao evento de expedição seq. 123.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

25/10/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 25/10/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 25/10/2021 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 121) CONCEDIDO O PEDIDO (01/10/2021) e ao evento de expedição seq. 122.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 27/10/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO
(01/10/2021)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

PROCESSO Nº: 0831729-04.2019.8.23.0010

FRANCISCO OTACÍLIO DA COSTA, por seus advogados e procuradores que esta subscreve, vem, com respeito e acatamento de estilo à presença de Vossa Excelência, requerer a desconsideração do pedido de cumprimento de sentença (EP. 108), a qual foi protocolada de forma equivocada, conforme restará demonstrado.

Ocorre, Excelência, que após a prolação da sentença (EP. 72), a parte Promovida interpôs embargos de declaração, ao qual foi dado provimento para reduzir o valor da indenização (EP. 88), mas antes da interposição do recurso de apelação, a Promovida efetuou o pagamento em conformidade com a última decisão (EP. 96), a qual foi mantida pelo TJRR.

Deste modo, pugna-se pela desconsideração do pedido de cumprimento de sentença (EP. 108) e requer a transferência do crédito (EP. 96) para a conta do Patrono, levando-se em consideração a dificuldade de se resgatar o alvará junto ao Banco em face da crise causada pela COVID-19, como medida de inteira justiça.

Dados da conta do Procurador:

Titular e mero levantador: Valdenor Alves Gomes, CPF 605.789.392-15

Banco do Brasil

Agência: 0250X

Conta Corrente: 116.715-4

Termos em que

Pede deferimento.

Boa Vista – RR, 3 de agosto de 2021



VALDENOR GOMES
ADVOCACIA E CONSULTORIA

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618



Data: 29/10/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO
(01/10/2021)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- Anexo - petição

2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Diante da intimação de evento 121, a demandada informa que já juntou nos autos o pagamento da condenação, conforme evento 96. Bem como já houve concordância dos valores por parte do autor, isso, antes do declínio de competência.

Pagamento **Por oportuno, a ré requer novamente a juntada do Comprovante de da liquidação.**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado DIEGO PAULI 858, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

BOA VISTA, 29 de outubro de 2021.

João Barbosa
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR



Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2942518920201221173506

Processo 0831729-04.2019.8.23.0010 ☆ - (444 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Pendências

| | | |
|------------------------------------|---------------|--|
| Intimações aguardando cumprimento: | Ver Intimação | Evento de 15/12/2020 - Prazo: 22/01/2021 à 11/02/2021 (15 dias): JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE |
| | Cumprir Prazo | RECURSO |

| Informações Gerais | Informações Adicionais | Partes | Movimentações | Apensamentos (0) | Vínculos (0) |
|--|------------------------|--|---|--------------------------|--------------|
| <div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div> <div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Advogado NPJ <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div> | | | | | |
| 96 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 96 | | | | | |
| 500 por pág. 1 | | | | | |
| Seq. | Data | Evento | Movimentado Por | | |
| <input type="checkbox"/> | 96 | 21/12/2020 17:35:06 | JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020) | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO | Procurador |
| <div>96.1 Arquivo: Petição</div> <div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>2656545PETICAODEJUNTADADELIQUIDACAO01.pdf</div> <div>Público</div> <div>96.2 Arquivo: GUIA DE DEPOSITO</div> <div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>2656545PETICAODEJUNTADADELIQUIDACAOAnexo02.pdf</div> <div>Público</div> <div>96.3 Arquivo: CALCULO</div> <div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>2656545PETICAODEJUNTADADELIQUIDACAOAnexo03.pdf</div> <div>Público</div> | | | | | |
| 95 | 21/12/2020 09:10:29 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/01/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 93) JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (11/12/2020) e ao evento de expedição seq. 94. | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO | Procurador | |
| 94 | 15/12/2020 14:13:34 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 93) JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (11/12/2020) | EGILAINÉ SILVA DE CARVALHO | Analista Judiciária | |
| <input type="checkbox"/> | 93 | 11/12/2020 19:36:26 | JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Cumprimento de intimação - Referente ao evento EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020) | VALDENOR ALVES GOMES | Advogado |
| 92 | 27/11/2020 10:13:01 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 27/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 88) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 89. | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO | Procurador | |
| 91 | 17/11/2020 16:24:43 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA) em 17/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 88) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 90. | VALDENOR ALVES GOMES | Advogado | |
| 90 | 17/11/2020 15:04:37 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO OTACILIO DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 88) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020) | EGILAINÉ SILVA DE CARVALHO | Analista Judiciária | |
| 89 | 17/11/2020 15:04:37 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 88) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS (09/11/2020) | EGILAINÉ SILVA DE CARVALHO | Analista Judiciária | |
| <input type="checkbox"/> | 88 | 09/11/2020 07:52:43 | EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS | EDUARDO MESSAGGI DIAS | Magistrado |



2656545- C3/ 2019-05747/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08317290420198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO OTACILIO DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação**.

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SIVIRINO PAULI 101B/RR, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

BOA VISTA, 21 de dezembro de 2020.

João Barbosa
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

~



| | | | | | |
|---|--|--|--|---|---|
| | | | N° DA CONTA JUDICIAL 3000112678385 | | |
| N° DA PARCELA 0 | | DATA DO DEPÓSITO 15/12/2020 | | AGÊNCIA (PREF / DV) 3797 | TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL |
| DATA DA GUIA 11/12/2020 | | N° DA GUIA 2656545 | | N° DO PROCESSO 08317290420198230010 | |
| | | | | TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA | |
| COMARCA BOA VISTA | | ORGÃO/VARA 5 VARA CIVEL RESIDUAL | | DEPOSITANTE RÉU | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 1144,83 |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | | | TIPO DE PESSOA Jurídica | CPF / CNPJ 09248608000104 |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE FRANCISCO OTACILIO DA COSTA | | | | TIPO DE PESSOA Física | CPF / CNPJ 24006513291 |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 3D34DBAEA08C9B29 | | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | | |



18/11/2020

DrCalc / EasyCalc- Cálculos financeiros e judiciais pela web



Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

| | |
|------------------------------------|---|
| Descrição do cálculo | |
| Valor Nominal | R\$ 843,75 |
| Indexador e metodologia de cálculo | ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio. |
| Período da correção | Agosto/2018 a Novembro/2020 |
| Taxa de juros (%) | 1 % a.m. simples |
| Período dos juros | 7/10/2019 a 10/12/2020 |
| Honorários (%) | 10 % |

Dados calculados

| | | |
|--------------------------------|------------|---------------------|
| Fator de correção do período | 823 dias | 1,082005 |
| Percentual correspondente | 823 dias | 8,200506 % |
| Valor corrigido para 1/11/2020 | (=) | R\$ 912,94 |
| Juros(430 dias-14,00000%) | (+) | R\$ 127,81 |
| Sub Total | (=) | R\$ 1.040,75 |
| Honorários (10%) | (+) | R\$ 104,08 |
| Valor total | (=) | R\$ 1.144,83 |

[Retornar](#) [Imprimir](#)

